

ISSN 1519-7204

# CONCEITOS

29

ANO XXVIII - Outubro de 2024

POLÍTICA DEMOCRÁTICA, EDUCAÇÃO, ECONOMIA,  
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ARTE E CULTURA



**ADUFPB**  
Seção Sindical do ANDES-SN



**ADUF PB**  
Seção Sindical do ANDES-SN

# CONCEITOS

**ISSN 1519-7204**

**Conceitos — N. 29**

Outubro de 2024

120 páginas

**Profa. Dra. Sandra Luna**

**Prof. Dr. Cristiano Bonneau**

Organizadores

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa - PB

A revista **Conceitos** é uma publicação para divulgação de artigos científicos-pedagógicos, produzidos por docentes da Universidade Federal da Paraíba e colaboradores, promovida pela ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN, com distribuição gratuita e dirigida aos filiados da entidade.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

C744      Conceitos / Sandra Luna e Cristiano Bonneau (Orgs.). – n. 29  
(Out 2024) - João Pessoa: ADUFPB-Seção Sindical do ANDES-  
-SN, 2024.

120 p.

Semestral

ISSN 1519-7204

Descrição baseada em:

V. I, n.1 (1996)

1. Ensino superior - periódicos.
  2. Política da educação - periódicos.
  3. Ensino público - periódicos.
- I. Associação dos Docentes da Universidade  
Federal da Paraíba

CDU: 378

# CONCEITOS

**É UMA PUBLICAÇÃO DA ADUFPB/SSIND. DO ANDES-SN**

Centro de Vivência da UFPB — Campus I — Cx. Postal 5001  
CEP 58051-970 — João Pessoa/Paraíba — Fones: (83) 3214-7450 / 3216-7388 / 3224-8375  
Site: [www.adufpb.org.br](http://www.adufpb.org.br) — E-mail: [adufpb@terra.com.br](mailto:adufpb@terra.com.br) — Redes Sociais: @adufpboficial  
João Pessoa — Paraíba — Outubro de 2024 — Edição nº 29

## CONSELHO EDITORIAL:

Albergio Claudino Diniz Soares (UFPB)  
Azamor Cirne de Azevedo Filho (UFPB)  
Celi Neuza Zulke Taffarel (UFAL)  
Cristiane Monteiro (UECE)  
Cristiano Bonneau (UFPB)  
Danielle Dayse Marques de Lima (UFPB)  
Genivaldo Monteiro (UEPB)  
Jaldes Reis de Meneses (UFPB)  
Maria Aparecida Ramos de Meneses (UFPB)  
Maria Lúcia Abaurre Gnerre (UFPB)  
Mirian Alves da Silva (UFPB)  
Regina Behar (UFPB)  
Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPB)  
Romero Venâncio (UFS)  
Sandra Luna (UFPB)  
Suzi Frankl Sperber (UNICAMP)

## ■ ORGANIZADORES DA REVISTA

Sandra Luna  
Cristiano Bonneau

## ■ PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ricardo da Silva Araújo

## ■ FOTOS/ILUSTRAÇÕES/GRÁFICOS:

Originais digitais fornecidos pelos autores.

## ■ REVISÃO DOS ARTIGOS:

Sandra Luna e Sheila Raposo

## ■ FICHA CATALOGRÁFICA:

Biblioteca Central da UFPB

## ■ IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ADUFPB (ASCOM/ADUFPB)

## ■ JORNALISTAS RESPONSÁVEIS/ASCOM ADUFPB

Renata Ferreira (DRT/PB 3235)  
Ricardo Araújo (DRT/PB 631)  
Maurício Melo (DRT/PB 3876/02)  
Sheila Raposo (DRT/PB 36.889)

## ■ COLABORAÇÃO E LOGÍSTICA:

Maria Célia Lopes da Silva, Eliane Viscardi,  
Maria da Guia Silva, José Balbino de Souza  
Luzinete de Souza Almeida, Sônia Scoralick  
de Almeida e Thayza Ayres.

## ■ DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

Gratuita e dirigida aos filiados do sindicato,  
disponibilizada digitalmente no site da ADUFPB

---

*Os textos assinados são de responsabilidade integral do(a) autor(a) e não refletem, necessariamente, a opinião da revista. É permitida a reprodução total ou parcial de textos, fotos e ilustrações, desde que seja citada a fonte e o(a) autor(a) da obra.*

---

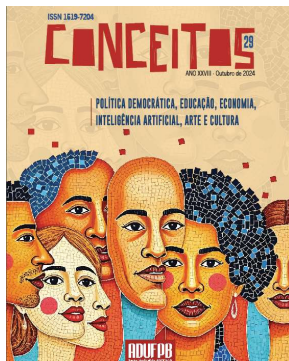


IMAGEM DA CAPA

Composição de arte gerada a partir de *prompts* para Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa).  
Plataforma Freepik.com

## ■ CONTATOS:

E-mails:  
adufpb@terra.com.br (Célia Lopes)  
revistaconceitos.adufpb@gmail.com  
(Ricardo Araújo)

## ■ NÚMEROS ANTERIORES:

A ADUFPB disponibiliza no *site* do sindicato ([www.adufpb.org.br](http://www.adufpb.org.br)), na seção Revistas, todos as edições da Revista Conceitos em formato digital (PDF), que podem ser adquiridas gratuitamente (downloads) para consulta.



## **34ª DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB - GESTÃO 2022/2024**

---

PRESIDENTE:  
**CRISTIANO BONNEAU**

VICE-PRESIDENTE:  
**LENILMA BENTO DE ARAÚJO MENESES**

SECRETÁRIO GERAL:  
**FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA**

TESOUREIRO:  
**EDSON FRANCO DE MORAES**

DIRETORA DE POLÍTICA EDUCACIONAL E CIENTÍFICA:  
**MARIA IVETE MARTINS CORREIA**

DIRETORA DE POLÍTICA SOCIAL:  
**ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DOS SANTOS**

DIRETOR CULTURAL:  
**CARLOS ANÍSIO DE OLIVEIRA E SILVA**

DIRETORA DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO:  
**SANDRA AMÉLIA LUNA C. DE AZEVEDO**

DIRETORA DE POLÍTICA SINDICAL:  
**VALDENILZA FERREIRA DA SILVA**

DIRETORA PARA ASSUNTOS DE APOSENTADORIA:  
**RITA DE CÁSSIA CAVALCANTI PORTO**

SUPLENTE DA SECRETARIA GERAL:  
**MABEL DE BARROS BATISTA**

SUPLENTE DA TESOUREARIA:  
**MARTA MARIA DINIZ CORDEIRO**

DIRETOR DA SECRETARIA-ADJUNTA DO CAMPUS DE AREIA:  
**SAULO CABRAL GONDIM**

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DO CAMPUS DE AREIA:  
**JOSÉ FERREIRA DA COSTA FILHO**

DIRETOR DA SECRETARIA-ADJUNTA DE BANANEIRAS:  
**GABRIEL DE MEDEIROS LIMA**

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DE BANANEIRAS:  
**IRANICE GONÇALVES MUNIZ**

DIRETOR DA SECRETARIA-ADJUNTA DO LITORAL NORTE:  
**BALTAZAR MACAÍBA DE SOUSA**

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DO LITORAL NORTE:  
**PAULO ROBERTO PALHANO**

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONCEITOS

(Atualizadas em Agosto de 2019 - Também disponível no site: [www.adufpb.org.br](http://www.adufpb.org.br))

A **Revista Conceitos** é uma publicação para divulgação da produção acadêmica dos docentes da UFPB, filiados à ADUFPB — Seção Sindical do ANDES-SN —, e que privilegia artigos e ensaios para divulgação científica. Os docentes interessados em publicar artigos na Revista Conceitos, deverão seguir rigorosamente as normas estabelecidas pelo Conselho Editorial da revista:

1. Serão aceitos textos em língua portuguesa com no máximo 15 (quinze) laudas e no mínimo 10 (dez) laudas, incluindo RESUMO, palavras-chave, ABSTRACT, referências bibliográficas, notas, ilustrações gráficas ou fotografias (no corpo do texto). Textos em língua estrangeira deverão submetidos à consulta prévia com o Conselho Editorial.

2. Os textos devem estar devidamente atualizados e revisados com o Novo Acordo Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (ABL). Após a inscrição e aprovação pelos Conselhos de Pareceristas e Editorial, o autor não poderá solicitar o artigo para modificações ou atualizações, salvo autorização dos referidos conselhos.

3. Não serão aceitos trabalhos que não apresentem RESUMO E ABSTRACT.

4. O(s) autor(es) deve(m) ser sindicalizado(s) na ADUFPB ou colaborador(es) formalmente convidado(s) pelo Conselho Editorial da Revista.

5. A primeira página do artigo deverá conter, além do RESUMO e do ABSTRACT, informações como nome completo do autor(es), função, departamento ou Centro onde leciona(m), bem como a instituição (*Campi* João Pessoa, Bananeiras, Areia, Litoral Norte, Santa Rita ou outros), titulação e e-mail para contato.

6. Cada docente colaborador poderá publicar 01 (um) artigo por edição da revista como autor-titular do texto. As co-autorias serão avaliadas pelo Conselho Editorial, dando prioridade aos autores titulares dos artigos para contemplar maior número de docentes sindicalizados na ADUFPB por edição da revista. Só será aceita 01 (uma) co-autoria por artigo.

7. Em parcerias com discentes da UFPB ou de outras instituições, o primeiro nome assinado deverá ser o nome do professor filiado à ADUFPB como autor-titular do artigo.

## ESTRUTURA DOS TRABALHOS

Os artigos deverão ser redigidos em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5 e não devem exceder 15 páginas ou ser menor que 10 páginas, incluindo os títulos, resumos, palavras-chave, ilustrações, fotos e referências bibliográficas. Deve constar na estrutura dos trabalhos, a partir da primeira página:

### 1) Nome do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es), seguidos de titulação\*, local de atividade, e-mail para contato.

(\*). Esses dados podem ser incluídos no documento como nota de rodapé, sem numeração.

### 2) Título do artigo

3) **Resumo e palavras chaves** - Com até 100 palavras

4) **Abstract e palavras chaves** - Em língua estrangeira (inglês)

5) **Texto propriamente dito**

6) **Referências**

A lista de referências deve ser ordenada alfabeticamente, alinhada à margem esquerda e colocada ao final do artigo, citando as fontes utilizadas. Para a melhor compreensão e visualização, no final deste

regulamento são transcritos exemplos de referências de diversos tipos de materiais.

### 7) Ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos, etc.).

As imagens publicadas na **Revista Conceitos** são impressas em preto e branco. Devem estar inseridas no corpo do texto para indicar sua localização para a diagramação do artigo, acompanhadas de legendas caso seja necessário, e com a indicação: Figura 1, Figura 2, Figura 3...

Os arquivos de fotografias digitais, ilustrações ou gráficos devem ser enviados separadamente no corpo do e-mail do autor. Devem ter boa resolução e legibilidade, nomeadas conforme as legendas no artigo (Figura 1, Figura 2, Figura 3).

As ilustrações devem permitir uma perfeita reprodução. É importante indicar a fonte ou crédito de autoria da imagem, seja ela ilustração, gráfico ou fotografia. A ADUFPB não se responsabiliza por reprodução de imagens não autorizadas pelos autores.

### 9) Notas de rodapé

As notas de rodapé deverão ser citadas de acordo com as normas da ABNT. <http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-da-abnt-formatacao/nbr-6023>

### 10) Observações:

a) Nos artigos inscritos, utilizar itálico somente para palavras estrangeiras.

b) Os trabalhos que não atenderem a estrutura proposta pelo Conselho Editorial poderão ser devolvidos aos autores a critério do Conselho de Pareceristas, sem avaliação de mérito.

### 11) AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos encaminhados à **Revista Conceitos** serão avaliados, individualmente, por três pareceristas *ad hoc*, reconhecidos por seu notório saber acerca dos temas inscritos. Para esta tarefa, será utilizado o sistema triplo cego e, com base nos pareceres obtidos, a Comissão Editorial emitirá um dos seguintes conceitos:

a) aprovado para publicação;

b) aprovado com correções;

c) rejeitado para publicação.

Quanto aos trabalhos não aceitos o autor será comunicado da decisão. Os editores não assumem a responsabilidade por opiniões/conceitos emitidos em artigos assinados e matéria transcrita. Os editores se reservam o direito de selecionar os artigos para publicação; ouvir parecer de especialista para averiguar a qualidade do trabalho; proceder à revisão gramatical dos textos e fazer correções desde que não alterem o conteúdo.

### FORMA DE ENCAMINHAMENTO

Os artigos devem ser enviados em formato digital exclusivamente para o e-mail da Comissão Editorial: [revistaconceitos.adufpb@gmail.com](mailto:revistaconceitos.adufpb@gmail.com). Sugerimos incluir na mensagem de e-mail um telefone (fixo ou celular) para uso do Conselho Editorial em caso de problemas no recebimento digital do arquivo.

**IMPORTANTE:** Os editores não se responsabilizam por extravio de artigos enviados para outros e-mails de contato do sindicato. Qualquer dúvida, entrar em contato através do e-mail: [revistaconceitos.adufpb@gmail.com](mailto:revistaconceitos.adufpb@gmail.com) ou [adufpb@terra.com.br](mailto:adufpb@terra.com.br).



# Sumário

Revista Conceitos - N. 29

OUTUBRO 2024

**PÁG. 10**

**APRESENTAÇÃO:**

Sandra Luna

Cristiano Bonneau

**PÁG. 15**

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTONOMIA,  
DEMOCRACIA E A QUESTÃO DA ESCOLHA DOS  
DIRIGENTES NAS IES BRASILEIRAS NOS DIAS ATUAIS**

Marcelo Sitcovsky

Alexandre Náder

**PÁG. 31**

**O GOVERNO LULA, A REFORMA DO ENSINO MÉDIO  
E OS DESAFIOS DA AGENDA EDUCACIONAL**

Éder Dantas

**PÁG. 43**

**SOCORRO LIRA, UMA ARTISTA LÁ  
DO BREJO E DE TODO LUGAR**

Josineide da Silva Bezerra

Luciana Medeiros de Araújo

**PÁG.52**

**ESTUDOS ÉTNICOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

Carlos Cartaxo

Kaira Lorrane Teixeira Feitosa

Walber Barbosa da Silva

**PÁG. 61**

**ANIMAL FARM E THE HUNGER GAMES:  
A NEVE COMO SÍMBOLO DO TOTALITARISMO  
E DO CAPITALISMO NO ANTROPOCENO**

Sueli Meira Liebig

**PÁG. 74**

**DISCUTINDO A LIBERDADE ECONÔMICA  
EM FRIEDMAN, SEN E MARX**

Alexandre Lyra Martins

**PÁG. 94**

**FRANCISCO V. LORENZ:  
NOSSO PRIMEIRO YOGUE?**

Fabrcio Possebom

**PÁG. 107**

**ADAPTAÇÃO HÍDRICA AOS EFEITOS DA ESCASSEZ  
PROVOCADO PELA POLUIÇÃO E AQUECIMENTO  
GLOBAL E CÂMBIOS CLIMÁTICOS DRÁSTICOS:  
EVENTUAIS PALIATIVOS A MÉDIO E LONGO PRAZO**

Freddy Rivera

Andrea Amorim Lins

Betânia Vitorino

# Apresentação

Não tem sido pequeno o esforço da ADUFPB no sentido de manter ativa uma publicação periódica como a Revista Conceitos, realização de caráter, ao mesmo tempo, acadêmico e político. Criada em outubro de 1996 com o objetivo precípuo de divulgar a produção intelectual de docentes da UFPB filiados à sua seção sindical, a Conceitos nasce marcada pela insígnia da multidisciplinaridade, primando por um elevado padrão de qualidade acadêmica na abordagem de temas propícios a estimular o debate na universidade.

Com isso se pode afirmar que a Conceitos congrega, desde os momentos inaugurais de sua circulação, os mais desejáveis parâmetros idealizados para o vasto campo das produções intelectivas gestadas em nossas instituições de ensino superior. No âmbito da vida sindical, a possibilidade de uma realização desse porte caracteriza-se como um estímulo e um convite permanente ao pensamento crítico e reflexivo, elevando os próprios padrões de debate e atuação política no cotidiano da nossa militância. A Conceitos mantém-se, portanto, como um troféu que, ao longo dos anos, as sucessivas diretorias da ADUFPB fazem passar adiante e exibem, orgulhosamente, com um dos mais expressivos testemunhos de seu compromisso com a educação, o saber e o ensino, em suas articulações com uma produção de conhecimento socialmente referenciado.

A presente edição, que tivemos a satisfação de organizar e agora damos a público, oferta-se como um rico mosaico de artigos e ensaios advindos de áreas distintas do saber acadêmico e científico, convidando-nos a um percurso de leitura que nos conduz da ciência política, à tecnologia, à arte, à literatura, à cultura, ao meio-ambiente, atualizando o leitor em relação a temáticas que muito dizem do nosso próprio tempo, sem perder de vista as relações do presente ao passado e ao futuro.

No momento em que convidamos o leitor a um passeio por esse labirinto de saberes e interpretações discursivas, apresentamos, como um fio a guiar nosso itinerário, breves palavras sobre os textos que compõem a presente edição, aproveitando o ensejo para parabenizar seus autores e autoras e agradecer

por sua valiosa contribuição a mais uma edição da Revista Conceitos da ADUFPB. Assim vejamos:

Em seu artigo **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTONOMIA, DEMOCRACIA E A QUESTÃO DA ESCOLHA DOS DIRIGENTES NAS IES BRASILEIRAS NOS DIAS ATUAIS**, Marcelo Siticovski e Alexandre Náder promovem uma análise histórica dos conceitos de Autonomia e Democracia, como indispensáveis à formulação de propostas que visem à transformação das instâncias da sociedade, em especial aquelas associadas à sua dimensão política. Esses princípios são fundamentais para a construção de uma concepção de universidade pública e que tenha como horizonte o bem comum.

No texto intitulado **O GOVERNO LULA, A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS DA AGENDA EDUCACIONAL**, Éder Dantas analisa as disputas em torno do governo Lula III, as alterações em curso que estão moldando a proposta do novo ensino médio (NEM), bem como os desafios da agenda educacional no contexto da hegemonia neoliberal. O cenário no qual se desenrola esta reflexão dá-se no âmbito da agenda educacional do governo em contraposição com os processos de reformas educacionais ultraliberais e doutrinárias, tal qual o modelo do NEM defendido pelo governo golpista de Temer e o movimento da Escola Sem Partido, símbolo de formação da ideologia de extrema-direita no Brasil.

No artigo **DISCUTINDO A LIBERDADE ECONÔMICA EM FRIEDMAN, SEN E MARX**, Alexandre Lyra Martins trata da ideia de liberdade como categoria fundamental que visa explicar o funcionamento do mercado concorrencial, estando presente em várias obras de abordagem liberal, procurando o aprofundamento em Milton Friedman e Amartya Sen, contrapondo com Marx. O texto demonstra que a importância fundamental de compreensão do marxismo frente ao liberalismo e ao comunitarismo emergentes como doutrinas econômicas e sociais.

**ESTUDOS ÉTNICOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**, de Carlos Cartaxo, Kaira Lorrane Teixeira Feitosa e Walber Barbosa da Silva, tem como preocupação central o papel da IA e seus usos de maneira inclusiva ou excludente em relação ao racismo e a outras formas de discriminação. O texto reflete sobre a concepção de raça e seu uso para fins de dominação e escravidão, questionando se os algoritmos de IA, controlados pelas *big techs*, serão

desenvolvidos de maneira a combater o racismo ou perpetuá-lo.

**SOCORRO LIRA, UMA ARTISTA LÁ DO BREJO E DE TODO LUGAR**, de Josineide da Silva Bezerra e Luciana Medeiros de Araújo, constitui-se em um texto que recupera a obra artística de Socorro Lira e sua importância no cenário local e regional. Apresentada como expoente da estética e arte paraibana e sertaneja, vencedora do Prêmio Grão de Música, de expressão nacional, a artista contribui para o reconhecimento da Comunidade Negra Rural da Caiana dos Crioulos. Excertos de sua produção musical nos convidam a contemplar a obra toda e nos filiar-mos ao legado de Socorro Lira.

Sueli Meira Liebig nos apresenta o texto **ANIMAL FARM E THE HUNGER GAMES: A NEVE COMO SÍMBOLO DO TOTALITARISMO E DO CAPITALISMO NO ANTROPOCENO**, em que faz um paralelo e uma análise crítica dos personagens “Snow Ball”, da fábula de Orwell e “President Snow”, da trilogia de Collins cotejadas a partir da simbologia arquetípica do seu nome em comum, “Snow”, sugerindo e representando nas tramas das obras acima elencadas: frieza e insensibilidade, para começar, e a sua degeneração em intolerância, absolutismo e totalitarismo, cristalizados pelo poder advindo de um capitalismo antropocêntrico. Segue o uso da literatura considerada distópica para pensarmos os limites de nossa atividade política e da sociabilidade humana.

**ADAPTAÇÃO HÍDRICA AOS EFEITOS DA ESCASSEZ PROVOCADO PELA POLUIÇÃO E AQUECIMENTO GLOBAL E CÂMBIOS CLIMÁTICOS DRÁSTICOS: EVENTUAIS PALIATIVOS A MÉDIO E LONGO PRAZO** de Freddy Rivera, Andrea Amorim Lins e Betânia Vitorino trata da emergência ambiental da água e os desafios da sustentabilidade hídrica, seja no âmbito ecológico, econômico ou social. Constitui uma crítica à falta de uma cultura ambiental e de uma educação hidrossolidária, popular e soberana, que favorece o desperdício tanto individualmente como em nível familiar, comunal, quanto nos setores econômicos primários, secundários e terciários, ineficazmente fiscalizados pela falta de um sistema de monitoramento integral da quantidade e qualidade da água *in natura*, água tratada e águas servidas despejadas na natureza.

Em **FRANCISCO V. LORENZ: NOSSO PRIMEIRO YOGUE?**, Fabrício Possebom investiga a história do Yoga no Brasil e a

divulgação do “Bhagavad-gita”, através da obra e vida do professor Francisco Valdomiro Lorenz, emigrante da atual República Tcheca, na esteira de José Hermógenes (1921-2015), com sua obra-prima “Autoperfeição com Hatha Yoga” (1960). O texto explora a adaptação da filosofia oriental do Yoga, promovido por Lorenz no Brasil, que acumulou esse conhecimento do Oriente, além do espiritualismo, hermetismo, ocultismo, rosacruccionismo, cabala e outras doutrinas secretas.

O que nossos/nossas colegas oferecem ao público corresponde, a um só tempo, ao trabalho necessário da universidade pública, como guardiã dos diversos registros e memórias da experiência humana, em um espectro de atividade intelectual altamente qualificada; e ao uso de um canal, a Revista Conceitos, um espaço político amplo e de compartilhamento de um mundo construído pela via da comunidade acadêmica.

Boa leitura!

**Prof. Dr. Cristiano Bonneau**  
**Profa. Dra. Sandra Luna**

Organizadores



# Algumas considerações sobre autonomia, democracia e a questão da escolha dos dirigentes nas IES brasileiras nos dias atuais

Marcelo Sitcovsky<sup>1</sup>

Alexandre Náder<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho é um esforço dos autores no sentido de aprofundar o debate sobre dois princípios fundamentais para as universidades brasileiras — Autonomia e Democracia. Ao longo do governo Bolsonaro, as Instituições Federais de Ensino foram alvo de inúmeras investidas, com destaque para as intervenções por meio da nomeação de reitores não eleitos. Desde o início do novo governo Lula, há uma expectativa de que sejam restituídas a autonomia e a democracia universitárias. A tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 2.699/2011 é parte do esforço para garantir que a escolha de dirigentes nas universidades brasileiras reflita a vontade coletiva das comunidades universitárias; por esse motivo, incluímos a análise do referido projeto. A construção da autonomia e da democracia universitárias se realiza em meio a disputas de projetos de universidade, que, em larga medida, repõem as disputas de projetos societários. Desse modo, optamos por um itinerário metodológico que recupera aspectos históricos e políticos para enfrentar o debate sobre esses dois valores inegociáveis da vida universitária.

**Palavras-chave:** Universidade; Autonomia; Democracia.

## ABSTRACT

The present work is an effort by the authors to deepen the debate on two fundamental principles for Brazilian Universities - Autonomy

---

1. Professor do Departamento de Serviço Social, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, na Universidade Federal da Paraíba, campus I. Mestre e Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. E-mail: sitcovsky@yahoo.com

2. Professor do Departamento de Habilitações Pedagógicas, Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, campus I. Mestre em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: nadr16@hotmail.com

and Democracy. Throughout the Bolsonaro government, Federal Education Institutions were targets of numerous attacks, with emphasis on interventions through the appointment of unelected rectors. Since the beginning of the new Lula government, there has been an expectation that university autonomy and democracy will be restored. The processing in the National Congress of Bill nº 2.699/2011 is part of the effort to ensure that the choice of leaders at Brazilian Universities reflects the collective will of the university communities, for this reason we include the analysis of the aforementioned project. The construction of university autonomy and democracy takes place amid disputes over university projects, which to a large extent replaces disputes over corporate projects. For this reason, we opted for a methodological itinerary that recovers historical and political aspects to face the debate on these two non-negotiable values of university life: autonomy and democracy.

**Keywords:** University; Autonomy; Democracy.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um esforço dos autores no sentido de aprofundar o debate sobre alguns aspectos bastante relevantes — sobretudo, na contemporaneidade — dessas duas âncoras, Autonomia e Democracia, indispensáveis à formulação de propostas que visem à transformação das instâncias da sociedade, principalmente aquelas associadas à sua dimensão política.

Ainda que não tenha sido mencionado no título, de forma explícita, o artigo também se debruçará sobre o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão — embora de modo menos aprofundado. Tal cuidado faz-se necessário na medida em que, ao projetarmos os temas da Autonomia e da Democracia no espaço da educação superior brasileira — conforme será feito mais adiante, como previamente anunciado —, esses tópicos lá apareçam sempre em articulação dialética com a Indissociabilidade.

No propósito de atribuir mais inteligibilidade ao que será exposto neste texto, ele apresenta a seguinte organização: num primeiro momento, aborda a questão da Autonomia, buscando capturar elementos que nos permitam perceber — decifrar? — a sua conformação hodierna; na sequência, traz algumas problematizações para o instituto da Democracia, com a finalidade de, da mesma forma que no caso anterior, garantir a sua atualidade nos dias de hoje; em seguida, dá um tratamento similar, ainda que mais sintético, à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e, par e passo, com ele, a



explicitação da conjugação das três — Autonomia, Democracia e Indissociabilidade — no âmbito das instituições de educação superior, em geral, e das universidades, em particular; no momento subsequente, debruça-se sobre a empiria, tomando como foco, para um estudo de caso, numa perspectiva simultaneamente acadêmica e militante, a tramitação do substitutivo de Patrus Ananias ao PL 2699/2011, relativo à escolha de dirigentes máximos das universidades brasileiras; por fim, à guisa de conclusões, fará algumas considerações finais, num diálogo com o caso concreto da intervenção na UFPB, fruto da nomeação de um reitor não eleito, o que expressa um ataque direto aos princípios da autonomia e da democracia universitárias.

### **AUTONOMIA: UM PASSEIO NO TEMPO ATÉ O PRESENTE**

A ideia de autonomia surge nos momentos iniciais da transição da Idade Média para a Modernidade, entre os séculos XIII e XIV — simultaneamente, pode-se dizer, ao aparecimento das primeiras universidades. Nelas, a autonomia era considerada o núcleo de sua pujança e de suas potencialidades (cf. BELTRÃO, 1997). Aliás, nessa perspectiva, ela alça seus voos em espaços mais amplos e elevados, tornando-se, por conta dos embates a serem travados na superação do medievo, quase que um sinônimo de modernidade.

A autonomia tem sido foco de debates a partir de vários vieses distintos, ao longo de toda a duração do período moderno. No entanto, foi necessário que decorresse um longo intervalo de tempo, até os anos 1930, para que uma teorização mais rigorosa, de caráter sistematizador, fosse feita sobre o conceito de autonomia. O autor desse trabalho foi Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1982).

Em sua obra, Gramsci relaciona, especificamente, a autonomia ao conhecimento e aos agentes de sua produção, os (trabalhadores) intelectuais. Para ele, essa autonomia — sempre relativa, em sua percepção — estava associada ao caráter singular da atividade do intelectual, de modo geral, e da produção do conhecimento, de modo particular, tendo em vista que a extração de mais-valia, na etapa do capitalismo vivenciada por Gramsci — o capitalismo industrial — só tinha sua maximização verdadeiramente assegurada sobre o trabalho braçal. Desse modo, havia uma margem finita, embora significativa, de liberdade, na arena do trabalho do intelectual (cf. NÁDER, 2018), que inclui em sua abrangência os espaços sociais em que ele ocorre — as instituições escolares e de pesquisa, dentre eles.

Todavia, é forçoso reconhecer, nos tempos recentes — considero adequado escolher, como marco inicial deste novo período atual, o ano de 1968 (NÁDER, 2018) —, um profundo enfraquecimento da autonomia em sua concretude e efetividade. A assim chamada (inadequadamente, diga-se de passagem) “Revolução Tecnológica”, que trouxe/traz no seu bojo as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as novas formas de organização e gestão do trabalho, foi capaz de intensificar e dar bem mais eficácia/eficiência à extração de mais-valia do trabalho intelectual, fragilizando, desse modo, profundamente, a autonomia. Usamos, aqui, o termo fragilizando, e consideraríamos inadequado utilizar eliminando. Há, no trabalho intelectual, características que lhe são

ontológicas e que, apesar de tudo, permanecem, constituindo um “núcleo duro”, infensas aos ataques recentes aqui referidos. Como síntese dessa abordagem, para não nos alongarmos além do necessário, cabe destacar que, com o novo redesenho da autonomia atualmente existente, é preciso reconhecer, de todo modo, duas coisas fundamentais:

- Em primeiro lugar, a necessidade premente de um intenso trabalho de reflexão teórica, com a finalidade de perceber, com a maior nitidez possível, os atributos dessa nova configuração da autonomia, em seus limites e possibilidades;

- Além disso, a intensificação, em grau muito elevado, da condição de mercadoria a que está sendo relegado o conhecimento nestes nossos tempos — qualquer véu de fantasia, disfarce e/ou mediação anteriormente existente foi definitivamente rasgado —, pela visão de mundo atualmente hegemônica. Conseqüentemente, para ela, a Loja Escola é aquela onde se processam os negócios da Educação, aqueles da mercadoria Conhecimento — mais adiante, veremos o quanto isso tem tido desdobramentos incisivos sobre a relação entre público e privado, no âmbito educacional.

O reconhecimento desses dois fatores e as elaborações que poderemos desenvolver tomando-os como suporte, assim acreditamos, será capaz de nos fornecer instrumental adequado para a tão indispensável, mormente no quadro histórico em que nos encontramos, luta em defesa da autonomia.

Por último, como fechamento dessas digressões sobre a autonomia, não é demais lembrar que, no caso em tela, não pode nem deve ser confundida com soberania. É inegável que as instituições — aqui, direcionamos nossos olhares para as públicas — devem um retorno à sociedade que as mantém, sob a forma do resultado das várias modalidades de trabalho que realizam, e essa sociedade tem todo o direito de cobrar esse mencionado retorno. A autonomia é, nesse caso, nada além da afirmação de que a instituição, por força do seu fazer, é o “*corpus*” social mais qualificado — do ponto de vista da qualidade da retribuição a ser por ela prestada à sociedade — para cuidar e gerir esse fazer, seja na dimensão de processo, seja na de produto. Até porque, como já dito anteriormente, a aspiração à soberania é uma quimera absolutamente vã. Outrossim, a Autonomia universitária deve estar alicerçada nos princípios de Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e de Democracia interna das instituições de ensino.

## **DEMOCRACIA: VALOR INEGOCIÁVEL**

Abordar a questão da democracia como valor inegociável pode parecer óbvio, em especial, considerando que, desde a redemocratização da sociedade brasileira, as universidades públicas vinham construindo processos internos e externos para garantir a gestão democrática. No entanto, um exame mais cuidadoso sobre o tema revela algumas contradições, expressas nas disputas de projetos de universidade, para além da experiência recente com as denominadas intervenções do governo Bolsonaro nas Instituições

Federais de Ensino — retornaremos a essa questão, mais adiante.

As comunidades acadêmicas têm construído várias formas de luta em defesa das universidades. Esse processo vem produzindo alterações necessárias na estrutura das universidades brasileiras, alinhado à concepção de instituição de interesse público que deve cumprir um papel social na sociedade brasileira, no sentido do desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. Nesse sentido, consideramos central a questão da gestão democrática para garantir a função social das universidades, particularmente das instituições públicas.

Importa recordar que o autoritarismo, que marcou profundamente toda a sociedade brasileira durante a ditadura civil-empresarial-militar, produziu graves distorções na natureza própria da universidade.

O Ato Institucional nº 5 – AI-5, o Decreto nº 477, as assessorias de segurança e informação nas IES afastaram compulsoriamente inúmeros docentes, funcionários e discentes, comprometendo decisivamente a qualidade do “fazer” acadêmico. Mesmo considerando a resistência da comunidade universitária (professores, funcionários e discentes organizados em suas entidades de classe) na defesa da instituição e na luta contra a ditadura, esse processo contou com a conivência de segmentos internos, gerando uma estrutura que permitiu a continuidade do autoritarismo no interior das instituições. O autoritarismo afetou, de formas variadas, a vida universitária, enraizando-se profundamente em seu cotidiano. Estruturas de poder excludentes, ainda hoje, cerceiam significativamente a participação da comunidade na esfera das decisões acadêmicas e administrativas, atendendo a propósitos clientelistas ou aos que correspondem a interesses privatizantes. (Andes, 2003, p.13)

De acordo com o Andes-SN (2003), a indicação do reitor e de diretores das universidades universitárias, nas Instituições Federais de Ensino, pelo Poder Executivo e o processo da formação de listas expressam a continuidade de processos autoritários e uma nítida violação da autonomia universitária, impedindo que o processo de democratização nessas instituições avance. Na história recente do país, durante o governo Bolsonaro, foram nomeados 29 reitores não eleitos por suas respectivas comunidades acadêmicas, caracterizando uma violência contra a democracia nessas instituições.

Concordamos com a crítica ao processo de escolha de dirigentes — aliás, trataremos deste aspecto mais adiante, enfatizando a proposta de alteração da norma legal que disciplina essa matéria. No entanto, consideramos necessário problematizar a questão da democracia para além das eleições internas, seja para dirigentes, seja para conselhos superiores.

Nesse sentido, a democracia universitária não se esgota na participação das instâncias deliberativas. Embora esse aspecto seja fundamental e incontornável, ela se sustenta na garantia de condições de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, condições de

trabalho para docentes e pessoal técnico-administrativo — além de igualdade de condições e oportunidades para estudantes, o que pressupõe investimento em políticas de ingresso e permanência para esse segmento da comunidade universitária.

Recuperamos, para este debate, uma importante contribuição do pensador italiano Umberto Cerroni (1972), que, ao debater “la libertad de los modernos”, apresenta uma excelente crítica à democracia e ao Estado representativo, apontando a distinção entre democracia-método e democracia-condição social.

*Una reflexión profunda pondrá de manifiesto que la confusión que rodea el concepto de democracia tiene su origen en la superposición de dos modos fundamentales de concebirla. El primero consiste en concebir la democracia como un método, con un procedimiento que permite expresar en libertad el gobierno y las opciones políticas que se desean; el segundo consiste en concebir la democracia como una auténtica condición social, como un status social que coloque al pueblo, es decir, a todos, en situación de participar igualmente en el gobierno de la comunidad. Libertad e igualdad constituyen, por consiguiente, los puntos fundamentales de estas dos concepciones de la democracia. (CERRONI, 1972, p. 183)*

Efetivamente, tal distinção nos permite indicar que os procedimentos — as formas jurídicas e políticas (democracia-método) — são fundamentais, mas não suficientes, pois as condições objetivas às quais estão submetidas as classes na sociedade são igualmente fundamentais. Nesse sentido, há uma unidade dialética entre forma e conteúdo, o que significa dizer que condições sociais de igualdade são fundamentais para exercer a liberdade de escolhas.

Remetendo-nos ao debate da democracia universitária como valor inegociável, tendo como referência a democracia-método e a democracia-condição social, compreendemos que é da máxima importância a existência de procedimentos garantidores da participação da comunidade universitária na escolha de dirigentes e na formação de conselhos — portanto, na elaboração da política institucional, reconhecendo a pluralidade dos três segmentos universitários (docentes, técnico-administrativos e estudantes). No entanto, é preciso ir além dos procedimentos, da forma, do método democrático. Isso significa garantir, no interior das universidades, condições objetivas de igualdade e liberdade, pois somente dessa forma a democracia se impõe como condição social.

Nesse sentido, o ambiente acadêmico tem requisitos indispensáveis para o seu funcionamento, o que exige forte investimento para garantir condições de trabalho a docentes e técnico-administrativos, assim como de ensino, pesquisa e extensão. Igualmente, deve ser assegurada, de forma estruturante, uma política de acesso e permanência direcionada ao segmento estudantil — uma assistência estudantil robusta, que receba financiamento suficiente para a sua efetividade real.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E INSTITUCIONALIDADE

Cabe, de antemão, evidenciar a presença, na contemporaneidade, de concepções — e não de uma única concepção — para a educação, como um todo, e para a educação superior, de forma específica. Mais ainda: é forçoso deixar explícito que a concepção aqui adotada é nitidamente contra-hegemônica, nos dias atuais, nos quais prevalece a concepção que foi esboçada, em grandes linhas, na seção deste texto sobre autonomia — aquela da educação-negócio, escola-loja, conhecimento-mercadoria.

Para nós, percorrendo o caminho no sentido inverso, o conhecimento é patrimônio que se estende para toda a espécie humana, devendo ser garantido a todos o direito de a ele ter acesso. A prática social que deverá assegurar a efetividade desse direito é a educação, que, para tanto, deverá ter sua oferta universal implementada em instituições, as escolas — todas elas, idealmente, públicas.

Ao chegarmos a este ponto, o confronto com o mundo real, no qual a presença das instituições educacionais privadas é bem significativa — do ponto de vista de número de alunos, majoritária, mesmo em algumas situações, como é o caso da educação superior no Brasil —, impõe-se a formulação e o acréscimo de um aposto em nossa concepção. Isso se dá, especialmente, por conta da necessidade de confrontar o papel atribuído às instituições privadas pela visão educacional predominante<sup>3</sup>.

Nesse aposto referido, busca-se regularizar, com o máximo de rigor possível, a prestação de um serviço cuja natureza é essencialmente pública, a educação, por entidades/instituições privadas, tentando, desse modo, minimizar, de forma otimizada, o caráter contraditório inerente a esse fenômeno<sup>4</sup>. Nessa perspectiva, no âmbito do modo capitalista, sobremaneira em sua versão atual, isso significa reconhecer o caráter de uma concessão nessa prestação de serviços, fazer valer a exigência de que ele seja feito com recursos financeiros próprios, sem repasse de dinheiro público, e manter uma fiscalização sistemática do Estado sobre a qualidade do exercício dessa concessão.

Isso posto, focando, a partir deste momento, na educação superior, podemos dizer que, no caso do Brasil, ela é o espaço-tempo no qual ocorre a socialização — for-

---

3. Durante um longo intervalo de tempo, o Andes-SN, então a Andes, caracterizou a sua percepção daquilo que aqui estamos chamando de aposto pela designação de “Política de Transição para as IES Privadas” (Andes 1986). Com o curso e término do processo de sua regularização sindical, no qual a imensa maioria dos docentes das instituições privadas passou a ser vinculada aos Sinpro, além das demandas sempre prementes das sucessivas conjunturas, essa temática perdeu espaço na pauta prioritária de debates da entidade.

4. Com o intuito de apresentar dados mais atuais da situação de privatização que predomina presentemente na Educação Superior Brasileira, destacamos dois aspectos que consideramos bastante emblemáticos. Em primeiro lugar, a explosiva proliferação pela qual vêm passando os cursos superiores ministrados na modalidade a distância (EAD) desde o início do século, intensificada no governo Temer e reforçada com a ocorrência da pandemia. 2020 marca a superação de ingressos por EAD frente a entrada presencial. Nesse ano, as entradas por EAD na Educação Superior, representavam 53% do total; em 2022 subiram para 65%. No que tange ao aspecto referente à relação entre público e privado, o caso das licenciaturas, cursos de formação em nível superior para o exercício do magistério na Educação Básica, é exemplar. Em 2022, ingressaram nas licenciaturas um total em torno de 790.000 estudantes. Fechando o círculo- armadilha?, desses, mais de 650.000, cerca de 82% do total, foram para instituições de ensino privadas, dos quais 93,7% ou 77% do universo de ingressantes optaram por cursos EAD (FSP 2023a). Em segundo lugar, articulando-se ao que foi dito imediatamente acima, o violento processo de oligopolização pelo qual está passando a Educação Superior no Brasil. Os dados indicam que cinco faculdades, particulares, concentram 27% (2,5 milhões) do total das matrículas. À guisa de comparação, as 312 IES públicas existentes em nosso país, juntas, possuem, ao todo, pouco menos que 2,1 (22,7%) milhões de estudantes. E, como evidência da articulação mencionada, dessas 2,5 milhões de matrículas nas cinco “gigantes”, 2,3 são em cursos EAD (FSP 2023 b).

mal e informal — e, especialmente, a produção — em seu nível mais sofisticado — do conhecimento sistematizado em nosso país. Como é sabido por todos, esses processos – socialização formal e informal e produção do conhecimento – têm peculiaridades cuja vigência é condição *sine qua non* para a sua ocorrência. E, a partir dessas peculiaridades, podemos extrair os princípios que devem nortear o funcionamento das instituições onde a educação superior brasileira se efetiva.

Num primeiro momento, tendo em mente o papel desempenhado pelo exercício da docência no campo do ensino (socialização formal) e no da extensão (socialização informal) e a inalienável liberdade – não absoluta, o que seria uma aspiração ingênua e impossível, frente ao imenso conjunto de condicionantes presentes em cada contexto, mas tão ampla quanto se consiga – necessária à produção de um conhecimento de qualidade<sup>5</sup>, destaca-se, sem dúvida a Autonomia. Será por seu intermédio que poderemos criar as condições para que esses processos se realizem nas condições aqui anunciadas.

Na sequência, recordando o direito universal de todos a terem acesso ao conhecimento e, daí decorrente, a garantia de que os procedimentos que assegurem esse acesso sejam definidos de forma coletiva, pela diversidade das representações da sociedade e, sobretudo — por conta da autonomia, aqui já arrolada—, pelo conjunto daqueles que fazem a instituição, emerge, inequivocamente, o princípio da democracia. Aqui, faz-se necessário acentuar as suas duas vertentes fundamentais: democracia na gestão e a democracia de acesso e permanência. Ou seja, a um só tempo, democracia tomada como método e como condição social.

Por fim, como elemento de conjugação e qualificação da Autonomia e da Democracia, tendo em mente a necessidade de que o trabalho institucional tenha, simultânea e articuladamente, asseguradas a sua atualidade e o seu compromisso com o atendimento das múltiplas demandas da sociedade (de toda ela, e não apenas da sua parcela mais poderosa) na qual a instituição está inserida, estabelece-se, como terceiro princípio, a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Será ela a fiadora da implantação de um ciclo virtuoso entre a sociedade e a instituição, ao permitir que as pautas portadoras dos anseios e problemas da sociedade, democraticamente construídas e repassadas à instituição, tornem-se temática para a pesquisa, e que o conhecimento novo que daí seja originado, como elemento de solução das questões econômicas, políticas, sociais e culturais, passe a integrar, como conteúdo, a socialização feita pela instituição. Socialização esta, aliás, que, ao acontecer em seu caráter de sentido duplo, possibilitará, permanentemente, com destaque para a vertente extensionista do trabalho institucional, a apresentação de novas demandas.

Neste ponto, consideramos indispensável um alerta, cuja inobservância tem sido

---

5. Estamos aqui caracterizando por Conhecimento de Qualidade aquele cuja componente ideológica encontra-se minimizada- vale o alerta, por indispensável, de não se ter a ilusória pretensão de que é possível extirpar completamente a vertente ideológica de qualquer conhecimento- o suficiente para permitir seu trânsito no âmbito de distintas tradições de pensamento, ou seja, aquele que é passível de retraduições (cf. GRAMSCI 1982, MORAES 1993). Para que isso ocorra, portanto, é necessário que no espaço-tempo de sua produção seja assegurada a circulação de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas.

geradora de equívocos bastante graves. Trata-se da leitura desse princípio, que tem um caráter nitidamente institucional, como sendo uma obrigação pessoal, norteadora da atuação de cada docente individualmente — aquilo que, jocosamente, caracterizamos como “esquizofrenia docente compulsória”. Assegurar que a instituição exerça diligentemente a indissociabilidade não tem, em absoluto, como condição necessária, a exigência de que todos os seus docentes desempenhem as três modalidades das atividades acadêmicas. Longe disso, o que se precisa é instituir e fortalecer formas de articulação entre essas referidas modalidades, por meio de ações de caráter coletivo, envolvendo os docentes e, na perspectiva de uma maximização da efetividade do princípio da indissociabilidade, possibilitar a cada docente sua atuação nas atividades para as quais tenha pendor, por vocação, interesse ou outros motivos consistentes.

Por fim, para concluir este tópico, pensamos ser necessária uma ligeira — ligeiríssima, na verdade — menção à questão das configurações institucionais. A pergunta aqui é: o que torna a universidade tão especial frente às demais formas institucionais da educação superior?

Ao nosso ver, a singularidade universitária encontra-se, sem trocadilhos, na universalidade de campo nela existente — para a qual ela busca, permanentemente, modos de ampliação. É preciso que se perceba a abrangência e a profundidade dessa peculiaridade. Será ela que possibilitará, à universidade, na sua estrutura e na sua dinâmica, a vigência plena — perdoem-nos a redundância — dos três princípios organizativos da educação superior: Autonomia, Democracia e Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Às demais formas institucionais serão impostas, inevitavelmente — por força das suas respectivas configurações, sempre mais restritas, do ponto de vista do conhecimento, que as das universidades —, algumas condições de contorno, limitantes, para a conformação que será assumida pelos referidos princípios no seu interior. Como exemplo evidente desse tipo de situação, podemos mencionar o caso da autonomia didático-científica.

## **ALGO NOVO NO AR: O SUBSTITUTIVO DE PATRUS ANANIAS AO PL 2699/2011**

Uma boa notícia tomou conta da troca de mensagens na tarde de 18 de outubro de 2023, em razão da aprovação, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei nº 2.699/2011. Trata-se de iniciativa de autoria de Sandra Rosado, à época deputada do PSB-RN, atualmente sem mandato, que tem como relator o deputado Patrus Ananias (PT-MG). O referido Projeto de Lei pretendia alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a fim de tornar paritária a participação de estudantes, servidores e professores na escolha dos dirigentes máximos das instituições de ensino superior, mas mantinha a escolha da lista tríplice pelo colegiado máximo das instituições. Cabe noticiar que o Projeto de Lei apreciado na Comissão de Educação da Câmara Federal possui apensadas quinze outras proposições, o que certamente produziu um esforço adicional para incorporar as várias propostas.

Tendo em vista a análise apresentada pelo relator, o deputado Patrus Ananias, e

na sequência o seu voto, que foi pela aprovação dos projetos apensados e pela rejeição de apenas uma das propostas, o saldo foi a apresentação, na forma de substitutivo, de um novo texto, que buscou sistematizar as várias propostas e, ao mesmo tempo, atender aos anseios das comunidades universitárias de todo o país. A proposta seguiu seu trâmite e foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sendo aprovado em 29 de novembro de 2023. A extrema direita, por meio dos seus representantes no Congresso Nacional, ingressou com recurso, em 12 de dezembro do mesmo ano, para impedir que a proposta prosseguisse, já que, inicialmente, o projeto de lei tinha caráter conclusivo, nas comissões.

O texto consolidado no substitutivo fixa normas para a nomeação de dirigentes das universidades e estabelecimentos isolados de educação superior mantidos pela União e das instituições particulares de educação superior. Também altera o art. 12 da Lei nº 11.892, de 2008, relativo à nomeação de reitor de instituto federal.

O Projeto de Lei possui um texto enxuto. Aquilo que impacta no processo de escolha de dirigentes das universidades federais está disposto no texto proposto para o Art. 1º, como pode ser atestado na transcrição a seguir:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Reitores e Vice-Reitores das universidades federais serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução no mesmo cargo, **após eleição direta por chapas** para Reitor e Vice-Reitor **pela comunidade acadêmica**, composta por seus docentes e servidores técnico-administrativos, ocupantes de cargos efetivos e em exercício, bem como por seus discentes com matrícula ativa em cursos regulares, admitida, nos termos das normas de cada universidade, a participação de representantes de entidades da sociedade civil. (grifos nossos)

§ 1º O processo de eleição e a definição do peso do voto de cada segmento da comunidade acadêmica bem como, se for o caso, de representantes de entidades da sociedade civil, **será regulamentado por colegiado constituído especificamente para esse fim, observadas a autonomia universitária e a legislação em vigor.** (grifos nossos)

§ 2º **Caberá ao colegiado referido no § 1º homologar a eleição realizada**, atestando sua regularidade, e **encaminhar ao Presidente da República os nomes dos integrantes da chapa escolhida.** (grifos nossos)

§ 3º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor e Vice-Reitor os docentes da universidade:

I - ocupantes de **cargo efetivo da carreira de magistério superior**, em exercício, que atendam aos seguintes requisitos: (grifos nossos)



- a) possuam o título de doutor; ou
  - b) estejam posicionados como Professor Titular ou Professor Associado 4;
- II - ocupantes de cargo efetivo isolado de Professor Titular Livre do Magistério Superior, em exercício.

Em primeiro lugar, depreende-se, dessa leitura, que o projeto inova ao estabelecer eleição direta pela comunidade acadêmica e define que a homologação da eleição realizada, atestada a sua regularidade, será feita pela comunidade universitária, que deverá encaminhar, ao presidente da República, os nomes dos integrantes da chapa escolhida. Concretamente, isso significará o fim da lista tríplice. No entanto, ao fazê-lo, propõe que seja constituído um colegiado especificamente para esse fim, incluindo, entre as suas atribuições, a definição do peso do voto de cada segmento da comunidade acadêmica. Acrescenta ainda a possibilidade de representantes de entidades da sociedade civil.

No que se refere a esse último aspecto, tal previsão nos parece forçosa e inapropriada, considerando, inclusive, que já existe previsão de participação da sociedade na gestão democrática, como previsto na LDB. Senão, vejamos: “Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que **participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.**”

No que diz respeito à definição do peso do voto de cada segmento da comunidade, importa considerar que o texto proposto oferece um tratamento diferenciado entre as universidades e os institutos federais, pois, ao propor que seja definido em cada universidade, permitirá que as eleições não sigam o critério da paridade, sendo este o estabelecido para os institutos. Qual o sentido do tratamento diferenciado?

Para essa discussão merece destaque que há, ao menos, duas experiências consolidadas no sistema das federais: o peso 70% docentes, 15% técnico-administrativos, 15% estudantes; e o voto paritário: 1/3 docentes, 1/3 técnico-administrativos e 1/3 estudantes.

Durante o governo Bolsonaro, as eleições, na sua imensa maioria, foram realizadas observado o cumprimento do que dispõe a Lei nº 9.192/95, que regulamenta a escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, exigindo 70% dos votos para professores. Em alguns casos, mesmo a consulta sendo realizada de forma paritária, sempre que necessário, arguiu-se o fato de que os colegiados, por força da LDB, devem obedecer obrigatoriamente à proporcionalidade de 70% para docentes, garantindo o cumprimento da Lei nº 9.192/95. Mas cabe lembrar que nem sempre esse argumento prevalece, devido às disputas no interior das comunidades universitárias.

Parece-nos apropriado recuperar a proposta do Andes-SN, resultado de debates ao longo de anos nos Congressos do Sindicato Nacional, que sem dúvida alguma expressa a posição da vanguarda do movimento docente. Nesse sentido, defende o sindicato nacional que “o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição;”

(Andes, 2013, p. 25)

Antes de analisarmos outro aspecto da proposta, somos forçados por justiça histórica, a recordar que mesmo no interior do movimento docente universitário, salvo melhor juízo, entre 1982 e 2003, chegou-se ao entendimento de que a questão do peso do voto dos três segmentos deveria ser solucionada no interior de cada Universidade, reconhecendo tal decisão como parte da autonomia universitária.

Sobre as eleições de dirigentes, mandatos e impedimentos, em 1982, quando da publicação da 1ª versão da “Proposta das Associações de Docentes e da Andes para a Universidade Brasileira”, vivia-se um problema que era a designação de dirigentes externos às IES, o que levou o Movimento Docente a deliberar que: “os cargos de direção e gestão financeira deverão ser exercidos exclusivamente por professores da universidade”. Também se propugnava pelo processo de eleições diretas e secretas para dirigentes, em todos os níveis, com participação de todos os segmentos, em proporção definida internamente à IES e que o mesmo deveria esgotar-se no âmbito da instituição. Na versão de 1986, acrescentou-se que a forma da eleição seria preferencialmente paritária. Posteriormente, abandonou-se a indicação de paridade como preferencial e remeteu-se a regulamentação do processo de dirigente para o âmbito de cada instituição para que a forma fosse estabelecida nos estatutos e regimentos das IES. (Andes, 2003, p.56)

Nesse sentido, cabe ressaltar que a defesa do voto universal ou paritário, consolidada nos fóruns da categoria, convive com posições divergentes, mais ou menos explícitas, no que se refere à questão do peso dos três segmentos para escolha de dirigentes das IFES. Basta acompanhar as disputas sobre o tema quando da elaboração dos regimentos eleitorais nas IFES do país. Portanto, o peso do voto dos segmentos não é ponto pacífico no interior das comunidades universitárias, o que, do nosso ponto de vista, estaria facilmente solucionado se o Projeto de Lei equiparar as Universidades ao que já é praticado nos Institutos Federais, o voto paritário.

Outro tema importante no texto do substitutivo é a definição de quais docentes são elegíveis ao cargo de reitor(a), pois o relator mantém o que já está previsto no Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, combinado com o Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007. Nesse sentido, propõe a manutenção de que nas universidades poderão candidatar-se apenas docentes da carreira de Magistério Superior que possuam o título de doutor ou estejam posicionados como Professor Titular ou Professor Associado 4; ou que sejam ocupantes de cargo efetivo isolado de Professor Titular Livre do Magistério Superior. Ao manter esse limite, a proposta em tramitação reforça uma distinção no mínimo problemática, pois, desta forma, parte da comunidade universitária fica im-

pedida de participar apresentando candidatura ao cargo de dirigente máximo nas IFES. Nesse sentido, o debate acumulado nas instâncias democráticas do Sindicato Nacional, presentes no Caderno 2 do Andes-SN, é muito explícito e inequívoco, ao defender que “todos docentes serão elegíveis para funções administrativas e para colegiados, independentemente de sua referência na carreira” (Andes-SN, 2013, p. 24).

Concretamente, estamos diante de uma definição que exclui docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e, igualmente, impede docentes nos níveis de Auxiliar, Assistente e Adjunto de pleitearem os cargos de dirigentes máximo das instituições.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LUTA EM CURSO NA UFPB**

No item anterior, o texto tinha, inicialmente, apenas a pretensão de oferecer uma rápida análise sobre o Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, relacionado à escolha de dirigentes das universidades e institutos federais. Por força do contexto atualmente vigente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é inegável que o problema é vivenciado pelos integrantes da comunidade universitária e sentido por todos como uma dolorida chaga em carne viva. Foram essas constatações que nos levaram a adotar o que, na Introdução, designamos por postura acadêmico-militante, ao tentarmos fazer um rigoroso exercício analítico, para utilizarmos os resultados dele obtidos na luta político-institucional em curso. No entanto, na busca por argumentos, fomos forçados a estabelecer mediações com a experiência concreta que vivenciamos na UFPB.

O debate sobre essas questões é fundamental e envolve muitos outros elementos, variáveis e mediações. Na UFPB, era inadiável que nos debruçássemos sobre essa problemática, pois o tempo presente, no qual ainda amargamos a intervenção de Bolsonaro na instituição, exigiu e continua a exigir muita luta e resistência daqueles comprometidos com o projeto de uma universidade a serviço do desenvolvimento humano, social, econômico, político e cultural do seu estado e do país.

Durante o governo Bolsonaro, a escolha de dirigentes nas universidades foi objeto de intervenção direta do Governo Federal, representando um ataque aos princípios da autonomia e da democracia universitárias. A intervenção na UFPB causou enormes prejuízos no ambiente acadêmico. Uma gestão não eleita, que obteve zero voto no Colégio Eleitoral formado pelos Conselhos Superiores da instituição (Consuni, Consepe e Conselho Curador), não poderia ter outro resultado que não uma profunda crise de legitimidade perante a comunidade universitária.

Não por acaso, desde o primeiro dia, a administração do professor Valdiney Veloso e da professora Liana Filgueira enfrentou a luta e a resistência organizada em nome da democracia e da autonomia, patrocinadas pela ADUFPB, pelo SintesPB, pelo DCE e por membros da comunidade acadêmica em geral. Atividades de mobilização e denúncias contra a intervenção se acumularam e consubstanciaram a criação de um Comitê contra a Intervenção, o qual sistematizou os abusos da administração superior. O Estatuto da UFPB prevê, textualmente, a prerrogativa de analisar denúncias contra a reitoria e propor, à autoridade competente, a destituição do mandato de reitor e

vice-reitora. As manobras protelatórias para evitar que os três Conselhos Superiores apreciem as denúncias contidas no Dossiê contra a Intervenção maculam a história da universidade.

O desrespeito à vontade da comunidade universitária, que, em 2020, elegeu as professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega para os respectivos cargos de reitora e vice-reitora da instituição, contou, lamentavelmente, com a atuação de alguns docentes, técnico-administrativos e estudantes, evidenciando o total desprezo pela democracia por parte desses colaboradores. Os efeitos deste processo são flagrantes. A ineficiência, os problemas estruturais acumulados e o completo desrespeito às instâncias democráticas, notadamente ao Consuni, Consepe e Conselho Curador, aliados à incapacidade de conduzir reuniões destas instâncias, atestam a crise de legitimidade que se arrasta na UFPB. Embora possa transparecer, para alguns, um clima de normalidade, consideramos fundamental deixar consignado que não vivemos tempos normais na instituição. Cabe, ainda, recuperar outro elemento que foi objeto de nossa consideração, há algum tempo: a gestão Valdiney & Liana adota o caos como método de gestão. Não poderíamos deixar de explicitar que a intimidação, por meio da ameaça de abertura de processos administrativos e criminais, faz parte do *modus operandi* da gestão ilegítima. Basta consultar a quantidade de processos que buscam criminalizar membros da comunidade universitária.

Em 25 de abril de 2024, a UFPB realizou eleição para escolha de dirigente máximo da instituição. Três chapas concorreram ao pleito: Chapa 1, intitulada “UFPB: inovação com inclusão”, composta pelas professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega; Chapa 2, que teve o nome “Conecta UFPB”, na qual concorreram os professores Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e João Euclides Fernandes Braga; e Chapa 3, com o nome “Avança UFPB”, formada pelos professores Valdiney Gouveia e Rita de Cássia Pereira.

A comunidade universitária da instituição participou ativamente do processo de escolha de seus dirigentes, e o resultado do pleito expressou de forma inquestionável a necessidade de restaurar a democracia e a autonomia universitárias. As professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega receberam 67,95% dos votos; os professores Lucídio Cabral e João Euclides ficaram com 25,37%; já o interventor (reitor) imposto por Bolsonaro, Valdiney Gouveia, que concorria ao lado da professora Rita de Cássia Pereira, ficou na terceira e última colocação, com 6,67% dos votos.

Portanto, restaurar a Autonomia e a Democracia universitárias, esses dois princípios inegociáveis, assume um valor tático-estratégico fundamental, pois, ao longo da história, esses valores fundantes, associados à defesa da pluralidade, possibilitaram a construção das universidades públicas brasileiras. É sabido que ainda há muito o que fazer para tornar as universidades públicas espaços democráticos a serviço da superação das desigualdades, das variadas formas de opressão, discriminação e exploração. Mas que reiniciemos esse caminhar de forma coletiva, restaurando a Autonomia e Democracia na UFPB.

## REFERÊNCIAS

Andes. **Proposta das Associações de Docentes e da Andes para a Universidade Brasileira.** In Cadernos da Andes n.2. Juiz de Fora, MG: Andes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Andes** – n. 2 (1981) Florianópolis: Andes, 1981. Edição atualizada. ANDES: Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Andes** – n. 2 (1981) Florianópolis: Andes, 1981. Edição atualizada. Andes: Brasília, 2013.

BELTRÃO, Cláudia. **Alma Mater** - a autonomia na origem da universidade. In Universidade & Sociedade 12. São Paulo: Andes-SN, pp. 27-28, 1997.

CERRONI, Umberto. **La libertad de los modernos.** Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1972.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982.

MORAES, Ignez N. de. **Marxismo, ciência e ideologia:** um olhar gramsciano. In: Temáticas 1 (1/2). Campinas, São Paulo: EdUNICAMP, pp. 153-188, 1993.

NÁDER, Alexandre Antônio Gili. **Tempo e Conhecimento:** dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma história recente/presente (1968-2002) da Educação Superior Brasileira. João Pessoa, PB: Editora do CCTA, 2018.

PALHARES, Isabela. **Ensino a distância recebe dois terços dos ingressantes no ensino superior.** Consultado em <https://www1.folha.uol.com.br> no dia 28/10/2023.

PALHARES, Isabela & MARTINS, Cristiano. **Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país.** Consultado em <https://www1.folha.uol.com.br> no dia 28/10/2023.



# O governo Lula, a reforma do Ensino Médio e os desafios da agenda educacional

Éder Dantas

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a disputa acerca da reforma do ensino médio no Brasil, em meio à política educacional do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Pretende-se caracterizar a proposta do Novo Ensino Médio, seus avanços e retrocessos, no contexto dos confrontos sobre os rumos da educação no Brasil e da disputa de projetos entre os grupos sociais, no cenário de predomínio da razão neoliberal. Percebe-se a política educacional como um campo em disputa, em que as classes e grupos sociais buscam a conquista da hegemonia, no caso, em um cenário de um governo de coalizão, com predominância de forças de esquerda, em meio a fortes interesses empresariais, na educação e em outras áreas, com visível influência sobre o Congresso Nacional.

**Palavras-chave:** Política Educacional; Governo Lula; Disputa; Hegemonia; Ensino Médio.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the dispute over the reform of secondary education in Brazil, amid the educational policy of the government of Luís Inácio Lula da Silva. The aim is to characterize the New High School proposal, its advances and setbacks, in the context of clashes over the direction of education in Brazil, the dispute over projects between social groups, in the scenario of hegemony of neoliberal reason. Educational policy is perceived as a field in dispute, in which classes and social groups seek to achieve hegemony, in this case, in a scenario of a coalition government, hegemonized by left-wing forces, amidst strong business interests, in education and other areas, with visible influence on the National Congress.

**Keywords:** Educational policy; Lula government; Dispute; Hegemony; High School.

\* Professor do Departamento de Psicopedagogia do Centro de Educação (CE/UFPB/Campus I)  
E-mail: mepcarv@gmail.com

Este artigo tem por objetivo analisar as disputas em torno do governo de Luís Inácio Lula da Silva, das possíveis mudanças que podem atingir o novo ensino médio (NEM) e os desafios da agenda educacional no contexto da hegemonia neoliberal.

O NEM é um dos principais temas de debate da educação brasileira no atual contexto das políticas educacionais. Trata-se de uma política governamental instituída pela Lei Federal 13.415/2017, a partir da conversão da Medida Provisória 746, de 2016, em lei por parte do governo Michel Temer. A proposta teve amplo apoio de segmentos empresariais da educação e grande oposição dos movimentos sociais da área.

O novo governo, eleito com o apoio de segmentos da esquerda política e de movimentos estudantis e docentes, contrários ao NEM, e de setores empresariais que compuseram a chamada “frente ampla”, formada para derrotar a coalizão de ultradireita, liderada pelo presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, encontra-se “espremido” entre perspectivas opostas no debate.

Na primeira parte deste trabalho, pretendemos analisar as reformas econômicas e políticas ocorridas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, no contexto da racionalidade neoliberal — na qual se encontra o NEM —, seus itinerários formativos altamente flexíveis e a ideologia do empreendedorismo.

Na segunda parte do texto, buscar-se-á tentar compreender os desafios que se apresentam ao governo Lula da Silva, de superar a lógica pró-mercado e afirmar uma nova agenda educacional, que incorpore os interesses dos segmentos populares, especialmente os jovens que frequentam a escola pública, no contexto da “frente ampla”.

Mais adiante, o texto deve abordar os debates em torno do Revoga NEM, as divergências em torno do tema e os desafios do MEC e sua perspectiva “equilibrada” entre interesses tão divergentes.

Por último, buscaremos refletir sobre para onde vai a agenda educacional do governo Lula da Silva em meio a tais olhares divergentes, e até opostos, quanto aos destinos da educação brasileira — em especial, da escola pública e do ensino médio.

## **1. DO GOLPE DE 2016 A BOLSONARO: AGENDA NEOLIBERAL E O NEM**

Não é possível se iniciar uma leitura minimamente aprofundada sobre o debate atual em torno do novo ensino médio sem recuarmos um pouco no tempo e nos determos a resgatar o cenário do golpe parlamentar de 2016, o impeachment da então presidenta petista Dilma Rousseff, a ascensão ao comando do país de Michel Temer e uma nova agenda para o país, expressa no documento “Uma ponte para o futuro”, elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e que daria um novo rumo ao desenvolvimento do país.

O ano de 2016 marca uma profunda reviravolta na política educacional em nosso país. Deixou o comando central da nação um governo de centro-esquerda, dando espaço a um governo conservador. O abrupto afastamento da presidenta pôs fim a uma década de avanços. A agenda neoliberal dos anos 1990 “voltou imposta por um governo sem legitimidade e um Congresso Nacional dominado por representantes dos grandes inte-



resses privados, com apoio da grande mídia e de setores do Judiciário. A terceirização generalizada, a reforma trabalhista e a reforma da previdência destroem direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. A agenda econômica implementa brutal corte de gastos em áreas sociais e promove redução nos investimentos” (ARAGÃO, JÚNIOR & DANTAS, 2019, 158). Com o governo ilegítimo de Michel Temer, a agenda neoliberal reocupa o centro das políticas públicas, não mais apenas como uma estratégia de transferir os negócios públicos para o setor privado.

De acordo com DARDOT & LAVAL, o neoliberalismo, em seu estágio atual, “antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é, em primeiro lugar, e fundamentalmente, uma racionalidade, e, como tal, tende a estruturar e organizar até mesmo a conduta dos governados” (2016, 16). Segundo os autores, a racionalidade neoliberal promove a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (idem). Assim, o trabalhador passa a se ver como parte do sistema de mercado, e discursos como o do “empreendedorismo” passam a encontrar solo fértil para se desenvolver.

Michel Temer, como já falado antes, fundamentaria sua gestão no documento “Uma Ponte para o Futuro”, da Fundação Ulysses Guimarães. No texto, os ideólogos do golpe, referindo-se às gestões petistas, afirmavam que, no governo, o PT “cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado” (PMDB, 2015, 02).

A saída para superar a crise fiscal, segundo o documento, estaria em um ajuste fiscal de longo prazo, com reforma do orçamento público, estabelecimento de um teto de gastos, reformas da Previdência e Trabalhista, maior abertura comercial, política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, privatizações e todo um receituário pró-mercado. Junto a tudo isso, uma agenda profundamente regressiva na educação.

## **1.B – A AGENDA EDUCACIONAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

No âmbito da educação, o governo Temer teve como um de seus focos o desmonte das políticas inclusivas e de democratização do acesso implantadas nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Para ARAGÃO, SOUSA JÚNIOR & DANTAS, a gestão em análise não apenas reduziu recursos para a educação em geral como também fez profundas mudanças nos órgãos de deliberação das políticas educacionais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação (FNE), de modo a impossibilitar qualquer resistência no âmbito dessas instituições e facilitar a aprovação e a implementação da contrarreforma educativa.” (2019, 162)

No tocante à contrarreforma anteriormente citada, em sintonia com a “Ponte para o Futuro” e a agenda neoliberal, pôs-se em destaque a proposta do Projeto de Lei da Escola Sem Partido — que visava incluir, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), medidas com o objetivo de impedir a suposta doutrinação política e ideológica em sala de aula —, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) — voltada para a educação

infantil e o ensino fundamental, na perspectiva de uma maior padronização dos currículos —, e a Reforma do Ensino Médio.

A Reforma do Ensino Médio foi imposta por medida provisória e convertida na Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB e instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Com profundas implicações curriculares, ela promoveu a flexibilização e o aligeiramento da formação.

A nova estrutura curricular do ensino médio resulta de uma BNCC específica para o ensino médio. Aprovada em 2018, dá autonomia aos sistemas de ensino para a sua elaboração, por meio de itinerários formativos, a serem organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a sua relevância para o contexto local e as possibilidades para os sistemas de ensino. Tais itinerários podem contemplar: I – Linguagens e suas Tecnologias; II – Matemática e suas Tecnologias; III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias; IV – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; V – Formação técnica e profissional.

De acordo com a lei, as escolas deverão ampliar a sua carga horária de 800 horas para 1.000 horas anuais, num intervalo de cinco anos, contados a partir de março de 2017, de forma progressiva, devendo oferecer 1.400 horas anuais de carga horária, tornando-se, aos poucos, escolas de tempo integral. A Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) estabeleceu também uma nova composição para o currículo, sendo que parte deve ser destinada à BNCC, com, no máximo, 1.800 horas para sua integralização, e a outra parte para os itinerários formativos,

A proposta de reforma do ensino médio não seria aprovada sem protestos e resistência, especialmente do movimento estudantil secundarista, notadamente o da rede pública. O ano de 2016 foi marcado por um amplo movimento de ocupações de escolas de ensino médio e de universidades públicas, na maioria dos estados da Federação, tendo como alvo a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241 (do teto de gastos). Setores importantes da juventude, especialmente a que frequentava escolas públicas, firmaram posição contrária à proposta, assumida pelos governos Temer e Bolsonaro.

## **2 – O GOVERNO LULA, A NOVA AGENDA EDUCACIONAL E O NEM**

O governo do esquerdista Lula da Silva começou no dia 1º de janeiro de 2023, no contexto de uma frente ampla formada para derrotar o projeto autoritário e ultraliberal representado por Jair Bolsonaro. No contexto deste debate, os movimentos sociais da educação apresentaram como pauta ao novo governo a revogação do NEM. A proposta foi discutida em reunião entre o presidente da República, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), em abril desse ano.

No dia 8 de junho, mais de 300 entidades da educação, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Educação (ANPEd). No documento, as entidades defendem a revogação do NEM, apontando as suas principais fragilidades, como, por exemplo:

I - Fragiliza o conceito de Ensino Médio como parte da educação básica, assegurado na LDB, na medida em que esta etapa deixa de ser uma formação geral para todos;

II - Adota o modelo de Ensino Médio em Tempo Integral sem assegurar investimentos suficientes para garantir condições de acesso e permanência dos estudantes;

III - Induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados de maneira precária, em escolas sem infraestrutura;

IV - Coloca em risco o modelo de ensino médio público mais bem-sucedido e democrático do país: o Ensino Médio Integrado, praticado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Trata-se de um modelo que adota cotas sociais e raciais de ingresso desde 2012 e que apresenta resultados excelentes em avaliações de larga escala, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa);

V - Aumenta consideravelmente o número de componentes curriculares e acentua a fragmentação. Uma das justificativas para a Reforma do Ensino Médio era justamente a necessidade de diminuir o número de disciplinas escolares obrigatórias;

VI - Desregulamenta a profissão docente, pela construção de itinerários formativos que objetivam a aquisição de competências instrumentais, desmontando a construção dos conhecimentos e métodos científicos que caracterizam as disciplinas escolares e pela oferta das disciplinas da educação profissional por pessoas sem formação docente;

VII - Amplia e acentua o processo de desescolarização no país, terceirizando partes da formação escolar para agentes exógenos ao sistema educacional;

Compromete a qualidade do ensino público por meio da oferta massiva de Educação a Distância (EaD);

VIII - Segmenta e aprofunda as desigualdades educacionais — e, por extensão, as desigualdades sociais —, ao instituir uma diversificação curricular por meio de itinerários formativos que privam estudantes do acesso a conhecimentos básicos necessários à sua formação; e

IX - Delega aos sistemas de ensino as formas e até a opção pelo cumprimento dos objetivos, tornando ainda mais distante a consolidação de um Sistema Nacional de Educação.

Logo depois, o ministro da Educação, Camilo Santana, assinou a suspensão formal da portaria 521, publicada em 13 de julho de 2021, que inicia o cronograma de aplicação do NEM, e anunciou a realização de uma consulta pública sobre o tema, com duração de 90 dias, seguida da elaboração do relatório com as manifestações e sugestões, já divulgado.

Com base nesta consulta, o MEC anunciou recomendações para promover ajustes/adequações no NEM, como regular itinerários formativos e elevar carga horária da formação geral básica, de 1.800 para 2.400 horas; definir componentes curriculares a serem oferecidos, como história, sociologia, filosofia, física e química; reduzir o número de itinerários formativos, de cinco para três; e proibir o uso da EaD na formação geral básica.

O FNE, responsável por coordenar as conferências nacionais de educação e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), também se manifestou em torno da temática da reforma do ensino médio, defendendo a revogação do NEM. Composto por entidades como a CNTE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a ANPEd (Brasil, 2023), fez duras críticas à Lei 13.415/2017 e se manifestou favoravelmente à sua revogação. O FNE avalia como positivo o aumento da Formação Geral Básica para 2.400 horas, porém adverte que “a proposta do MEC, apesar de sugerir a possibilidade de retomar uma FGB com os componentes sugeridos, não afirma que eles serão obrigatórios, o que mantém a instabilidade quanto à formação na etapa do Ensino Médio”.

### **3 - FRENTE AMPLA, DESAFIOS DO MEC E O REVOGA NEM**

A vitória eleitoral do presidente Lula, em 2022, foi a menor registrada na história do Brasil, tendo alcançado 60.341.333 votos — o equivalente a 50,90% dos válidos (Fonte: Agência Senado). Bolsonaro, candidato à reeleição com fortes ligações com a ultradireita, obteve 58.203.620 votos, um percentual de 49,10%, perfazendo uma diferença de pouco mais de dois milhões de votos válidos. Lula teve, como vice, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSB).

A aliança que deu sustentação à candidatura de Lula no segundo turno da disputa era formada por 16 dos 32 partidos políticos brasileiros, composta pelas dez siglas que compuseram sua coligação nacional para o primeiro turno — Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB); Federação PSOL/Rede(PSOL e Rede); PSB; Solidariedade; Pros; Avante; e Agir — e as agremiações PDT, Cidadania, PCB, PSTU, PCO e Unidade Popular, que anunciaram apoio no segundo turno (Fonte: CNN Brasil).

Afora este amplo leque de agremiações partidárias, o candidato esquerdista buscou apoios entre segmentos empresariais, no sentido de ampliar a frente contra Jair Bolsonaro. O político participou de inúmeros encontros com empresários de diferentes setores e também com economistas liberais (Fonte: Money Times). Empresários ligados à área da educação também manifestaram sua adesão a Lula, a exemplo de Maria Alice Setúbal, da Fundação Itaú, ligada ao influente Movimento Todos pela Educação (Fonte: SRZD).

Esses apoios amplos ao presidente Lula tem seu preço. Ao atrair diferentes segmentos políticos e sociais para o seu entorno, ele traz também divergências políticas e, consequentemente, disputas de projetos e interesses — inclusive, no campo da educação. O apoio de lideranças e grupos educacionais historicamente ligados à esquerda e a propostas pedagógicas de perspectiva cidadã (como sindicalistas e ativistas ligados às universidades públicas) é tradicional junto ao lulismo.

O apoio explícito de setores empresariais da educação trouxe novos ingredientes ao debate educacional do governo do PT. Estes segmentos têm buscado influenciar a agenda educacional nas últimas décadas. O próprio Movimento Todos pela Educação procura cumprir este papel. LAMOSA destaca que ele foi formado em 2005, por um grupo de líderes empresariais. O movimento articula cerca de 200 representantes, “entre fundadores, mantenedores e instituições” (2020, 15). Conta com “32 organizações associadas divididas entre mantenedoras e parceiros” (idem). Segundo ele, a entrada das organizações representativas das classes dominantes no interior da escola “é um fenômeno internacional” (idem). Para LAMOSA, a influência empresarial sobre as políticas públicas dirigidas à garantia do direito à educação básica no Brasil foi impulsionada nos anos 1990 e 2000. Segundo o autor, “diversas frações burguesas vêm participando deste movimento, dentre as quais se destacam as frações financeiras” (2020, 16).

A presença das entidades empresariais influenciando as gestões públicas tem se dado independentemente da coloração partidária à frente do governo. É o caso de grande número de secretarias de educação, notadamente as estaduais, cujas políticas se desenvolvem em parceria com entidades empresariais. Para KRAWCZYK, “existe uma presença constante de movimentos empresariais, em diferentes instâncias de decisão político-educativa, que coletivamente e/ou individualmente se entrelaçam com os quadros políticos, no Executivo nacional, estadual e municipal e no Legislativo, estabelecendo formas explícitas e implícitas de cogestão.” (2014, 36).

Recentemente, a CNTE, uma das instituições que estão à frente das mobilizações pelo Revoga NEM, reclamou que aguardava resposta da audiência com o ministro da Educação de Lula, mas que ele, nos primeiros dias à frente do MEC, recebeu institutos do setor empresarial e nem “sequer ouviu a maior entidade representativa da educação básica pública do Brasil” (CNTE, 16/01/23).

E qual o posicionamento desses movimentos em relação à revogação do NEM? Essa proposta — ao menos nos seus quesitos essenciais — possui apoio de movimentos educacionais que contam com a presença de instituições empresariais. Mas, embora admitam falhas no modelo aprovado, opõem-se à proposta de revogação. Um exemplo disso é o Todos pela Educação, que divulgou texto reforçando a sua “defesa da organização curricular do Ensino Médio, trazida pela Lei nº 13.415/2017, que estabelece uma formação geral básica pautada na Base Nacional Comum Curricular e itinerários formativos que visam o aprofundamento dos conhecimentos e/ou preparação para o mundo do trabalho.”

#### **4 – PARA ONDE VAI A AGENDA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA?**

A ampla rejeição de setores da sociedade ao NEM criou dificuldades para a sua manutenção, pelo menos em seu modelo original. Neste sentido, o MEC opta por discutir mudanças no ensino médio que apontam para correções de rumo, sem se mexer modelo *in totum*. Sendo assim, não se trata de debater a revogação ou não do NEM e, sim, de caminhar no sentido de mudanças negociadas, dentro de um ambiente de concertação, bem aos moldes lulistas.

O professor Daniel Cara, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, estranha a postura do Ministério da Educação do governo Lula em defender o NEM — e coloca o dedo na ferida. Segundo ele, o que há entre o MEC de gestões passadas com a gestão atual é a defesa do NEM. “Não tem como negar, o MEC defende — ainda que sem coragem — o NEM”, reconhece o educador, em entrevista (Combate Racismo Ambiental, 30/03/23).

Cara, que compôs a equipe de transição do governo Lula, revela que, enquanto os educadores que vivenciam o dia a dia da escola, em sua maioria, não aceitam o NEM, “do outro lado, há fundações e associações empresariais, secretarias estaduais de educação e, infelizmente, o Ministério da Educação do governo Lula” insistindo no modelo. “A atual gestão do MEC é devedora do programa e de relações estabelecidas com fundações e associações empresariais”, afirma.

A revogação do NEM não foi explicitada no processo de escuta às pessoas. A consulta se concentrou mais nos aspectos pontuais. Em relação à carga horária do ensino médio, por exemplo, a maioria dos participantes da consulta expressou críticas à redução da carga na Formação Geral Básica (FGB) para até 1.800 horas, com a justificativa de que isso compromete a Base Comum Curricular (BCC) e faz com que componentes curriculares indispensáveis fiquem fora da FGB. Os professores, gestores e estudantes demandaram uma efetiva ampliação dessa jornada, reservando uma formação de caráter mais propedêutico.

Mas, afinal, para onde vai a reforma do ensino médio e a agenda educacional do governo Lula?

Resultado de uma eleição altamente polarizada e muito disputada contra um presidente de ultradireita, como já abordamos anteriormente, o governo Lula se constituiu em um governo de frente ampla, incorporando o campo político da esquerda, até setores de direita, incluindo lideranças, partidos e segmentos empresariais. Neste espectro, podemos destacar movimentos e instituições empresariais, a exemplo do Movimento Todos pela Educação, que reúne representantes de instituições como a Fundação Itaú.

Junte-se a isso o fato de a coalizão política do presidente da República não ter conseguido alcançar votos suficientes para obter maioria no Congresso Nacional, historicamente dominado por representantes do setor empresarial.

Em oposição às políticas do governo anterior, de viés ultraliberal, o governo Lula, repetindo seus primeiros governos, procura entabular uma estratégia que a esquerda moderada propõe como um modelo que Tapia define como de “regulação com concertação social”. E o que significa isso?

De maneira sucinta, significa que as políticas econômicas e sociais de um determinado país apresentam um conjunto de características que o diferenciam daquele no qual predomina a desregulação. O modo concertado de regulação...

Assim, não se espere do Ministério da Educação — e do governo Lula, como um

todo — estratégias que levem à confrontação de projetos, mas, isso sim, a soluções baseadas em concertação. É um governo associado à ideia de “pacto social”, ou seja, à construção de um amplo processo de negociação política entre os diferentes atores sociais que compõem a Nação, no sentido de montar uma arquitetura institucional e legal capaz de promover um desenvolvimento econômico e social negociado, sendo ele próprio o mediador. A experiência mais conhecida de “concertação” se deu no processo de redemocratização chileno, depois da ditadura do general Pinochet. A redemocratização foi conduzida por uma coalizão política denominada “concertación por la democracia”, composta, fundamentalmente, pelo Partido Socialista e pela Democracia Cristã.

O governo Lula é um governo em disputa. Sua composição ampla e a luta contra a ultradireita não anulam as diferenças internas entre os setores que o compõem. Em todas as áreas, em especial no tocante às políticas econômicas e sociais, já se apresentam projetos que refletem visões de mundo e interesses materiais diferentes e até opostos, como têm tido os debates sobre a reforma tributária e a reforma agrária. Os interesses das elites econômicas (mesmo as que se dispuseram a compor a “frente ampla”) se chocam com aspectos fundamentais das agendas dos movimentos sociais e classes populares.

Na educação, a realidade não é diferente. Bastos (2023) destaca a força do Movimento Todos pela Educação no governo, o que levou, inclusive, a uma percepção inicial de que a implementação do NEM era inevitável. Ele destaca, todavia, que “a movimentação de setores que compõem as lutas populares de educadores, como a UNE, a CNTE e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, conseguiram colocar no centro da discussão nacional a necessidade de rever a política” (BDF, 18/06/23).

A reforma do ensino médio, em sua versão final, será resultante, de certo modo, do tamanho da luta e da pressão social, do jogo de forças envolvido no processo. O ambiente político, como dissemos, já é bastante diferente do que predominava no começo do ano passado. O novo modelo já começou a ser experienciado por legiões de estudantes e professores. A consulta promovida pelo MEC, com resultados muitos críticos a itens importantes do NEM, são um exemplo disso.

É importante observar, também, que o posicionamento do empresariado da educação pode encontrar apoio na maioria do Congresso Nacional, por meio de secretarias estaduais da educação e pelos grupos de mídia, de perfil pró-mercado. Este contexto exige forte atuação dos movimentos sociais da educação na defesa da revogação do NEM, no sentido de apresentar os pontos críticos do modelo, os possíveis desdobramentos de sua implementação e as propostas alternativas a ele.

A educação, historicamente, tem sido palco de disputa política entre diferentes projetos políticos e interesses de classe. De acordo com Saviani (1986), configura-se, entre educação e política, uma “dimensão recíproca: a educação depende da política, no que diz respeito a determinadas condições objetivas, como a definição de prioridades orçamentárias, que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas, como a aquisição de determinados elementos básicos que

possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos etc.” (p. 89).

No Brasil, os debates têm oposto, ao longo de décadas, os defensores da escola pública e os defensores dos interesses privados. Há uma conflagração permanente, entre estas partes, pela hegemonia no âmbito das políticas públicas. Para Azevedo (2001), discutir sobre política educacional implica em considerar que ela se articula “ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...], ao referencial normativo global de uma política” (p. 60). Ou seja, cada política educacional proposta traz consigo uma visão de mundo, um projeto de sociedade.

A disputa de projetos no campo da educação não deverá ficar circunscrita à questão do NEM. Ela deverá se estender a outros temas e continuará em outros debates, como o PNE 2024-2034. Ele determinará diretrizes, metas e estratégias para a política educacional desse período e deverá ser palco de confrontação entre os interesses abrigados na educação.

Como já abordado anteriormente, o modelo final do ensino médio a ser implementado pelo governo Lula da Silva será resultado da confrontação/negociação entre os segmentos sociais envolvidos, mediadas pelo MEC. Sua maior ou menor mudança em relação à Lei nº 13.415/2017 advirá da correlação de forças que resultará da pressão de cada um dos lados envolvidos nesta disputa. Caberá ao Congresso Nacional definir o modelo do ensino médio que o país adotará. O resultado final desta história não está predeterminado.

## **CONCLUSÃO**

Neste artigo, analisamos as disputas que estão se dando em torno do governo de Luís Inácio Lula da Silva, especialmente no tocante ao Novo Ensino Médio (NEM) e aos desafios da agenda educacional no contexto da hegemonia do neoliberalismo. Esse é um dos principais temas de debate da educação brasileira no atual contexto das políticas educacionais. A proposta encontra forte oposição dos movimentos sociais da educação e tem, todavia, amplo apoio de segmentos empresariais da educação.

As mobilizações contra o NEM e a pressão sobre o governo fizeram com que o MEC incorporasse boa parte das críticas em relação ao novo formato do ensino médio e realizasse uma consulta pública, cujo resultado expressa uma forte rejeição a aspectos fundamentais da proposta. O governo tenta conduzir a discussão no sentido de fazer ajustes no NEM, preservando aspectos centrais do modelo.

E qual o desfecho geral desta luta? O andamento do debate até agora aponta para alterações no NEM, mas não para a sua revogação. O que sairá do Congresso Nacional, de maioria pró-mercado? Não dá para antever o resultado. Mas não há dúvida de que a mobilização de estudantes, professores e outros segmentos comprometidos com a defesa de uma educação pública, cidadã, gratuita e de qualidade tem força para influenciar o debate.



## REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Juliana. **Lula:** Quem são os economistas e empresários que apoiam o ex-presidente. Money Times. 2022. <https://www.moneytimes.com.br/lula-quem-sao-os-economistas-e-empresarios-que-apoiam-o-ex-presidente/>

ARAGÃO, Wilson H.; SOUSA JUNIOR, Luíz de; DANTAS, Éder da S. **Reflexões sobre gestão escolar democrática e política educacional:** em busca de uma escola pública de qualidade. Curitiba: Appris, 2019.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BASTOS, Rafael. Governo Lula deve ser palco de disputas populares no campo da educação. **Brasil de Fato.** 27/06/2023. <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/18/governo-lula-deve-ser-palco-das-disputas-populares-no-campo-da-educacao>

BRASIL, Lei N. 13.415/2017. Altera a LDB, o FUNDEB, a CLT, revoga a Lei 11.161/2005 e Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União.** 17/02/2017.

BRASIL. **Sumário Executivo do Relatório de Consulta Pública do Ensino Médio.** Brasília, Mec, 2023.

**CNTE aguarda resposta da audiência com Camilo Santana, que já recebeu o setor privado. CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.** 2023 CNTE. <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75658-cnte-aguarda-resposta-da-audiencia-com-camilo-santana-que-ja-recebeu-o-setor-privado>

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Contribuições para o Novo Ensino Médio a partir das propostas do Ministério da Educação [Nota Técnica].** Agosto de 2023.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer sobre a Proposta MEC para o Ensino Médio a partir do Sumário Executivo dos resultados preliminares da consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio.** Brasília, agosto de 2023.

**Lula é eleito presidente da República pela terceira vez.** Agência Senado. 29/10/2022. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/30/lula-e-eleito-presidente-da-republica-pela-terceira-vez>

KRAWCZYK, Nora. **Ensino Médio:** empresários dão as cartas na escola pública. Educ. Soc. 35 (126) • Mar 2014 • <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100002>

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB. **Uma Ponte para o Futuro.** Brasília, 2015.

MOLITERNO, Danilo; SAPPIO, Marcelo, 13 partidos apoiam Lula para o segundo turno,. Cinco apoiam Bolsonaro. CNN BRASIL. 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/15-partidos-apoiam-lula-para-o-2o-turno-cinco-aderem-a-bolsonaro/>

**Neca Setúbal, herdeira do Itaú: Lula é a única liderança capaz de reconstruir o país.** SRZD. 2022. <https://www.srzd.com/brasil/economia/neca-setubal-herdeira-do-itaui-lula-e-a-unica-lideranca-capaz-de-reconstruir-esse-pais/>

**Novo ensino médio e as estranhas relações entre governo, fundações e associações empresariais. Combate Racismo Ambiental.** 2023. <https://racismoambiental.net.br/2023/03/30/2023.Novo-ensino-medio-e-as-estranhas-relacoes-entre-governo-fundacoes-e-associacoes-empresariais-entrevista-especial-com-daniel-cara/>

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 15ª edição. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

VIEIRA, Nívea M.; LAMOSA, Rodrigo; **Todos pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas.** Curitiba, Appris, 2020.

# Socorro Lira, uma artista lá de Brejo e de todo lugar

Josineide da Silva Bezerra  
Luciana Medeiros de Araújo

## RESUMO

Neste artigo, em formato de ensaio, voltamo-nos à trajetória de Socorro Lira, percorrendo o seu repertório multiartístico. Buscamos evidenciar a sua produção como poeta, compositora, intérprete, instrumentista, ativista e produtora cultural, arrolando os seus álbuns e livros. De raízes sertanejas, em compromisso com a cultura popular, a artista nos remete a uma música regional, disposta a muitos ritmos e muitas abordagens, no embalo de xotes, cantigas, baiões ou maracatus. Uma música que é, igualmente, brasileira e universal. O seu trabalho também envolve diferentes projetos. Com um resgate de memórias, o Memória Musical da Paraíba vai ao encontro do cancionário popular paraibano. Com o Prêmio Grão de Música, Lira se volta à produção fonográfica “independente”, aberta para artistas à margem da chamada indústria cultural, de variados recantos do país. A partir das suas pesquisas, a artista nos remete à audição de mulheres que fazem artes, poesia e música, por meio do AViva-Voz. À luz de um trabalho vasto e diverso, Socorro Lira é um convite à escuta e ao diálogo com pessoas atentas à boa música — aquela de letras bacanas, arranjos elaborados e, também, aquela que canta a esperança na sociedade de direitos, livre, plural e inclusiva.

**Palavras-chave:** Socorro Lira; Música Popular Brasileira; Cultura popular.

## ABSTRACT

In this article, in essay format, we turn to Socorro Lira's trajectory, going through her multi-artistic repertoire, seeking to highlight her production as a poet, composer, performer, instrumentalist, activist, and cultural producer by listing her albums and books. With country roots, in a commitment to popular

1. Professora do Departamento de Ciências Básicas e Sociais do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – Campus III da Universidade Federal da Paraíba (DCBS/CCHSA/UFPB). É doutora em História. E-mail para contato: prof.neide@uol.com.br.

2. Professora da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores – Campus de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande (UNAGEO/CFP/UFCG). É doutora em Geografia. E-mail para contato: luciana.medeiros@professor.ufcg.edu.br.

culture, the artist takes us back to regional music, with many rhythms and approaches inspired by *xotes*, popular songs, *baião*, or *maracatu*, which are equally Brazilian and universal. Her work also involves different projects. Rescuing memories, *Memória Musical da Paraíba* meets the popular songbook of Paraíba. With the *Grão de Música* Award, Lira focuses on “independent” phonographic production, open to artists from different corners of the country outside the so-called cultural industry. Based on her research, the artist takes us to listen to women who make art, poetry, and music through *AVivaVoz*. In the light of a vast and diverse work, Socorro Lira is an invitation to listen to and dialogue with people who are attentive to good music – that with fresh lyrics and elaborate arrangements and that sings of hope in a society of rights that is free, plural, and inclusive. However, there was prevalence of males in all segments: student, teaching and technical staff, in the analyzed period.

**Keywords:** Socorro Lira; Popular Brazilian Music; Popular culture.

## UM CONVITE À ESCUTA

Conhecemos a música de Socorro Lira em um cenário singular. Fazia uma apresentação no centenário Theatro Santa Rosa, em João Pessoa-PB, ao lado de Cátia de França, artista paraibana já consagrada, que, ampliando a nossa escala de ganhos, vai se fazer presente na sua carreira em muitos outros momentos. Ficamos impressionadas com aquela jovem cantora, cujo lirismo nos fez buscar o seu trabalho, desde então.

Batizada Maria do Socorro Pereira, Socorro Lira nasceu em 1974, em Brejo do Cruz, Sertão da Paraíba, o mesmo município onde nasceu Zé Ramalho, outro nome primoroso da MPB. É filha de Benedita Pereira, artesã, e de José Casimiro Neto, comerciante conhecido como Zé de Lira, de quem catou o nome artístico.

No sítio em que a família vivia, foi tecendo uma afetuosa memória do cantarolar de Dona Bené. Com ela, e pelas ondas do rádio, as primeiras informações musicais lhe chegaram, do domínio popular ao som de artistas como Luiz Gonzaga, Clara Nunes, Marinês, Jackson do Pandeiro e Zé do Norte — esses últimos, igualmente nascidos na Paraíba.

Naquela época, nas idas à feira com a mãe, a menina corria para as bancas de cordel, e lá fazia pouso. A leitura de “causos” versados, tão inerentes à oralidade e à cultura popular, atou-lhe à poesia, sendo esta uma das facetas do seu trabalho multiartístico. Em “Cuidar”, Lira (2015, p. 28) recomenda:

Cuidado com a palavra  
Ela queima e fere como fogo  
Corta e arde como larva  
Mata tanto quanto cura  
É selva tanto quanto salva

Assim, com música, versos e prosas, a sua poética vem lhe rendendo discos, livros e prêmios, no decorrer de uma carreira iniciada nos anos 2000. Pouco antes, em 1995, havia migrado de Brejo para Campina Grande/PB, graduando-se em Psicologia, na Universidade Estadual da Paraíba. Na academia, movida pelo autodidatismo, apegou-se ao violão. Estudou técnica violonística e escrita musical, postas à expressão e manejo dos seus acordes. Dalí em diante, para nosso contentamento, e de muita gente, encaminhou-se de vez para a música.

Poeta, compositora, intérprete, instrumentista, ativista e produtora cultural, em 2001, Socorro Lira lançou *Cantigas*, o seu primeiro CD. A partir dele, descortina um trabalho poético e melódico, com xotes, toadas, sambas, canções e baiões. Um trabalho que é também brincante, com cirandas, maracatus e cantigas de ninar. Inclusive, de forma didática, ela identifica o ritmo que embala cada uma das composições que nos apresenta. Informada, a nossa audição é convencida a se achar ao lírico, à métrica e à sonoridade das rimas, realçando a interação com o seu fazer musical.

Nesse fazer, sob variadas formas, Socorro nos oferece uma produção sensível ao justo e à inclusão. Reconhecemos a sua música como uma ação que é, também, política e social. Com ela, avulta a força da cultura popular, base da sua produção e resistência artística. Uma resistência que está presente no **Prêmio Grão de Música**, que é uma premiação que nos leva a muitos talentos, vindos de diferentes lugares do país.

Do CD seguinte, *Cantigas de bem-querer*, gravado em 2003, destacamos um desafio que é recitado com afinco, em parceria com Vital Farias, também das bandas da Paraíba. Nos últimos anos, em meio à conjuntura de retrocessos conservadores vivenciados no Brasil, na qual intolerâncias políticas e culturais são reafirmadas com naturalidade — e desfaçatez —, esse desafio é um convite à reatividade e à transgressão. De igual modo, é um convite à esperança. Lira, ao compor a música “Quem duvida que pipa de criança também lança por terra arranha-céu?” (2003), sentença:

Não há muro tão firme que não caia  
Foi assim com aquele de Berlim  
Não há rei que do trono nunca saia  
Nem nação que não prove o próprio fel  
Quem duvida que pipa de criança  
Também lança por terra arranha-céu?

Os últimos versos são cantados em refrão. E em provocação. A sua abordagem pontua a história como um processo relacional, social e espacialmente produzido, movido por convergências e disputas quanto à sociedade que se pretende construir, dialeticamente. Ao longo dessa composição, o fazer musicado da artista é uma porta aberta ao debate sobre a história e quanto à escrita da história.

Ainda em 2003, Socorro Lira efetivou o projeto **Memória Musical da Paraíba**, merecedor de todos os aplausos. Idealizado e produzido por ela, o primeiro volume foi intitulado *Caiana dos Crioulos: cirandas, coco de roda e outros cantos*. Trata-se de uma abordagem sobre uma comunidade remanescente de quilombo, situada em Alagoa Grande, no Agreste paraibano.

Esse CD foi gravado em Caiana, em formato de registro etnográfico, como descrito na sua apresentação, em uma noite de brincadeiras, daí ouvirmos “falas, risadas, ruídos e cantiga de grilo” (LIRA, 2003). Nesse quilombo, a artista também atuou em outra cena: com uma formação em audiovisual, produziu e dirigiu o documentário *Aqui tem coco, um dia em Caiana dos Crioulos*, lançado anos depois, em 2012.

As pessoas da Comunidade Negra Rural de Caiana dos Crioulos conformaram uma vida de luta pela titulação do seu território, finalmente alcançada em 2024. O Brasil conta com quase 3,6 mil comunidades quilombolas. Dentre essas, 2,9 mil são portadoras de certificação, segundo a Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2023). A comunidade de Caiana é uma das 47 comunidades na Paraíba, com famílias herdeiras de pais, avós e tataravós que nasceram e viveram em terras remanescentes de quilombo.

O trabalho de Socorro Lira voltou-se para essa comunidade, conferindo-lhe uma visibilidade memorável. À maneira de uma circularidade dançante, no canto e na liderança das mulheres quilombolas, como Cida e Dona Edite, com cirandas, cocos-de-roda e outras brincadeiras no terreiro, Caiana também rendeu o terceiro volume do projeto: *Desencosta da parede*, em 2007.

Por essa época, a artista já estava em São Paulo. Nessa cidade (selva ou salva?!), assentou a sua vida pessoal e consolidou a carreira. Em meio a uma vasta produção autoral, ladeada por muitas e valiosas parcerias, trouxe-nos as suas pesquisas sobre nosso cancioneiro, a partir da música e da poesia de dois paraibanos que atuam sobre o nosso cantar coletivo – embora tenham sido esses, por vezes, esquecidos.

Então, reagindo a esquecimentos, o Memória Musical lhes rende homenagem. Ao aceitarmos o convite à escuta, rendemo-nos à comemoração. Aqui, recorremos a Albuquerque Jr. (2012), ao anotar que, em sua raiz latina, a palavra comemorar advém de *comes*, que reporta a companheiro, de sorte que a comemoração implica em um ato coletivo, porque acompanhado. Portanto, na releitura daqueles artistas, e no chamamento à audição, o projeto atua sobre uma memória coletiva, e, de quebra, faz remexer as lembranças de um tempo em que o rádio era o meio principal de acesso à música.

Em *Pedra de amolar*, editado em 2004, Lira recorre a José Marcolino Alves, nascido em Sumé-PB. Em artes, Zé Marcolino. Com o disco, ela nos faz recordar a alegria de uma sala de reboco — um xote indispensável, no molejo da sanfona, em qualquer arrasta-pé. Já em *Lua bonita*, que foi lançado em 2011, ela se ampara em Zé do Norte, nome artístico de Alfredo Ricardo do Nascimento, que nasceu em Cajazeiras/PB.

Na apresentação desse trabalho, que é uma celebração ao centenário de nascimento do músico, Lira se enche de alegria por reencontrar a música de Zé do Norte, em meio a uma pesquisa no acervo fonográfico do jornalista Assis Ângelo. Enfatiza a atualidade da sua obra, que mexe com jongos, batuques, catimbós e maxixes, traduzindo-o como “estudioso da cultura popular, compositor e cantador [que] pensava e sentia o Brasil em profundidade” (LIRA, 2010). A partir da generosidade das pessoas que emprestam as suas vozes ao disco, somos reportadas e reportados, entre outros, à força da “mulher rendeira”, que “ensina a fazer renda” e “ensina a namorar” (MULHER RENDEIRA, 2010).

Por seu ativismo, essa memória musical é somada a outros importantes projetos-conteúdo, por meio dos quais são ampliados os espaços de inserção de muitos sujeitos, para nosso deleite e

acalanto. Projetos que têm como continente a valorização da arte, em suas diferentes expressões. Especialmente aquelas que correm à margem da chamada indústria cultural — e à margem do consumo dos bens culturais por ela disponibilizados.

Nesse âmbito, citamos, novamente, o Prêmio Grão de Música. Editado em 2009, segue anualmente presente na agenda cultural brasileira desde 2014. Marcado pelo gênero canção, no manejo da poesia pela música, e vice-versa, em uma trilha plural, o prêmio promove cantoras/es e compositoras/es, com a projeção de produções independentes de todas as regiões do país, atualizando-nos quanto à renovação da música brasileira — isso, no curso das letras, arranjos, sons e suíngues de um amplo leque de artistas, o que a faz abundante.

Os álbuns *Intersecção – a linha e o ponto* (2006), *As liras pedem socorro* (2007), *No terreiro da casa de mãe Joana* (2009) e *Cores do Atlântico* (2010) deram sequência ao seu repertório. O primeiro dessa lista é um dos nossos prediletos, pelo apego que nutrimos às cordas tão marcantes dos seus arranjos. A música que dá nome ao disco é cantada em maracatu cearense, marcado por uma cadência mais lenta, constituindo-se como uma das variações do maracatu (NOBRE, 2014).

*É com essa cadência que Lira, na faixa “Intersecção” (2006), até simplifica:*

Nessa vida ainda quero  
Uma rede de balanço  
Uma rede de balanço  
E um amor pra balançar

Ainda nesse álbum, a artista é certa, ao revisitar um canto popular cristão de origem medieval, e nos levar, em bendito, a este arbítrio: “a faca que corta não dá *tai* sem dor” (SENHORA SANTANA, 2006).

No último CD daquela lista, com muitas cores, musicou o canto de mulheres que viveram e produziram cultura na medievalidade ibérica, com suas cantigas de amigos, resguardadas por tradição oral. Em vista disso, ao vasculhar as traduções de cantigas galego-portuguesas, Lira demarca o preciosismo do fazer pesquisado, o que confere mais destaque ao seu trabalho. Essas cantigas, como as cirandas, os maracatus ou os benditos, são manifestações emergentes do meio popular, tão concernentes à obra da artista.

Em seguida, lançou produções temáticas. *Singelo tratado sobre a delicadeza* (2012) nos leva a 13 faixas sobre esse tema. Com elas, mergulha em um universo de calma e introspecção, assinalando os desencontros do “querer bem”, e concluindo, para o nosso alívio, quão humano é o campo dos afetos. Em *O samba do Rei do Baião* (2014), como é possível deduzir, a artista celebra a majestade de Luiz Gonzaga. Em *Amazônia, entre águas e desertos* (2015), converge para Gaia.

Na primeira faixa desse último disco, inspirada na floresta e em seus povos, sendo cantada em batuque, com muita leveza, e profunda lucidez, faz valer o imprescindível apelo de “Deixa viver” (2015), mais necessário do que nunca. Esse apelo confere respaldo à revisitação que ela faz à “Saga da Amazônia” (2015), cantando-a em ponteio. Com efeito, na autoria de Vital Farias, essa composição é uma das mais contundentes leituras sobre a nossa relação predadora com a Mãe Terra, seus lugares e suas gentes. Entretanto, da mesma forma, é um hino de apego e exaltação emocionada à “mais bonita floresta”.

Os CDs *Chama* (2020), *As cigarras* (2022) e *Dharma* (2022) também fazem parte da obra de Socorro Lira, sempre acompanhada dos arranjos do maestro pernambucano Jorge Ribas, cuja direção musical engrandece a sua arte. Toda a ampla e diversa discografia da artista encontra-se disponível em plataformas e aplicativos de *streaming* musical, bem como em sua página oficial na internet, neste endereço: <https://www.socorrolira.com.br>.

Disposta ao estudo e à visibilização de artistas e escritoras, com influência de Maria Valéria Rezende e Susana Ventura, deu ensejo ao projeto **AVivaVoz**, a partir do qual se debruçou sobre o trabalho de mulheres brasileiras que viveram, escreveram e publicaram entre os séculos XIX e XX. Com a sua música, no coletivo literário Mulherio das Letras<sup>1</sup>, ou em outros espaços, aviva as vozes de escritoras negras, remetendo-nos aos seus lugares de resistência, aproximando-nos das suas reflexões.

Em *Cantos à beira-mar* (2019), ela nos leva à maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), considerada a primeira romancista brasileira. Além de professora, publicou contos e ensaios em jornais, ocupando um lugar incomum às mulheres, valendo-se de uma escrita pública atenta ao debate e à luta antiescravista (SILVA, 2011). Entre os tantos poemas que musicou de Maria Firmina, Lira registrou o disco com a poesia-tema de um livro publicado pela escritora em 1871.

No segundo volume do projeto, com *Noturno* (2022), cantou a poesia da paulista Ruth Guimarães (1920-2014). Igualmente professora e romancista, Ruth voltou-se à escrita literária e teatral, sendo “uma das raras mulheres negras a compor a roda dos modernistas”, conforme Miranda (2021, p. 35). Assim, ao cantá-las, Socorro Lira reverbera escritoras talentosas e necessárias. Segundo ressalta, “a ideia é recuperar essas vozes silenciadas pela borracha que apaga a mulher da história” (LIRA apud DINIZ, 2019).

Como já indicado, o apego juvenil à poesia sentou praça na artista, que publicou os livros *Aquarelar poemas* (2007), *A pena secreta da asa* (2015) e *Da perspectiva das orquídeas* (2018). Publicou, ainda, o livro-CD infantil *A língua que a gente fala* (2017). Em seguida, lançou-se em mais um desafio, envolvendo-se com a feitura do seu primeiro romance: *Falar dos meus amores invisíveis* (2020).

Feito ave de arribação, em sua inquietude criativa, a artista segue viagem. Do sertão para o mundo, percorreu o Brasil e a América. Cruzou o Atlântico. Em seu trabalho, tanto sozinha quanto em parcerias, desdobrou-se em Liras, transitando por diferentes horizontes da MPB. Com eles, adensa a sua identidade musical, atada a um lugar de pertencimento que é comprometido com a cultura popular e com a popularização da cultura.

Do mesmo jeito, o seu repertório artístico é comprometido com a vida — notadamente, a das mulheres. Por elas, e com Chico César, lá de Catolé do Rocha-PB, vizinho de muitos sertões, faz uma rogação, em reforço à nossa humanidade — aquela em que somos reconhecidas como sujeitos de direitos: “Deus a livre de ser livre só de vez em quando / De ser presa fácil do bando” (DEUSA LIVRE, 2022).

---

3. No Instagram, ([https://www.instagram.com/mulheriodasletras\\_oficial/](https://www.instagram.com/mulheriodasletras_oficial/)), o Mulherio se apresenta como um “movimento político de mulheres que atuam através da arte da palavra”, voltando-se a questões que lhes atinam como produtoras, escritoras, poetisas, enfim. Em 2017, em João Pessoa/PB, foi realizado o I Encontro Nacional desse coletivo.



Nesse caminhar, na confluência espaço-tempo, Lira reafirma conexões com as suas raízes sertanejas, cultivando, em Brejo do Cruz/PB, preciosos grãos mirins. Daí adveio, em 2011, o **Espaço Mata Branca**, uma associação cultural que reúne crianças, adolescentes e educadoras/es populares com o propósito de fazerem artes.

Anualmente, como parte do calendário de atividades do Mata Branca, é organizado o **Capôra**, um encontro de contadoras e contadores de história. Já em sua sétima edição, o evento é aberto à comunidade, envolvendo, especialmente, a criançada. Na programação, encontramos contações de histórias, saraus, peças teatrais, oficinas de artesanato, feiras de livros, troca de saberes e muitas brincadeiras.

Expresso na música e em outras manifestações e projetos, o engajamento de Socorro Lira teve início na década de 1980, ao participar da Pastoral da Juventude do Meio Popular, organizada em sua cidade de origem, vinculada aos veios progressistas da Igreja Católica. As pastorais, com atuação em diferentes frentes, deram conformidade a um movimento de articulação social e de formação política, aportado na igreja que faz uma “opção pelos pobres”, entendidos como protagonistas de sua própria “libertação” (NORONHA, 2012).

Hoje, como sempre, para reagirmos à precarização da vida de significativas parcelas da sociedade, conferindo eco ao grito das pessoas excluídas, precisamos do (re)encontro com o meio popular. Precisamos dos movimentos de mulheres e de todos os movimentos organizados que militam pela sociedade de direitos, com inclusão e justiça social. Isso amplia a nossa força individual e coletiva, na necessária negação da moralidade neoliberal, acentuadamente conservadora, que busca nos incutir o pressuposto de que cada pessoa é responsável tão somente por si.

Como artista, Socorro Lira exerce essa pauta e, com lirismo, nos impele para ela.

Ao focarmos o seu repertório, em prosa ou em versos cantados ou recitados, temos uma produção que é um campo fértil para o diálogo com pessoas de todas as idades. Diálogos que dizem respeito a gênero, à produção de (e acesso a) bens culturais, à relação com o meio ambiente, à diversidade religiosa, ao mundo do trabalho, à cultura popular, a imagens do que chamamos de Nordeste — amiúde significado por ela em sua obra.

Nos espaços escolares, onde atuamos profissionalmente, ao considerarmos as disputas que envolvem o currículo formal ou aquele oculto, o vasto e diverso dizer da “nossa” artista pode ser apropriado como um roteiro de estudos que, com ouvidos atentos, aposta em encantamentos. Mais, aposta em resistências: aquelas que nos animam à construção de um mundo melhor! Afinal, depois de ir para a senzala, servir *sinhô*, tocar tambores e fazer oferendas, “Mãe Preta quebrou moenda” (MÃE PRETA, 2009), conforme nos lembra em um samba de roda, cantado e dançado em parceria com Cátia de França — aquela que nos levou a Socorro Lira, lá no Teatro Santa Rosa!

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval. A necessária presença do outro, mas qual outro? Reflexões acerca das relações entre história, memória e comemorações. In: CEBALLOS, Rodrigo e BEZERRA, Josineide (orgs). **História, memória e comemorações**. Campina Grande: EdUFCG, 2012.

AQUI tem coco, um dia em Caiana dos Crioulos. Direção/produção: Socorro Lira. Alagoa Grande: Liraprocult, 2014. (19:19min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3uliDgoWnkk&t=113s>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/quadro-geral-por-estados-e-regioes-04-07-2023.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

DEIXA viver. Socorro Lira. Compositora: Socorro Lira. In: **AMAZÔNIA**, entre águas e desertos. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: [S. l.], 2015. 1 CD, faixa 01.

DESPRECONCEITUOSAMENTE. Mateus Aleluia. Compositor: Mateus Aleluia. In: **GRÃO** de música II. Intérprete: Mateus Aleluia. São Paulo: [S. l.], 2014. 1 CD, faixa 03.

DEUSA Livre. Socorro Lira e Chico César. Compositores: Socorro Lira e Chico César. In: **DHARMA**. Intérpretes: Socorro Lira e Chico César. São Paulo: [S. l.], 2022. 1 CD, faixa 02.

DINIZ, Augusto. Socorro Lira recupera poemas de autoras “silenciadas” pela história. **Carta Capital**, 28 dez. 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/cultura/socorro-lira-recupera-poemas-de-autoras-silenciadas-pela-historia/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INTERSECÇÃO. Socorro Lira. Compositora: Socorro Lira. In: **INTERSECÇÃO** - a linha e o ponto. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: Megahard, 2005. 1 CD, faixa 03.

LIRA, Socorro. **A língua que a gente fala**. Fortaleza: IMEPH, 2017.

LIRA, Socorro. **Aquarelar poemas**. São Paulo: Liraprocult, 2007.

LIRA, Socorro. **Caiana dos Crioulos**: Ciranda, Coco de roda e outros cantos. Caiana/Alagoa Grande: Socorro Lira, 2003. [Memória Musical da Paraíba, vol. 1]. 1 CD

LIRA, Socorro. Cuidar. In: **A pena secreta da asa**. São Paulo: UK'A Editorial, 2015.

LIRA, Socorro. **Da perspectiva das orquídeas**. São Paulo: Patuá, 2018.

LIRA, Socorro. **Falar dos meus amores invisíveis**. São Paulo: Carpe Librum, 2020.

LIRA, Socorro. **Lua bonita**. São Paulo: Liraprocult, 2010. [Encarte]. 1 CD

MÃE Preta. Socorro Lira. Compositora: Socorro Lira. In: **NO TERREIRO** da Casa de Mãe Joana. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: [S. l.], 2009. 1 CD, faixa 04.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. Uma romancista negra intérprete da nação: Ruth Guimarães em “Água Funda”. **Cerrados**, Brasília, v. 30, n. 57, p. dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos>.

unb.br/index.php/cerrados/article/view/38289/32667. Acesso em 17 out. 2023.

MULHER rendeira. Socorro Lira. Composição: Domínio Popular/Zé do Norte. *In*: LUA bonita. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: Liraprocult, 2010. 1 CD, faixa 04.

NOBRE, Leila. O maracatu cearense e sua história. Fortaleza Nobre, 2014. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2014/06/maracatu-cearense-e-sua-historia.html>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NORONHA, Cejana. Teologia da libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012. Disponível em <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307/1410>. Acesso em: 27 ago. 2023.

QUEM duvida que pipa de criança também lança por terra arranha-céu? Socorro Lira e Vital Farias. Compositora: Socorro Lira. *In*: CANTIGAS de Bem-Querer. Intérpretes: Socorro Lira e Vital Farias. Campina Grande: Prosound Studio Digital, 2003. 1 CD, faixa 9.

SAGA da Amazônia. Socorro Lira. Compositor: Vital Farias. *In*: AMAZÔNIA, entre águas e desertos. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: [S. /], 2015. 1 CD, faixa 05.

SENHORA Santana. Socorro Lira. Composição: Domínio popular. *In*: INTERSECÇÃO - a linha e o ponto. Intérprete: Socorro Lira. São Paulo: Megahard, 2005. 1 CD, faixa 12.

SILVA, Régia Agostinho. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 29, n. 56, p. 11-19, jun./dez. 2011. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52/51>. Acesso em 16 out. 2023.

# Estudos étnicos e inteligência artificial

Carlos José Cartaxo<sup>1</sup>  
Kaira Lorrane Teixeira Feitosa<sup>2</sup>  
Walber Barbosa da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo discute a interseção entre inteligência artificial (IA) e questões étnico-raciais, com destaque à expansão da IA para diversas áreas da sociedade. A preocupação central é se a IA será usada de maneira inclusiva ou excludente em relação ao racismo e a outras formas de discriminação. Estudos sobre a histórica mistura étnica entre pretos e brancos, em regiões como o norte da África e a Península Ibérica, demonstram que a concepção de raça foi usada para fins de dominação e escravidão; portanto, a questão levantada é se os algoritmos de IA, controlados por programadores, serão desenvolvidos de maneira a combater o racismo ou perpetuá-lo. Pesquisa bibliográfica e registros audiovisuais, como a série documental “Coded Bias”, que discute o viés racial em algoritmos de IA, fundamentaram o artigo. A série destaca como algoritmos supostamente neutros podem perpetuar preconceitos e como o ativismo digital pode desempenhar um papel na conscientização e na busca por soluções antirracistas. O texto também aborda a violência contra indígenas, especialmente no Brasil, destacando a discriminação, o deslocamento forçado e a violência física e cultural que essas comunidades enfrentam, bem como a negligência no que concerne à saúde e à educação desses povos, além da impunidade dos perpetradores, que é um problema persistente e dramático.

**Palavras-Chave:** Etnicidade; Inteligência Artificial; Direitos Humanos; Ética.

## ABSTRACT

This article discusses the intersection between Artificial Intelligence (AI) and ethnic-racial issues, with emphasis on the expansion of AI to different areas of society. The central concern is whether AI will be used in ways that are inclusive or

1. Professor Titular do Departamento de Comunicação da UFPB, Centro de Comunicação Turismo e Arte – Campus I  
E-mail para contato: cartaxocarlos@hotmail.com

2. Discente do curso de Relações Públicas do Centro de Comunicação Turismo e Arte da UFPB – Campus I

3. Discente do curso de Relações Públicas do Centro de Comunicação Turismo e Arte da UFPB – Campus I. Mestre de embarcações do IFPB

exclusionary of racism and other forms of discrimination. Studies on the historical ethnic mix between blacks and whites, in regions such as North Africa and the Iberian Peninsula, demonstrate that the concept of race was used for purposes of domination and slavery; therefore, the question raised is whether AI algorithms, controlled by programmers, will be developed in a way that combats racism or perpetuates it. Bibliographical research and audiovisual records such as the documentary series “Coded Bias”, which discusses racial bias in AI algorithms, supported the article. The series highlights how supposedly neutral algorithms can perpetuate prejudices and how digital activism can play a role in raising awareness and finding anti-racist solutions. The text also addresses violence against indigenous people, especially in Brazil, highlighting the discrimination, forced displacement, physical and cultural violence that these communities face, as well as the negligence regarding the health and education of these people, in addition to the impunity of perpetrators which is a persistent and dramatic problem.

**Keywords:** Ethnicity, Artificial intelligence, Human Rights, Ethics

## **A IA VAI INTERVIR COMO E ATÉ QUANDO?**

A IA é uma área do conhecimento que tem um raio de ação multidisciplinar. Os cientistas J. McCarthy, do Dartmouth College; M. L. Minsky, da Harvard University; N. Rochester, da I.B.M. Corporation; e C. E. Shannon, da Bell Telephone Laboratories, organizaram uma conferência no Dartmouth College, em Hanover (EUA), em 1956, que determinou os primeiros debates e registros científicos do que se denominou Inteligência Artificial.

O evento foi tão impactante que, meio século depois, John McCarthy organizou a AI@50, com o fim de homenagear e, evidentemente, reconhecer a importância da primeira conferência — mas, sobretudo, de fortalecer a pesquisa nesse campo científico, que já estava consolidada e caminhava a passos largos. A ideia de McCarthy era “proceder com base na conjectura de que cada aspecto da aprendizagem ou qualquer outra característica da inteligência pode, em princípio, ser descrito com tanta precisão que uma máquina pode ser feita para simulá-lo” (DARTMOUTH, 2023).

O AI@50 foi dirigido pelo professor de filosofia James Moor, que afirmou: “(...) os investigadores que vieram para Hanôver, há 50 anos, pensaram em formas de tornar as máquinas mais conscientes e quiseram estabelecer uma estrutura para compreender melhor a inteligência humana” (DARTMOUTH, 2023).

O principal foco da IA tem sido a ciência da computação. Todavia, já chegou às ciências sociais, o que suscita a indagação: será a IA neutra ou, no caso dos estudos étnicos, pode fortalecer o racismo ou propiciar “ingredientes de uma inferioridade proveniente do fato de ser Outro”? (MORISSON, 2019, p. 11).

A miscigenação de negros e brancos vem de tempos remotos. O norte da África e o sul da Europa e, mais especificamente, a Península Ibérica, há séculos, passam por esse processo. A designação de raça tem sido fruto de interesses que, em muitos casos, denominam-se científicos, com o fim de dominar e escravizar certas etnias. Muito antes das experiências médicas dos nazistas com base em diferentes etnias, a “ciência” já era usada como forma de controle e dominação. O *New Orleans Medical and Surgical Journal* (Cadernos de Medicina e Cirurgia de New Orleans), citado por Morrison, publicou que “negros são úteis, não tanto quanto gado, mas tampouco reconhecidamente humanos” (MORRISON, 209, p. 14).

Os algoritmos são determinantes à condição criativa da Inteligência Artificial, e se comportam de acordo com os comandos do programador. Então, eis as questões: esses comandos serão inclusivos ou exclusivos? As equipes que trabalham com a IA utilizam conteúdos multiculturais e antirracistas? Se a ciência, em vários momentos da história da humanidade, afirmou e defendeu que certas etnias eram inferiores, como esse comportamento controlador e opressor agirá diante do racismo e de outros fatores excludentes?

### **IA E ETNIA: UMA LIGAÇÃO COM O RACISMO ESTRUTURAL**

A IA tem se tornado cada vez mais presente na atualidade, desempenhando papéis significativos em diversas áreas, desde assistentes virtuais até sistemas de reconhecimento facial. No entanto, à medida que a tecnologia avança, também aumentam os desafios relacionados à ética e à inclusão.

A questão da Inteligência Artificial e sua interseção com a etnia é um tema fascinante e complexo, pois tem sido abordado em diversas obras de arte e literatura, desde a década de 1990. O filme “O grande desafio” (2007, EUA), estrelado por Denzel Washington, e o livro “A origem dos outros” (2017), de Toni Morrison, são obras que não abordam diretamente a tecnologia, mas nos oferecem perspectivas reflexivas sobre como essa tecnologia pode impactar nas questões étnicas e raciais da sociedade contemporânea.

“O grande desafio” conta a história real de um professor do sul dos Estados Unidos que lidera uma equipe de estudantes negros para participar de competições de debates. Ele retrata principalmente a superação das dificuldades educacionais dos estudantes, mas também levanta questões sobre o acesso igualitário à educação e às oportunidades para jovens de comunidades sub-representadas. O filme sugere, ainda, que a educação e a inteligência pessoal podem transcender as barreiras raciais e sociais, mostrando que o potencial intelectual não é limitado por etnia. Isso ressoa em questões de diversidade étnica, já que, muitas vezes, grupos minoritários enfrentam barreiras socioeconômicas que limitam seu acesso à educação e, por extensão, às oportunidades de carreira em tecnologia, incluindo a inteligência artificial.

Esse cenário se agrava quando fazemos recortes de gênero. Um estudo realizado pela Pretalab (2017), em parceria com a ThoughtWorks, mostrou que, no Brasil, a área de tecnologia é majoritariamente composta por homens brancos de condição socioeconômica média e alta. A pesquisa, intitulada #Quemcodabr, analisou dados de mais de dez mil profissionais de tecnologia. Os resultados revelaram que, em 32,7% dos casos, não há nenhuma pessoa negra nas equipes de trabalho. Em 68,5% das análises, as pessoas negras representam um máximo de 10% das equipes.

Além disso, 21% dos entrevistados responderam que em suas equipes não há nenhuma mulher.

Já o livro “A Origem dos Outros”, escrito pela renomada Toni Morrison, explora de forma profunda as complexidades das relações raciais, etnia e identidade em um contexto de colonização e descolonização. Além disso, proporciona uma reflexão sobre a importância de questionar as próprias percepções e preconceitos em relação aos outros, bem como as divisões sociais causadas por essa percepção.

Embora o livro e o filme não se concentrem em Inteligência Artificial, suas análises e reflexões sobre a construção da identidade étnica e racial têm implicações importantes para esse campo, pois, assim como na sociedade, a IA não está imune ao preconceito e à discriminação — no entanto, ela pode ser desenvolvida de forma justa e inclusiva, refletindo as mesmas ideias do livro e do filme, tratando todas as pessoas igualmente, independentemente de sua origem étnica ou cultural.

Por outro lado, a Inteligência Artificial sendo desenvolvida por seres humanos, também pode refletir os preconceitos e as crenças culturais de seus criadores, perpetuando a intolerância e os estereótipos, caso não seja devidamente treinada e supervisionada pelas autoridades competentes. É importante considerar a diversidade em todas as fases do desenvolvimento da tecnologia, como os dados usados nos algoritmos e quem a está desenvolvendo, pois podem refletir as rejeições existentes nos desenvolvedores desses códigos — e isso poderia levar à discriminação automática.

Diante do apresentado, é necessário que a sociedade esteja ciente dessas questões e participe ativamente do debate sobre como a IA pode ser usada de maneira justa e inclusiva. A Inteligência Artificial tem o potencial de amplificar os valores morais, éticos e culturais. Se for desenvolvida e utilizada corretamente, e de forma regulamentada, isso pode garantir que ela não perpetue desigualdades existentes na nossa contemporaneidade.

Por fim, as obras “O grande desafio” e “A origem dos outros” oferecem perspectivas importantes sobre a relação entre Inteligência Artificial e etnia. Elas nos lembram que a tecnologia deve ser usada para promover a igualdade e a justiça, em vez de aprofundar divisões e preconceitos. É também uma ferramenta poderosa na promoção de um mundo mais inclusivo e equitativo, desde que seja tratada com responsabilidade e sensibilidade às questões étnicas, raciais e culturais.

## **A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NA TECNOLOGIA PARA COMBATER O VIÉS ALGORÍTMICO**

Nos últimos anos, com a disseminação ampla da IA, observam-se avanços significativos no campo da tecnologia, o que nos leva a pensar no assunto como fruto da globalização. Morrison (2019), em sua obra, aborda questões complexas, como a globalização, definindo-a como a livre circulação de capitais e a rápida distribuição de informações e produtos. Entretanto, mesmo diante das diversas definições da globalização, paira o temor de um futuro sem barreiras em relação ao que é considerado “estrangeiro”, especialmente quando se trata da percepção da África, que historicamente foi retratada como um continente obscuro, necessitando da “iluminação”.

Na atualidade, é imperativo analisar como essa relação se manifesta globalmente. A África continua a ser frequentemente vista como um lugar associado a conceitos como carência, escassez de recursos e felicidade limitada, perpetuando concepções arraigadas em nossa psique coletiva.

Esse distanciamento persiste no contexto da globalização e traz implicações na tecnologia.

Uma preocupação relevante surge quando examinamos a Inteligência Artificial usada em câmeras fotográficas de dispositivos móveis e em filtros das redes sociais digitais, como o Instagram. Alguns produtos, como os da marca Xiaomi, receberam críticas frequentes quanto às funções da câmera, que tende a descolorir excessivamente a cor da pele. É importante notar que muitas críticas vêm de pessoas negras. Isso nos leva a refletir se a tecnologia não está inadvertidamente perpetuando o racismo, expandindo-o para novos domínios. Como aponta Guedes, no artigo “Embelezar ou embranquecer”, publicado no site Medium, em 2019,

Alguns filtros são criados sem levar em consideração os traços fenotípicos de pessoas negras e modificam radicalmente tais características — sempre para torná-los mais próximos dos traços de pessoas brancas: afinam o nariz, diminuem os lábios, alteram a cor da pele para alaranjado ou acinzentado, mudam a cor dos olhos para verde ou azul. Isso acontece porque a tecnologia não é neutra. (GUEDES, 2019)

Considerando o volume significativo de fotos tiradas e compartilhadas em mídias digitais, “sendo em torno de 95 milhões de fotos compartilhadas diariamente, com mais de 500 milhões de usuários ativos, números estes que tendem a crescer, de acordo com dados coletados e publicados pela revista eletrônica do G1” (Moscon; Ribeiro, 2018, p.36), devemos atentar para a maneira como nos relacionamos com essa ação crescente, que é a utilização das ferramentas de IA. A produção de fotos e de material audiovisual com qualquer resquício dessa tecnologia, por exemplo, tem a capacidade de refletir visões de mundo dos seus desenvolvedores — e, claro, dos seus preconceitos.

Um exemplo notório foi o caso do Instagram, que, segundo a revista Exame, na matéria “Instagram pode mudar algoritmo da rede social após relatos de racismo” (2020), a plataforma enfrentou controvérsias relacionadas aos seus algoritmos. Com quase dois bilhões de usuários ativos, a rede social foi acusada de bloquear ou limitar discretamente usuários em comunidades online, fazendo com que as suas publicações sejam menos visíveis para terceiros. Essa prática, conhecida como shadowban, é usada para censurar ou silenciar usuários. Em uma postagem feita em seu blog oficial, o Instagram informou que tomou medidas em relação às denúncias de que a rede social estava praticando atos racistas ao limitar o alcance ou censurar publicações feitas por (ou que mostrem) pessoas negras em fotos e vídeos publicados na plataforma.

Em vista desse cenário, é preciso reconhecer que os avanços da Inteligência Artificial não estão isentos de perpetuar o racismo. É essencial questionar como essas inovações podem, inadvertidamente, amplificar questões de desigualdade racial e cultural em uma sociedade globalizada e cada vez mais conectada digitalmente.

Para discutirmos mais sobre a temática, podemos criar a seguinte máxima: à medida que a IA assume um papel de destaque, novas preocupações emergem. Como conceitua Silva (2023), em uma sociedade informacional, a engrenagem para o controle está justamente em determinar os elementos que caracterizam, constituem e compõem a personalidade de um indivíduo — e, logo, suas informações pessoais —, e isso adentra no papel que esses avanços podem acarretar, como, por exemplo, a “criação de mundos distorcidos da realidade”.



A série documental “Coded Bias”, disponível na Netflix, lança luz sobre uma questão ativa nesse contexto: o viés racial presente em algoritmos de inteligência artificial. Ao abordar essa problemática, a série desempenha um papel importante em conscientizar o público sobre os desafios que enfrentamos no desenvolvimento e uso de tecnologias emergentes.

“Coded Bias” começa apresentando Joy Buolamwini, uma pesquisadora do MIT Media Lab, cuja jornada para compreender por que os sistemas de reconhecimento facial não a reconheciam como humana desencadeia uma investigação abrangente. A série revela, de maneira contundente, como algoritmos supostamente neutros podem perpetuar preconceitos raciais e sociais profundamente enraizados.

Uma das forças da obra é a sua capacidade de traduzir conceitos complexos em uma narrativa acessível. Por meio de exemplos vívidos e entrevistas com especialistas, “Coded Bias” ilustra como algoritmos podem influenciar decisões cruciais, como contratações, prisões e empréstimos, e como essas decisões muitas vezes prejudicam minorias étnicas. A série também destaca o poder do ativismo digital.

Joy Buolamwini funda a Algorithmic Justice League, uma organização dedicada a combater o viés algorítmico e a promover transparência e responsabilidade na indústria de tecnologia. Isso demonstra como indivíduos podem se tornar agentes de mudança ao questionarem sistemas discriminatórios.

No entanto, “Coded Bias” também deixa claro que a questão do viés algorítmico não possui soluções simples. A tecnologia avança em ritmo acelerado, e as regulamentações não conseguem acompanhar. Além disso, a falta de diversidade na indústria de tecnologia contribui para a criação de algoritmos que refletem perspectivas limitadas.

Em suma, a análise crítica da série, juntamente com as reflexões sobre a IA presente nas câmeras de celulares e nos filtros nas redes sociais digitais, lembram-nos de que enfrentar o viés algorítmico é uma tarefa complexa e contínua, que exige o envolvimento de diversas partes. À medida que refletimos sobre o impacto da IA nas questões de viés racial, podemos contribuir para garantir que os algoritmos de IA sejam transparentes e livres de preconceitos. Claro, para isso, é primordial a implementação responsável da IA, com diversidade nas equipes de desenvolvimento dessa tecnologia, na coleta de dados representativos e na aplicação e fiscalização contínua das ferramentas criadas.

## **VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS**

A violência contra indígenas é uma questão profundamente preocupante e triste, que persiste em muitas partes do mundo, em especial no território brasileiro. Os povos indígenas têm enfrentado décadas, até mesmo séculos, de discriminação, deslocamento forçado, marginalização e violência física e cultural. Essa violência se manifesta de várias formas:

- **Violência física:** indígenas frequentemente enfrentam ataques violentos por parte de grupos armados, garimpeiros, invasores de terras ou até autoridades locais;
- **Violência territorial:** o principal conflito envolve a invasão e a ocupação ilegal de terras indígenas por madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e outros interesses econômicos. Isso frequen-

temente leva a confrontos violentos e a ameaças à segurança dos indígenas, pois muitas vezes as suas comunidades são deslocadas das terras ancestrais para dar lugar a projetos de desenvolvimento, como a construção de represas, a exploração de recursos naturais e a expansão urbana. Isso os deixa vulneráveis à pobreza e à perda da sua cultura;

- **Violência cultural:** a imposição da cultura dominante sobre a cultura indígena, o que inclui proibições de idiomas indígenas, práticas espirituais e costumes tradicionais;

- **Violência de gênero:** as mulheres e crianças indígenas enfrentam riscos especiais de violência, incluindo abuso sexual e doméstico. Muitas vezes, têm acesso limitado à Justiça;

- **Negligência com a saúde e a educação:** as comunidades indígenas muitas vezes têm acesso limitado a serviços básicos de saúde e à educação de qualidade, o que resulta em disparidades significativas em diversos âmbitos; e

- **Impunidade:** em muitos casos, os perpetradores de violência contra indígenas não são responsabilizados, o que perpetua um ciclo de impunidade e injustiça.

A IA pode ser um canal de resistência à violência contra os indígenas, pois pode demarcar a persistência desses povos e contribuir para a preservação da sua cultura — como, por exemplo, no que se refere à salvaguarda linguística.

Segundo pesquisadores e estudiosos da área da lingüística, existiam no Brasil em 1500 entre 1.200 a 1.500 línguas indígenas, quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, no atual estado da Bahia. Destas, somente 180 ainda são faladas hoje e delas mais de 40 estão ameaçadas de extinção em curto prazo por número reduzido de falantes, baixa transmissão às novas gerações e poucos velhos que as dominam. Apesar da drástica redução das línguas indígenas faladas no Brasil, as 180 sobreviventes representam uma enorme riqueza cultural do país, na medida em que correspondem a 75% de todas as que são faladas no Brasil – segundo o Censo do IBGE de 2000, são 241 línguas, incluindo a língua nacional, o português. É necessário firmar que 18% (30) das línguas indígenas brasileiras também são faladas nos países vizinhos. (BANIWA, 2006)

Isto posto, há a compreensão de que a IA pode ser uma aliada dos estudos étnicos e da revalorização da identidade indígena.

## **PERCALÇOS E DÚVIDAS**

O avanço da tecnologia tem causado dúvidas e percalços. O aparelho de celular Xiaomi, por exemplo, traz o recurso de branqueamento que tem causado desconforto e reflexão sobre até onde a IA vai chegar. Em pesquisa na internet, é fácil encontrar citações como:

“Obrigada, eu não aguento mais as pessoas achando que eu me embranqueço ou os que não me conhecem pessoalmente achando que eu sou branca” (@Giovana-ng9um).

“Conteúdo maravilhoso como sempre. Observo que o pós-processamento da linha dimen-

sity tende a esbranquiçar as imagens, eles nunca aprimoram isso. Sofri muito com o Poco X3 GT, processador da Qualcomm 778G do Poco X5 Pro deixou uma experiência com imagens bem melhor” (@PauloSilva-ze7hs).

“Eu pesquisando para um trabalho da escola, eu vi que os asiáticos têm um padrão de beleza que tem que ser muito branco. E para as pessoas que são meio moreno utilizam o embelezamento para ficarem meio claro para não sofrerem preconceito. Então é por isso que os celulares da Ásia deixam as pessoas muito brancas” (@pinheiros)

Para ilustrar o recurso citado, postamos uma foto com o recurso e outra, natural. Vejamos:



**Imagem com recurso de IA**



**Imagem sem recurso de IA**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A afirmação de Moor, citada no início deste artigo, corrobora com o objetivo desta pesquisa, que é problematizar a afirmativa do renomado professor de filosofia, pautando a questão: será que os algoritmos preconcebidos à IA, de fato, são pensados e projetados para programar as máquinas para serem mais conscientes? Para as etnias que são vítimas de violência, preconceito e exclusão, faz-se necessário acompanhar o debate sobre o tema e se organizar, enquanto segmento social, para exigir tratamento equânime, no sentido de os subalternos e periféricos avançarem nas conquistas afirmativas.

É crucial que a sociedade reconheça as questões problematizadas e trabalhe para promover os direitos humanos e a dignidade dos povos indígenas e dos negros. Isso envolve respeitar os seus direitos territoriais, culturais e humanos, bem como apoiar o fortalecimento de suas comunidades e instituições.

As grandes empresas de tecnologias, ou big techs, são as detentoras da IA. Por serem poderosas, resta à sociedade acompanhar como essas empresas tratam as classes subalternas e periféricas. Nesse sentido, a conscientização, a educação e o ativismo desempenham um papel vital na mudança dessa realidade e na construção de um mundo mais inclusivo e justo para todos.

## REFERÊNCIAS

LUCIANO–BANIWA, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Edições MEC/Unesco, 2006.

MORRISON, Toni. **A origem dos Outros**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2019

ZELIC, Marcelo ZENA, Ana Catarina; e MOREIRA, Eliane (orgs.). **GENOCÍDIO INDÍGENA E POLÍTICAS INTEGRACIONISTAS**: demarcando a escrita no campo da memória. Selo de Rua, 2021.

**“Com didatismo, ‘Coded Bias’ é um ‘O Dilema das Redes’ sobre falhas das IAs”**. Uol, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/04/10/coded-bias-da-netflix-prova-como-a-tecnologia-e-racista-e-viola-direitos.htm>. Acesso em: 29 ago. 2023.

**“O grande Desafio”**, direção de Denzel Washington, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mokOUNQvckQ>

DARTMOUTH. <https://home.dartmouth.edu/>, 2023. **Inteligência artificial cunhada em Dartmouth**. Disponível em <https://250.dartmouth.edu/highlights/artificial-intelligence-ai-coined-dartmouth>. Acesso em: 28 set. 2023.

**Entenda o impacto da Inteligência Artificial na vida da população negra**. Mundo Negro, 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/entenda-o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-vida-da-populacao-negra/>. Acesso em 31.ago.2023

YOCHABELL, Camilla. **A inteligência artificial ajuda, mas quando ela é preconceituosa?** Brasil, 18 jul.2022. LinkedIn: Camilla Y. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/intelig%C3%A2ncia-artificial-ajuda-mas-quando-ela-%C3%A9-cammila-yochabell>

# *Animal Farm* e *The Hunger Games*: a neve como símbolo do totalitarismo e do capitalismo no antropoceno

Sueli Meira Liebig<sup>1</sup>

## RESUMO

Partindo do significado arquetípico do vocábulo “neve”, que significa frio e insensível, este trabalho desenvolve um estudo comparatista de viés ecocrítico que aproxima a fábula distópica *Animal Farm* (1945), do escritor inglês George Orwell, da trilogia pós-apocalíptica *The Hunger Games* (*The Hunger Games*, 2008, *Catching Fire*, 2009 e *Mockingjay*, 2010), da escritora norte-americana Suzanne Collins. O fio condutor desta análise comparatista são os personagens Snow Ball, da fábula de Orwell, e Presidente Snow, da trilogia de Collins. Ambos serão cotejados a partir da simbologia arquetípica que o seu nome em comum, Snow, sugere e representa nas tramas das obras aqui elencadas: frieza e insensibilidade, para começar, e a sua degeneração em intolerância, absolutismo e totalitarismo, cristalizados pelo poder advindo do capitalismo do Antropoceno. Como base teórico-crítica, foram utilizados os estudos de Alves, 2023; Arendt, 1989; Chevalier & Gheerbrant, 1982; & Dwyer, 2010; Figueiredo, 2023; Garrard, 2004; Glotfelty & Fromm, 1996; Miranda & Reis, 2017, dentre outros. A conclusão é que os alertas sinalizados pelos respectivos autores, observando-se o lapso temporal transcorrido entre a publicação das duas obras, ressaltam a necessidade de as populações do planeta se precaverem contra esses regimes e lutarem pela preservação do planeta e pela manutenção dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** *Animal Farm*; *The Hunger Games*; Totalitarismo; Antropoceno; Neve.

## ABSTRACT

Based on the archetypal meaning of the word “snow”, which means cold and insensitive, this work develops a comparative study with an ecocritical bias that brings together the dystopian fable *Animal Farm* (1945), by the English writer George Orwell, and the post-apocalyptic

1. Professora aposentada do DLEM/CCHLA, Campus I, doutora em Literatura Comparada pela UFMG. [suelibig@hotmail.com](mailto:suelibig@hotmail.com)

trilogy *The Hunger Games* (*The Hunger Games*, 2008, *Catching Fire*, 2009 and *Mockingjay*, 2010), by the American writer Suzanne Collins. The common thread of this comparative analysis is the characters Snow Ball, from Orwell's fable, and President Snow, from Collins' trilogy. Both will be compared based on the archetypal symbolism that their common name, Snow, suggests and represents in the plots of the works listed here: coldness and insensitivity, to begin with, and their degeneration into intolerance, absolutism and totalitarianism, crystallized by the power that comes from the capitalism of the Anthropocene. As a theoretical-critical basis, the studies of Alves, 2023; Arendt, 1989; Chevalier & Gheerbrant, 1982; & Dwyer, 2010; Figueiredo, 2023; Garrard, 2004; Glotfelty & Fromm, 1996; Miranda & Reis, 2017, among others, were used. The conclusion is that the warnings signaled by the respective authors, observing the time lapse between the publication of the two works, highlight the need for the planet's populations to guard against these regimes and fight for the preservation of the planet and the maintenance of human rights.

**Keywords:** Animal Farm. The Hunger Games. Totalitarianism. Anthropocene. Snow.

## INTRODUÇÃO

*“Os símbolos são mais reais que aquilo que simbolizam,  
o significante precede e determina o significado.”*  
(Claude Lévi-Strauss)

Arquétipos são figuras e símbolos do inconsciente coletivo que influenciam emoções, pensamentos e comportamentos. São modelos universais hereditários que sobreviveram com o passar do tempo e permanecem no subconsciente coletivo, exercendo sugestão sobre concepções e atitudes. Existem arquétipos que transcendem a cultura e a época, como é o caso do vocábulo “neve”, aqui destacado. Partindo do seu significado arquetípico — que, de acordo com o dicionário Infopedia, significa frio, insensível — este trabalho desenvolve um estudo comparatista de viés ecocrítico que aproxima a fábula distópica *Animal Farm* (1945), de Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo George Orwell, escritor, jornalista e ensaísta político inglês, e a trilogia pós-apocalíptica *The Hunger Games* (*The Hunger Games*, 2008, *Catching Fire*, 2009 e *Mockingjay*, 2010), da escritora e roteirista

---

1. Professora aposentada do DLEM/CCHLA, Campus I, doutora em Literatura Comparada pela UFMG. suelibig@hotmail.com

de ficção científica e literatura infanto-juvenil americana Suzanne Collins.

O fio condutor desta análise crítica são as personagens Snow Ball, da fábula de Orwell, e Presidente Snow, da trilogia de Collins. Ambas serão cotejadas a partir da simbologia arquetípica que o seu nome em comum, Snow, sugere e representa nas tramas das obras aqui elencadas: frieza e insensibilidade, para começar, e a sua degeneração em intolerância, absolutismo e totalitarismo, cristalizados pelo poder advindo de um capitalismo antropocêntrico.

A neve significa, tradicionalmente, a estação invernal e o fim da estação de cultivo. Por causa de sua relação com o fim do crescimento no mundo natural, ela costuma estar associada à morte e às adversidades. Por exemplo, os colonizadores americanos, recém-chegados da Inglaterra, coletavam alimentos durante a primavera, o verão e o outono, para consumi-los nos meses de inverno. Qualquer pessoa que deixasse de colher a sua safra durante a estação de cultivo enfrentaria dificuldades nos meses de inverno — alguns dos primeiros colonos sucumbiram à fome, como resultado das neves do inverno. Os orientais também costumam usar a cor branca para representar o luto e a morte, e a neve é frequentemente usada na mídia moderna para prenunciar as guerras vindouras.

O cair da neve profunda é especialmente usado para representar tempos ruins ou a morte. Além disso, a neve também pode simbolizar individualidade, mudanças e transformações, em várias culturas. A neve derretida, em algumas situações, pode ser usada para simbolizar um novo começo ou o fim das dificuldades. Como a neve cobre tudo e transforma uma paisagem familiar em algo novo, ela pode ser associada à transformação. Por exemplo, a neve costuma ser usada para descrever uma situação de mudança de vida.

Dessa maneira, a análise do *corpus* terá, como ponto de partida, a simbologia arquetípica que a palavra “snow” sugere e referenda nas duas obras. *The Hunger Games* (ou, na versão em português, *Jogos Vorazes*) se passa em um futuro pós-apocalítico, no qual os Estados Unidos já não existem mais. Em seu lugar, ergue-se Panem, uma nação governada por uma tirânica Capital, circundada por doze paupérrimos distritos, de onde tiram os seus principais recursos. Em decorrência de eventos passados, quando os distritos tentaram se rebelar e assumir o controle, a Capital passa a governar com mão de ferro e, para mostrar que os distritos estão a seu serviço, promovem anualmente um *reality show* chamado Jogos Vorazes.

Trata-se de uma disputa na qual uma garota e um garoto de cada distrito, entre 12 e 18 anos de idade, são lançados em uma enorme arena a céu aberto. Lá, são obrigados a lutar, matando-se uns aos outros, até que somente um deles saia com vida. A competição é transmitida ao vivo, pela televisão. Enquanto os habitantes dos distritos são forçados a assistir àquele espetáculo de dominação e morte, a população da Capital acompanha cada acontecimento por puro divertimento, como fazia o Império Romano, com as lutas dos gladiadores, para divertir e distrair o povo. Nesse abominável contexto, vive Katniss Everdeen, uma jovem do Distrito 12, o mais miserável de todos. Narrado em primeira pessoa, o livro acompanha a sua jornada durante os jogos, em que cada um dos 12 distritos do país é selecionado, por meio de um sorteio chamado “Colheita”, para

participar de uma batalha televisada.

*Animal Farm* (ou *A revolução dos bichos*, na versão em português), por sua vez, é uma sátira política feita à União Soviética comunista, que, segundo a ótica de Orwell, teria traído os princípios da Revolução Russa de 1917. Com uma trama de corrupção e traição, o livro recorre a figuras de animais para retratar as fraquezas humanas e destruir o “paraíso comunista” proposto pela União Soviética, na época de Stalin. A revolta dos animais da fazenda contra os humanos é liderada pelos porcos Bola-de-Neve (Snowball) e Napoleão (Napoleon). Os animais tentam criar uma sociedade utópica, mas Napoleão, seduzido pelo poder, afasta Bola-de-Neve e estabelece uma ditadura tão corrupta quanto a da sociedade dos humanos.

Tudo começa quando Major, um velho porco, sentindo chegar o momento propício, reúne os animais da fazenda (Manor Farm) para partilhar um sonho: o de serem governados por eles próprios, os animais, sem submissão à exploração do homem. Ensina-lhes, então, uma antiga canção, “Bichos da Inglaterra”, que resume a filosofia do animalismo, exaltando a igualdade entre eles e os tempos prósperos que estariam por vir, deixando os demais animais em êxtase com essas possibilidades.

O idoso Major falece três dias depois, tendo tomado a frente do projeto os astutos jovens porcos Snowball e Napoleão, que passam a se reunir clandestinamente, a fim de traçar as estratégias da revolução. Certo dia, o Sr. Jones, então proprietário da fazenda, descuida-se da alimentação dos animais, fato que se torna a gota d’água para começar a revolta entre os bichos. Sob o comando dos inteligentes e letrados porcos, os animais expulsam os humanos da propriedade e passam a chamá-la de “Fazenda dos Animais”. Logo são criados os “Sete Mandamentos” do animalismo, que, a princípio, são resumidos da seguinte maneira:

1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo.
  2. Qualquer coisa que ande sobre quatro patas, ou tenha asas, é amigo.
  3. Nenhum animal usará roupas.
  4. Nenhum animal dormirá em cama.
  5. Nenhum animal beberá álcool.
  6. Nenhum animal matará outro animal.
  7. Todos os animais são iguais.<sup>2</sup>
- (ORWELL, 2007, p.25)

Para os animais de inteligência inferior, os porcos resumem os mandamentos apenas à máxima “Quatro pernas bom, duas pernas mau”, refrão que passa a ser repetido constantemente pelas ovelhas. Depois da primeira invasão dos humanos, na tentativa frustrada de retomar a fazenda, Snowball luta com bravura e dedica todo o seu tempo ao aprimoramento da propriedade e da qualidade de vida de todos os animais.

---

2. Uma vez que o artigo é escrito em português, optou-se por utilizar as traduções das duas obras, para facilitar a leitura dos leitores não letrados em inglês.



Apesar disso, Napoleão o expulsa do lugar, alegando sérias acusações contra o antigo companheiro — acusações estas que se prolongam durante toda história, mesmo depois do seu desaparecimento —, na tentativa de encobrir algo ou mesmo de ter alguma explicação para dar aos animais sobre o seu sumiço, criando-se um mito em torno do porco que, a partir dali, será considerado um traidor.

Napoleão apodera-se da ideia de Snowball, de construir um moinho de vento para gerar energia, e dá início à sua construção. Algum tempo depois, os porcos começam a negociar com os agricultores da região, desrespeitando a prévia resolução de não contactarem com os humanos, alegando que essa teria sido mais uma invenção de Snowball. Os porcos passam, então, a habitar a antiga casa do Sr. Jones e começam a alterar os mandamentos originais, escritos na porta do celeiro:

4. Nenhum animal dormirá em cama **com lençóis.**
5. Nenhum animal beberá álcool **em excesso.**
6. Nenhum animal matará outro animal **sem motivo.**
7. Todos os animais são iguais, **mas alguns são mais iguais que outros.**

(ORWELL, 2007, p.88. Grifos próprios)

Como forma de cristalizar a sua tirania, o Hino da Revolução é banido, já que a sociedade ideal descrita por Napoleão teria sido atingida, sob o seu comando. O porco é, assim, declarado líder por unanimidade. As condições de trabalho começam a se degradar, os animais sofrem um novo ataque humano e já não conseguem distinguir se a época em que estavam submissos ao Sr. Jones seria pior, mas são constantemente lembrados do sonho da proclamada liberdade pelos astutos discursos dos suínos, principalmente os proferidos por Garganta, um porco com especial capacidade persuasiva. Napoleão, os outros porcos e os agricultores da vizinhança celebram, em conjunto, a produtividade da Fazenda dos Animais. Os outros animais trabalham arduamente em troca de míseras rações e, dessa maneira, assiste-se a um caricato escárnio da sociedade humana.

O slogan das ovelhas é modificado ligeiramente para “Quatro pernas bom, duas pernas melhor!” (ORWELL, 2007, p. 106), pois, àquela altura, os porcos andam sobre as duas patas traseiras. No final, os animais, ao olhar para dentro da casa antes pertencente ao Sr. Jones e onde os porcos agora vivem, em considerável luxo em relação aos demais animais, veem Napoleão e outros suínos jogando carteadado com Frederick e Pilkington, donos das granjas vizinhas, celebrando a prosperidade econômica que os seus acordos proporcionam às suas propriedades. Numa visão confusa, os animais já não conseguem distinguir os porcos dos homens.

Diante de duas tramas que se desenvolvem em torno da tirania do poder instituído, que se torna signo e símbolo do totalitarismo e da insensibilidade do capitalismo do Antropoceno, procura-se aproximar e relacionar o Snowball de Orwell com o Presidente Snow de Collins dentro de uma conjuntura em que eles representam, por meio das suas ações, algumas características marcantes relativas ao arquétipo “neve”, anteriormente descritas.

## SNOWBALL E PRESIDENTE SNOW: FIGURAS INTERCAMBIÁVEIS

“Quando lemos”, diz SueEllen Campbell, na introdução de *The Ecocriticism Reader* (GLOTFELTY & FROMM, 1966), “criamos significado. Sem um leitor, as palavras na página não significam nada. Damos-lhes vida com nossos sentimentos, nossa experiência, nosso conhecimento, nossa subjetividade”. Assim, os contextos ficcionais onde se desenvolvem as tramas de ambos os romances nos levam a classificá-los como obras ecofictícias, ou seja, narrativas que alertam para questões ambientais e para a relação entre o homem e o meio ambiente, de forma que natureza e humanidade ocupam, aqui, posições centrais (DWYER, 2010).

Para além disso, essas distopias sugerem a exploração de questões que cercam a atuação central do ser humano como fator que interfere na criação de mundos alternativos, cuja natureza, bem como a dos indivíduos envolvidos, é direcionada pelo viés capitalista. O capitalismo, ao promover uma extração acentuada e imprudente dos recursos naturais, é um fator que interfere no convívio diário da humanidade com a natureza e, conseqüentemente, favorece o aumento da crise ambiental. Nessa perspectiva, o viés capitalista atua como instrumento de conflito entre os indivíduos, uma vez que nem todos são beneficiados, devido à má distribuição dos bens para a sobrevivência dos seres nos ecossistemas.

É sobrepondo os interesses do homem aos da natureza que o ideal capitalista proporciona o protagonismo humano relacionado à atual era geológica, considerada como exclusiva da atuação da humanidade sobre o planeta, nomeada como “Antropoceno”. Nesse sentido, as peculiaridades de tais obras ficcionais questionam o seu conceito, em que a humanidade é tratada enquanto agente geológico que atua sobre as mudanças ocorridas no planeta, e chega-se à ideia do capitalismo enquanto força motriz a impulsionar os atos humanos em busca de progresso, pelo uso imprudente dos bens naturais. Ao construir contextos ditatoriais e tenebrosos para a Terra e a sociedade, Orwell e Collins promovem uma reflexão sobre o capitalismo desenfreado como elemento que, em seu processo de atuação, submete e gera conseqüências desastrosas tanto para os humanos, representados pelas camadas sociais menos favorecidas, quanto para os não-humanos, aqui literalmente representados em *A Revolução dos Bichos*. Diferentemente de Collins, mesmo que o romance de Orwell não tenha sido originalmente inspirado em questões ecológicas, mas eminentemente políticas, não podemos deixar de notar a sua importância como mensageiro futuro do capitalismo do Antropoceno, questão que atualmente salta aos olhos.

Passa-se, agora, a cotejar as personagens das duas obras como protótipos do totalitarismo, da frieza e da insensibilidade do capitalismo dito cornucopiano (GARRARD, 2006). Por mais que a ecologia, a economia e a política busquem se unificar para a promoção de ações favoráveis à natureza, o individualismo econômico institui relações de poder e de desigualdade entre as classes. Em Orwell, isso fica evidente na transformação dos porcos, que, por se julgarem mais inteligentes que os demais bichos, acabam por adotar as mesmas atitudes e comportamentos humanos por eles antes criticados, como dormir em camas, consumir bebidas alcoólicas, vestir-se e andar sobre as patas

traseiras, emulando o comportamento dos homens:

Foi logo após o retorno das ovelhas, numa noite agradável, quando os bichos haviam terminado o trabalho e regressavam à granja, que se ouviu, vindo do pátio, um relinchar horripilante. [...] Era a voz de Quitéria [...] os animais viram então o que ela vira. Um porco caminhava sobre as duas patas traseiras. Garganta, um tanto desajeitado [...], mas em perfeito equilíbrio, passeava pelo pátio. Momentos depois saiu pela porta da casa uma comprida coluna de porcos, todos caminhando sobre as patas de trás.

(ORWELL, 2007, p.105)

A prática de assimilar o *modus vivendi* do poder instituído é diferente em *Jogos Vorazes*: enquanto os porcos optam por imitar os humanos para cruzar a barreira da classe social, no romance de Collins, pessoas são obrigadas, pelo poder ditatorial, a submeterem-se às práticas e costumes sociais da Capital apenas para que saibam que não têm poder nem mesmo sobre os seus próprios corpos. Ao ser atendida pela equipe que vai prepará-la para a festa da vitória, Katniss reflete sobre a aversão que sente quanto a certos costumes que ela julga absolutamente desnecessários:

Significa que eu tenho de passar a manhã tendo os pelos do meu corpo arrancados, enquanto Peeta dorme [...] Nenhum dos garotos tinha barba, e muitos já tinham idade para tal. Imagino o que fizeram com eles. [...] passo os dedos ao longo da penugem macia e encaracolada em minhas pernas e me entrego à equipe de preparação. Tenho de me enfiar numa banheira cheia de uma solução espessa e de cheiro desagradável, enquanto o meu rosto e o meu cabelo são empapados de creme.

(COLLINS, 2009, p. 57)

O primeiro contraponto entre as duas obras revela-se nas consequências do capitalismo, em que a tipologia literária apresenta um forma capitalista de circulação devido à acessibilidade proporcionada pelas condições de compra e venda (FERREIRA, 2020) — o seu conteúdo apresenta um amplo leque de possibilidades para o estudo do protagonismo humano frente à criação e ao uso de certas configurações ambientais e a sua relação com o desfecho dos seus propósitos, tanto por parte da elite (a Capital) quanto da classe submetida ao sistema governamental (os distritos).

Isto se deve ao fato de que Orwell concentra a sua fábula na crítica política, associando os personagens humanos e não humanos da obra aos governantes da época, em que o porco Major é uma combinação alegórica de Karl Marx, um dos criadores do comunismo, e Lênin, líder comunista da Revolução Russa; o suíno Napoleão é geralmente associado a Joseph Stalin; o porco Bola de Neve (Snowball) é ligado à figura de Trótski, e o porco Garganta é associado ao Pravda. Os equinos Sansão e Benjamim, por sua vez, representam,

respectivamente, o proletariado e o próprio autor, no contexto do romance. Já as ovelhas, intelectualmente limitadas e analfabetas, representam a massa, enquanto os cachorros são metáforas da KGB e o corvo Moisés é associado à Igreja. No tocante aos humanos, o Sr. Jones (dono da Granja do Solar) é associado ao cruel Czar Nicolau II, e o Sr. Frederick (dono da vizinha Granja Pinchfield), é comumente tido como alegoria de Adolf Hitler.

Quanto a Collins, segundo Henthorne (2012) e Figueiredo (2023), esta possui uma notável trajetória na escrita dramática, destacando-se pelo viés ecocrítico da sua produção, em geral.

Assim sendo, retorna-se ao cerne deste estudo, que é a associação simbólica que se estabelece entre a neve e os nomes dos dois personagens ressaltados no *corpus* desta análise comparatista — não obstante o propósito da mensagem carregada pelas duas obras, o objetivo final converge para uma mensagem de alerta quanto ao assecuramento dos direitos humanos inerentes a todos os seres que habitam a Terra.

### **SNOWBALL E PRESIDENTE SNOW COMO SÍMBOLOS DO TOTALITARISMO E DO CAPITALISMO DESENFREADO DO ANTROPOCENO**

Quando uma pessoa utiliza a linguagem, os gestos ou os sonhos, a qualquer momento, mesmo mecanicamente, vale-se de símbolos. Eles enformam os seus desejos e comportamentos, e chegam a estimular empreendimentos que podem levar a sucessos ou a derrotas. A sua gênese, agenciamento e interpretação são estudados por diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Linguística, da Antropologia Cultural, da História, das Religiões, da Crítica da Arte, da Psicologia e mesmo da Medicina. Na introdução do seu *Dicionário de Símbolos*, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant observam que

Todas as ciências do homem e todas as artes, bem como as técnicas que delas procedem, deparam-se com símbolos em seu caminho. Devem conjugar esforços para decifrar os enigmas que esses símbolos propõem; associam-se para mobilizar a energia condensada que neles se encerra. Seria dizer pouco que vivemos num mundo de símbolos — um mundo de símbolos vive em nós.

(JEAN CHEVALIER ALAIN & GHEERBRANT, 2015, p.6)

Assim, a expressão por meio dos símbolos traduz o esforço do ser humano para decifrar e tutelar um destino que lhe tenta escapar pelas brechas da escuridão que o rodeia. No presente, os símbolos demonstram gozar de um novo *status*, no qual a imaginação aparenta estar reabilitada, *pari passu* com a razão, instigando novas descobertas e pressagiando o progresso. Tal aceitação deve-se, mormente, às previsões da ficção, aos efeitos da atual dominação da imagem às interpretações modernas dos mitos antigos, como o faz Collins quando constrói a protagonista da trilogia, Katniss Everdeen, associando-a ao mito do herói grego Teseu.

O enredo da trilogia remonta às duras críticas que a autora faz à sociedade atual: a

manipulação da massa por meio do entretenimento e a opressão que o governo totalitário do Presidente Snow exerce sobre a população de Panem, ensejando o nascimento de novos mitos. Os símbolos, portanto, ocupam o centro da vida imaginativa e revelam os segredos do inconsciente, conduzindo aos mais recônditos desejos de ação, que abrem as janelas do espírito para o devir e a infinitude.

Como observado antes, a simbologia da neve significa a estação invernal e o fim da estação de cultivo, estando associada à morte e às adversidades. Imbricando fato e ficção, na fábula de Orwell, o Snowball fictício, protótipo do Leon Trótski real, lidera o conhecido Exército Vermelho de Trabalhadores e Camponeses (a massa — os bichos)<sup>3</sup>, levando-o à dizimação por hipotermia. As condições de inverno entre 1939 e 1940 eram extremas. As temperaturas de 40° negativos, em meio a uma neve espessa, não eram raras, e os finlandeses conseguiram utilizá-las para sua vantagem, enquanto os russos pereceram pelo frio.

O poder, representado por Trótski, reorganizou o Exército Vermelho pelo recrutamento compulsório de camponeses, enquadrados por oficiais do antigo Exército Imperial Russo, os quais eram vigiados, quanto às suas simpatias políticas, por propagandistas e militantes bolcheviques encarregados de validar as ordens militares dadas por estes oficiais e de garantir a sua confiabilidade. Tal tipo de recrutamento remete à convocatória sanguínea do Presidente Snow em *Jogos Vorazes*, pela qual submete os jovens dos distritos a se digladiarem na arena até a morte, por ocasião dos jogos.

O Exército Vermelho foi assim constituído, como uma organização hierarquizada e burocrática, que, como era norma em todos os exércitos daquela época, apoiava-se no uso de uma disciplina estrita que previa o uso da pena de morte para atos de covardia e deserção. Ademais, levemos em conta que, pelo uso de uma disciplina tida por muitos como “brutal” — a exemplo do que faz o Presidente Snow, no romance de Collins —, o governante não teve qualquer hesitação em validar punições, e mesmo fuzilamentos, de militantes comunistas tidos como culpados de covardia — mortes essas que, na trama da autora, metaforizam as vítimas das “colheitas”, nos famigerados espetáculos que deixam rubras as arenas de Panem. A passagem seguinte insinua uma visível relação dos tribunos com os desertores do Exército Vermelho, e sua punição. Como narra Katniss,

Haymish cruza os braços e olha para nós dois [...]. Quando o gongo soar, deem o fora de lá. Nenhum dos dois está preparado para o banho de sangue na Cornucópia.<sup>4</sup> Simplesmente sumam de lá, distanciem-se o máximo que puderem um do outro e dos outros tribunos.  
(COLLINS, 2008, p. 153)

---

3. O Exército Vermelho de Trabalhadores e Camponeses, frequentemente abreviado como Exército Vermelho, era o exército e a força aérea da República Socialista Federativa Soviética da Rússia. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral>. Acesso em 03/08/23

4. A cornucópia é um símbolo mitológico grego que representa a fertilidade e a abundância. É uma espécie de fonte natural que fornece, gratuita e ilimitadamente, todos os bens necessários às expectativas humanas. Em *Ecocriticism* (2006), Greg Garrard inaugura um tropo chamado “Cornucopianismo”, ao qual associa os interesses da classe dominante em explorar a natureza em detrimento das nocivas ações que o interesse financeiro lhe possa acarretar.

Como salienta José Eustáquio Diniz Alves, colunista do Portal *EcoDebate* (2012), assemelhando-se ao paraíso, a cornucópia habita os sonhos dos hiperotimistas, que acreditam que o crescimento econômico pode ocorrer de maneira infinita e sem restrições ao meio ambiente. Ela faz parte igualmente dos sonhos dos políticos/governantes que acham que podem enganar os seus eleitores com promessas, disseminando a ideia de que, com “vontade política”, será possível alimentar quantas pessoas sejam necessárias, assim como fornecer-lhes casas, aparelhos eletrodomésticos, carros, lazer e outros bens de consumo.

Na direção contrária, contrapondo-se ao que postulam os ecocríticos pragmáticos que seguem a linha de pensamento de Greg Garrard (2004) e prenunciam o fim dos recursos naturais e dos ecossistemas pela ação predatória do homem, cornucopianistas como Peter Diamandis e Steven Kotler, no livro *Abundance – The Future Is Better Than You Think (Abundância – o futuro é melhor do que você pensa, 2012)*, consideram a tecnologia uma panaceia capaz de fazer brotar a abundância, manter o crescimento exponencial e democratizar o bem-estar ambiental. Segundo eles, todos os seres humanos viveriam em democracias plenas, graças a três vetores de força: inovação, empreendedorismo e tecnologia. No romance de Orwell, isso fica evidente na seguinte passagem:

O moinho de vento, entretanto, não era usado para produzir energia elétrica. Usavam-no para moer cereais, coisa que dava bom dinheiro. Os animais estavam a braços com a construção de outro moinho de vento; quando este estivesse concluído, dizia-se, seriam instalados os dínamos. Mas naquele luxo de que Bola de Neve lhes falara certa vez — baias com luz elétrica e água quente e fria — e na semana de três dias não se falava mais.  
(ORWELL, *Op. Cit.*, p. 102)

De volta, mais uma vez, ao fio condutor desta investigação — a neve e os personagens a ela associados —, a neve, representando o luto e a morte, é comumente usada pela mídia para prenunciar guerras vindouras. As obras aqui comparadas estão repletas de situações que ilustram essa relação:

A grama ficou esturricada e a neve cinzenta caiu aqui também, mas as doze casas de boa qualidade da Aldeia dos Vitoriosos estão intactas [...]. Devo agora tornar-me a líder real, o rosto, a voz, o corpo da revolução. A pessoa com quem os distritos — a maioria dos quais estão agora absolutamente em guerra com a Capital — podem contar para incendiar a trilha em direção à vitória.  
(COLLINS, 2010, pp 16-17)

Sob tais circunstâncias, na granja dos bichos, a mesma ideia de guerra e morte é evidenciada pelo equino Sansão, que, penalizado, anuncia a morte de um cavaliço. Como

que corroborando a fala de Katniss, Snowball esbraveja: “Nada de sentimentalismos, camarada! [...] Guerra é guerra! humano bom é humano morto!” (ORWELL, 2006, p.39).

Segundo Chevalier e Gheerbrandt (1982), a neve profunda representa, geralmente, tempos ruins ou a morte. Além disso, também pode simbolizar individualidade, mudanças e transformações em várias culturas. Isso está magistralmente ilustrado por Orwell, nas seguintes passagens:

Foi alguns dias depois disso que os porcos encontraram, na adega da casa grande, uma caixa de uísque. Passara despercebido, na época da ocupação. Naquela noite, chegou da casa o som de uma cantoria em que, para surpresa de todos, se ouviram trechos de “Bichos da Inglaterra”. Mais ou menos às nove e meia da noite, Napoleão, usando um velho chapéu-coco de Jones, foi visto claramente emergir da porta de trás, dar um rápido galope em volta do pátio e sumir pela porta outra vez. (ORWELL, 2006, p. 87)

A neve derretida pode ser usada para simbolizar um novo começo ou o fim das dificuldades. No caso acima, resulta no fim das dificuldades para os astutos porcos, que, a partir daí, começam a habitar a casa dos antigos donos da fazenda e a imitar o seu comportamento, à custa do sofrimento dos outros animais: “As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco, e de um homem para um porco outra vez, mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco”. (ORWELL, 2006, p.112)

Cobrindo tudo e transformando a paisagem familiar em algo novo, a neve associa-se à transformação e à mudança de vida dos governantes. E à inevitável ruína dos miseráveis. Em *Jogos Vorazes*, não acontece de maneira diferente, como pondera Katniss, no epílogo, “[...] lacramos as páginas [das nossas vidas] com sal marinho e promessas de viver bem para que as mortes tenham valido a pena” (COLLINS, 2010, p. 416). É aí que uma antiga lembrança lhe volta à tona:

Aprendemos a nos manter novamente ocupados. Peeta faz pão. Haymitch bebe até a bebida acabar, e então cria gansos até que o próximo trem chegue. Felizmente, os gansos podem cuidar muito bem de si mesmos. Não estamos sozinhos. Algumas centenas de outros retornam porque, independentemente do que tenha acontecido, este é o nosso lar. [...] Necessito é do dente-de-leão na primavera. Do amarelo vívido que significa renascimento em vez de destruição. Da promessa de que a vida pode prosseguir, independentemente de quão insuportáveis foram nossas perdas. (COLLINS, 2010, pp.416-417)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

George Orwell tornou-se simpatizante do socialismo no início da década de 1930, após ter convivido com a camada mais pobre dos trabalhadores industriais oprimidos e negligenciados, especialmente os mineiros do norte da Inglaterra. Voluntariou-se para lutar na Guerra Civil Espanhola, escolhendo combater ao lado dos milicianos do Partido Obrero de Unificación Marxista (Poum), os trotskistas espanhóis, em Barcelona. Em 1937, stalinistas locais e agentes soviéticos o perseguiram por estar engajado no Poum, organização hostilizada por Moscou .

Orwell viveu na rua e dormiu em igrejas até que conseguiu escapar da Espanha com sua mulher, Eileen. Vivenciar tudo aquilo lhes ensinou como era fácil, para a propaganda totalitária, controlar a opinião de pessoas educadas em países democráticos e os fizeram compreender a influência negativa do mito soviético sobre o movimento socialista ocidental.

Para escrever *A Revolução dos Bichos*, como metáfora da exploração do proletariado, Orwell inspirou-se em uma cena que presenciou, na qual um menino de cerca de 10 anos, guiando um imenso cavalo por um caminho estreito, cobria-o de chicotadas, cada vez que o animal tentava se desviar. Percebeu então que, se aqueles animais adquirissem consciência da sua força, os homens não teriam o menor poder sobre eles, e que os animais são explorados pelos homens de modo muito semelhante à maneira como o proletariado é explorado pelos ricos.

Na trama de Orwell, o totalitarismo é inspirado na Revolução Russa, em que pobres camponeses são convocados compulsoriamente por Trótski (Snowball) para compor, sem a menor qualificação, o Exército Vermelho, pondo em risco as suas vidas. Explicando o que o motivou a escrever o livro *1984* (1949) ele alerta sobre a iminente ascensão de Estados Totalitários e a extinção da individualidade e da capacidade de pensamento autônomo sob tais regimes.

A saga da trilogia de Suzanne Collins descreve um futuro apocalíptico que também tem um governo totalitário (Presidente Snow), que brinca, por assim dizer, com a vida de jovens adolescentes provindos do proletariado, convocando-os compulsoriamente ao gládio, à guisa de divertimento, como forma de demonstrar o seu poder. Collins faz uma comparação entre a realidade descrita em *Panem* e a que presenciamos no século XXI, criticando elementos como a banalização da morte, a escravidão, a separação de classes, a frivolidade das elites, o fascínio pelos *reality shows* e, principalmente, o totalitarismo.

As situações emolduradas em ambas as obras, trazendo, como pano de fundo e fio comparatista condutor, a frieza do arquétipo “neve”, são alertas sinalizados pelos respectivos autores sobre a necessidade de as populações do planeta se conscientizarem da força representada pela união dos povos, a fim de se precaverem contra os engodos dos regimes totalitários e de lutarem pela preservação das suas vidas — e, conseqüentemente, dos seus inalienáveis direitos como seres humanos.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. “O mito da cornucópia e os cornucopianos modernos”. In: EcoDebate: Plataforma de informação, artigos e notícias sobre temas socioambientais. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2012/10/03/o-mito-da-cornucopia-e-os-cornucopianos-modernos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acesso em 04/07/2023.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva et alii., 27ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.
- GLOTFELTY, Sheryll & FROMM, Harold., Eds. **The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology**. Georgia, The University of Georgia Press, 1996.
- COLLINS, Suzanne. **Jogos Vorazes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Em Chamas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A Esperança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.
- DWYER, Jim. **Where the Wild Books Are: A Field Guide to Ecofiction**. Reno and Las Vegas: University of Nevada Press, 2010.
- FERREIRA, Julio Marinho. “O Capitalismo e a sua influência na literatura simbolista: Baudelaire, Huysmans, Wilde e a estética da decadência no fim do século XIX”. In: **Revista de Literatura, História e Memória**. Unioeste/Cascavel-p. 69-93V. 16–N.28-2020
- FIGUEIREDO, FerdinandoOliveirade. “Expressões Ecofictícias em Arena: Antropocentrismo, Capitalismo e Meio Ambiente na Trilogia **Jogos Vorazes**, de Suzanne Collins”. (UEPB, Tese de Doutorado, 2023).
- GARRARD, Greg. **Ecocriticism**. London: Routledge, 2004.
- MIRANDA, Ana Paula Gomes & REIS, Luisa Maria Silva. “Um Olhar Jurídico Sob a Literatura: Comparações com a Realidade e a Ficção da Saga Jogos Vorazes e o Papel Desempenhado pelo Direito. Belo Horizonte, 2017. Disponível em <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4b3e15ku/bloco-unico/QWz4H092jU8pvk1l.pdf> Acesso em 03/07/2023.
- ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. 10ª Ed. Trad. Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

# Discutindo a liberdade econômica em Friedman, Sen e Marx

Alexandre Lyra Martins<sup>1</sup>

## RESUMO

A liberdade é categoria fundamental para explicar o funcionamento do mercado concorrencial, estando presente em várias obras de abordagem liberal, mas seu aprofundamento conceitual é feito por poucos autores, entre os quais se destacam Milton Friedman e Amartya Sen. O presente texto discute as premissas conceituais desses autores, contrapondo-as à perspectiva crítica marxista e considerando as transformações mais relevantes da economia de mercado no contexto histórico em que esses autores produzem suas obras, concluindo que há avanço teórico, alargamento conceitual, pontos frágeis diferentes e manutenção de insuficiências em decorrência de limitações metodológicas.

**Palavras-chave:** História econômica; Teoria econômica; Liberalismo.

## ABSTRACT

Freedom is a fundamental category to explain the market dynamics, and as such is present in several works by liberal approaches, but its conceptual deepening is made by few authors, among which stand out Milton Friedman and Amartya Sen. This paper discusses the conceptual premise of these authors in opposition to marxist critical perspective and considering the most relevant transformations of the market economy in the historical context in which these authors produce their works, reaching the conclusion that there was theoretical progress, conceptual extension, different fragile spots and maintenance of inadequacies due to methodological limitations.

**Keywords:** Economic history; Economic theory; Liberalism.

---

1. Professor do Departamento de Economia da UFPB, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB).  
E-mail: lyramartins@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O liberalismo surgiu no fim da Idade Média como reação à ordem então instituída, na qual os indivíduos se encontravam sufocados, tanto social quanto economicamente. A produção e o comércio cresciam, mas o governo tinha o poder de autorizar as iniciativas e tributar, crescentemente, as atividades produtivas, limitando as possibilidades de expansão. Nesse contexto, surgem movimentos sociais pela liberdade individual e estudos são desenvolvidos, na Europa, em torno desse marco como pilar central da sociedade, constituindo um novo paradigma que viria a ser predominante, na Idade Moderna. Mesmo depois da conquista da transformação das estruturas e da publicação da obra seminal de Smith (1985), lançando suas bases econômicas, a produção acadêmica em torno do liberalismo, do ponto de vista da economia, continuou evoluindo realimentada por pensadores diversos, sempre reforçando o seu papel como pedra angular da nova sociedade.

A ideia central da liberdade, sobre a qual o sistema de mercado se ergue, volta a ser reafirmada e discutida por teóricos com alguma frequência, devido à própria evolução do mercado, que se transforma, ressaltando ou contrariando os seus fundamentos, tornando necessárias atualizações para fazer frente a ideais intervencionistas que recrudescem eventualmente. De outro lado, surgem concepções críticas que defendem restrições da liberdade econômica em razão de falhas originais do mercado, e algumas acabam até absorvidas pela agenda política corrente, por dar respostas a questões sociais prementes (como as grandes crises), algo considerado equivocado pelos liberais viscerais. O contexto político e econômico recente, entretanto, deu novo fôlego ao liberalismo inspirado em moldes clássicos e neoclássicos, anteriores às crises capitalistas do século XX, tornando oportuno revisitar e rediscutir as concepções de liberdade como pontos fulcrais da sociedade ocidental.

O objetivo do presente texto é discutir a concepção de liberdade como fundamento do capitalismo, considerando as contribuições dos economistas liberais Milton Friedman e Amartya Sen, duas das mais reconhecidas referências na temática em suas épocas, tomando suas obras-chave sobre o tema — respectivamente, “Capitalismo e liberdade” (1985) e “Desenvolvimento como liberdade” (2019) —, cotejando-as com a contribuição crítica de Marx. Trabalhos como os de Bonente e Medeiros (2016), Oliveira (2007) ou Domingues (2003) já examinaram criticamente a obra de Sen, enquanto Silva (2011) a analisou comparativamente à de Friedman, porém há uma lacuna no sentido de contrapor as visões desses três pensadores conjuntamente, discutindo especificamente a questão conceitual da liberdade, o que permite vislumbrar avanços e impasses nas perspectivas conceituais, considerando os contextos históricos em que estavam imersos.

## ACERCA DA LIBERDADE: CONCEITUANDO E CONTEXTUALIZANDO

Os contextos históricos diferenciados na elaboração dos livros são ressaltados pelos autores liberais estudados, ambos seguidores da tradição clássica/neoclássica.

Friedman (1985, p. 20) comenta as concepções defensoras de intervenção governamental de seu tempo como uma “tendência coletivista deste século”, realçando a adversidade do contexto histórico em que desenvolve suas concepções liberais; já Sen navega em águas mais tranquilas, num limiar liberal de século XXI, tendo sido assimilado como um dos grandes pensadores contemporâneos pelo meio acadêmico e pelo *mainstream*, a ponto de ser referenciado em livros de história do pensamento econômico mais recentes<sup>2</sup> e contribuir com a formulação do conceito de desenvolvimento econômico para a ONU.

A palavra liberdade enseja diferentes significados, mas versa sempre sobre possibilidades de pensamento ou de escolhas concretas. Tomando Japiassu e Marcondes (2001), pode-se colocar duas variantes principais de significados, considerando a autonomia individual em si (ética) e a sua relativização pelas normas sociais (política/econômica). Desde já, uma perspectiva crítica indica a limitação desses conceitos, ligados à premissa metodológica hipotética/individualista, de modo que é agregada aqui a ótica social/histórica, que diz respeito à soberania nacional de uma sociedade frente a outros povos, seja política ou econômica.

O aspecto econômico é um compartimento importante da liberdade, porque pode representar condições efetivas para seu exercício, dialogando diretamente com suas outras dimensões. Os economistas aqui estudados elaboram teses para explicar a relação da liberdade com a economia de mercado e a sociedade em geral, como condição para se alcançar o crescimento econômico (Friedman) ou o desenvolvimento econômico (para Sen), por meio de vínculos e requisitos associados que possibilitam a construção do indivíduo e de sociedades livres.

Antes relegada a segundo plano, a liberdade passa a conceito central na sociedade ocidental na era moderna. O parâmetro principal dos liberais é a livre escolha individual: o ser humano faz escolhas diversas envolvendo vários planos sociais e econômicos, de forma que limitações oriundas de qualquer instância superior, seja de grupos sociais, seja de governo, podem afetar a disponibilidade de opções. A convivência em sociedade, contudo, implica na necessária imposição de limites, ao menos no tocante ao outro e à sua respectiva liberdade. Falar em liberdade, portanto, é falar do oposto, dos limites, das fronteiras.

Por outro lado, discutir liberdade do ponto de vista da economia política significa observar as repercussões dessa variável na vida humana, que ocorrem em todas as outras esferas, passando pela convivência dos interesses econômicos com os interesses sociais, em economias de mercado, bem como considerar o inverso, que é a interferência das questões sociais no ordenamento econômico. A primeira questão a ser colocada é: há predomínio de alguma variável ou todas se determinam mutuamente? Esse é o ponto de partida das abordagens discutidas adiante, em que há divergências.

A liberdade é requisito para os sistemas político (democracia) e econômico (mercado) da sociedade ocidental moderna. Na fase clássica, coube aos filósofos economis-

---

2. Como é o caso de Nasar (2012)

tas desenvolver a variável econômica da temática, enquanto outros teóricos cuidaram da área social e política, mas com comunicação direta entre as áreas. Smith (2006), em especial, enxergava a busca pela maior produção e produtividade como consequência da disputa pelo consumidor, numa troca social voluntária de mútuo benefício entre ofertantes e demandantes, em que a liberdade é uma escolha moral para se atingir. Na sequência, a perspectiva marginalista, entretanto, optou por se aprofundar apenas na questão econômica, como universo próprio, destacando que interferências de ordem social na liberdade econômica necessariamente afetariam o ótimo de Pareto, reduzindo as possibilidades de maximização da produção. As perspectivas discutidas aqui, entretanto, transbordam esses horizontes, mesmo sendo Friedman uma referência marginalista e Sen preferindo se aproximar da tradição smithiana.

A autonomia é elemento central para explicar a liberdade, mas, no caso da liberdade econômica como foco único, o próprio conceito ganha autonomia, pois se recorre à soberania da economia (de mercado) como fundamento para outras liberdades sociais, que precisariam aguardar o crescimento econômico para serem derivadas. É o caso da via tomada por Friedman. A defesa deste argumento remete à história dos países centrais, mas pretende ser generalizada. Com a introdução e consolidação do novo conceito de desenvolvimento econômico, no fim do século XX<sup>3</sup>, essa leitura é revisada, uma vez que se identifica uma reciprocidade entre as variáveis sociais, culturais e éticas, estabelecendo círculos virtuosos ou viciosos em torno do *status quo*, que não podem ser rompidos apenas pela modernização econômica. Dessa maneira, a liberdade volta a ter um contorno socioeconômico, agora em novos moldes, com Sen.

O embrião da noção de desenvolvimento humano está na revisão keynesiana. O longo processo de crescimento econômico do capitalismo só começou a produzir resultados significativos em meados dos anos 1800, e, já no princípio do século XX, surgem as grandes crises que vão combalir a ordem liberal instituída (Feijó, 2007, p. 241). Essas crises atingiram os primeiros países que alcançaram alta produção, suficiente para proporcionar oportunidades para a grande maioria da população. Então, veio a crítica keynesiana, defendendo a recuperação econômica via *déficit* e incorporação do bem-estar social à agenda econômica. A ampliação das funções do Estado desagradou os liberais, mas, depois de resistirem, acabaram aceitando a reformulação teórica em razão da ineficácia das políticas convencionais e dos resultados das políticas econômicas de cunho keynesiano.

Também a intervenção estatal estava amparada nas premissas da liberdade, afinal, as novas funções socioeconômicas do Estado passavam por discussões públicas, saindo daí uma mudança na visão do Estado. Agora, a sociedade ocidental tinha dois novos parâmetros acerca do interesse coletivo e dos limites da liberdade de ação no mercado: a estabilidade econômica e o bem-estar social. O agente adequado para a função anticíclica é o Estado democrático de direito, que possui corpo técnico apropriado

---

3. O desenvolvimento socioeconômico ou humano aparece institucionalmente como conceito em 1990, com o primeiro relatório do PNUD, e a partir de discussões anteriores na comunidade acadêmica da ideia seminal de Sen (ver PNUD, 1996).

(devidamente preparado e selecionado) e instrumental suficiente (estatísticas diversas).

O *mainstream economics* posterior às grandes crises não segue apenas o parâmetro fundamental do mercado — o lucro —, mas, já tendo abandonado o *modus operandi* da Idade Média, reprograma o Estado para perseguir o equilíbrio macroeconômico e uma justiça social possível (via previdência e saúde pública, por exemplo), aprimorando esses objetivos continuamente, com seus mecanismos de controle e fiscalização. As instituições evoluíram significativamente, nesse sentido, a partir do consenso público em torno do *welfare state*.

Ocorre que os mais liberais não aceitam esse novo limite e classificam as intervenções do Estado como invasão à liberdade de mercado, procurando transferir a origem das grandes crises à atuação anterior irresponsável do Estado em sentido expansionista. Esta abordagem é a adotada por Friedman. No entanto, ela contraditoriamente diminui a autonomia dos agentes para escolher, não sendo contemplada pela interpretação seniana, que admite o Estado de bem-estar social como complemento de uma sociedade que zela pela liberdade individual.

Países periféricos seriam os maiores beneficiários das concepções aqui discutidas, pois pretendem seguir a tradição ocidental para gerar mais crescimento e desenvolvimento econômico, já que esses são escassos neles. A concepção da liberdade ocidental nessas nações, historicamente, nunca foi predominante, uma vez que, na maior parte das vezes, conviveram muito mais com autoritarismos explícitos ou implícitos, úteis à perpetuação de pobreza e exportação das riquezas. O desafio para essas nações se encaixarem no formato ocidental moderno, tendo a liberdade por referência principal, é imenso, e ele frequentemente reincide em governos arcaicos, que as reinserem em círculos viciosos de pobreza social, cultural, política e econômica.

Por outro lado, com o fracasso recente do socialismo real, a predominância do mercado deu força às leituras mais radicais do liberalismo. Sem entrar na discussão das razões da queda do socialismo real<sup>4</sup>, mas pensando em seu espólio, até as economias socialistas que restaram se abriram ao capital para continuar vislumbrando horizontes e, eventualmente, permanecer em seu percurso, como fez a China, estabelecendo novos parâmetros de convívio com o mercado. Alguns poucos países latino-americanos que adotaram governos de orientação socialista mais convencional, notadamente, Cuba e Venezuela, vêm resistindo em flexibilizar a sua economia para o capital e em ceder espaço, numa remodelação do projeto que exigiria alguma maleabilidade política e visão estratégica.

A visão predominante da implantação do socialismo na sociedade no século XX indicava um percurso violento para contornar a resistência dos segmentos dominantes, mas o declínio das experiências concretas fez voltar a perspectiva democrática, advinda dos primeiros socialistas (utópicos). O socialismo seria libertador, mas sua conquista passaria por violência e opressão. Com a mudança recente do panorama, as ideias de socialismo democrático voltam reelaboradas, como mostra Guimarães (1998), e assim

---

4. Entre outros estudos, pode-se encontrar material para discussão em Lyra (1992).

estaria respondida a provocação de Friedman (1985, 24), de que o ocidente oferece a possibilidade de mudar estruturas, mas o socialismo não.

Na prática, esses processos sempre são tumultuados e confusos. Os países que seguem na opção de socialismo autoritário com abertura (liberdade) ao capital, incorrem, à sua maneira, em problemas e consequências similares ao utilitarismo capitalista, com prejuízos diretos à liberdade presente para remissão futura, pois aceitam condições adversas de trabalho, produção e remuneração para grande parte da população, tudo em nome da persistência no projeto. A inserção é econômica, há uma adequação ao capital, tornando o país competitivo no curto prazo, com uma visão estratégica de longo prazo, quando se criariam as condições para o socialismo efetivo, mas com significativos sacrifícios na distribuição da riqueza mais imediata — ou mesmo de médio prazo.

### **A LIBERDADE ECONÔMICA COMO REQUISITO**

A liberdade está nas bases do Iluminismo, movimento que deu origem às concepções liberais. Conforme Rouanet (1992, p. 149), o exercício da liberdade está presente nos fundamentos da ilustração, pois só ele possibilita as experiências (cognitivismo) que vão desenvolver o livre arbítrio individual. A liberdade como elaboração teórica é desdobramento contextualizado dos ideais do movimento social maior que a reivindica e que resultou nas revoluções sociais, principalmente a francesa, na qual o objetivo principal era destituir a ordem monárquica dominante até então, com seus privilégios e intervenções arbitrárias na sociedade e na economia<sup>5</sup>.

Para todos os pensadores liberais importantes dessa fase inicial, as liberdades sociais e econômicas estão entrelaçadas, intermediadas pela ação política. Smith (1985), em particular, enfatizava o papel da ordem natural no desenvolvimento dos mercados, particularmente nos três primeiros capítulos de sua obra clássica, corroborando com o fundamento do jusnaturalismo. A liberdade seria um traço inerente à natureza e à humanidade, que assim deveria extrair suas leis do convívio natural, sem interferências externas superiores.

A tese principal de Friedman (1985, p. 13), porém, incorre numa espécie de determinismo econômico ao expor “[...] o papel do capitalismo competitivo [...] como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política”. Para defender a supremacia da liberdade econômica sobre as demais, ataca Bentham e “outros filósofos radicais que estavam inclinados a considerar a liberdade política como um instrumento para a obtenção da liberdade econômica” (Friedman, 1985, p. 19). Constatamos que o contexto político e econômico do século XX<sup>6</sup> foi decisivo na sua mudança de foco, acusando de ter embarcado nesta onda até liberais radicais, como Mises e Hayek. A argumentação parte da máxima de que somente o mercado livre deixa a maioria das

---

5. Contraditoriamente, alguns países vão manter estruturas monárquicas, mas reformadas e adequadas à ordem liberal, com suas funções significativamente reduzidas.

6. Cujo aspectos principais, para esse autor, são as guerras mundiais e a Guerra Fria.

escolhas para o indivíduo, para que ele resolva o que fazer com as outras dimensões da liberdade.

Friedman é adepto do método hipotético; para ele, tudo decorre de hipóteses que geram uma construção teórica que é a referência para a construção real da sociedade. Sua opção metodológica centra a análise na sociedade e na economia livres a partir dos seus princípios filosóficos e de organização, o que não deve ser referido criticamente como escolha ideológica, como faz Silva (2011, p. 2), pois qualquer escolha de método é ideológica, de alguma maneira, mas, do ponto de vista científico, é uma vertente válida. Insuficiências metodológicas são apenas fragilidades inerentes ao próprio método, que, no caso, é passível de crítica externa, que será feita em outra seção.

Seguindo a sua lógica, Friedman (1985, p. 32) se revela adepto de um contratualismo em que o governo é o árbitro legítimo das questões sociais, delimitando regras: “A necessidade do governo [...] surge porque a liberdade absoluta é impossível”. De forma sintética, conclui que os sistemas de mercado precisam de normas, mas não de políticas ativas, ou seja, as regras devem apenas ratificar os costumes, não devem ser ativas ou afirmativas, pois estariam desvirtuando a verdadeira natureza do ser humano e da sua liberdade original.

O gasto do governo também deve ser pautado pela necessidade social, que fica estabelecida a partir da existência de efeitos laterais, que correspondem a externalidades, quando os resultados da ação se estendem para além de benefícios exclusivamente individuais. Assim, Friedman (1985, p. 36) detalha o papel clássico do governo na infraestrutura — como colocado inicialmente, de forma mais geral, por Smith, — exemplificando com parques e estradas, que deveriam ser públicos e gratuitos se fossem urbanos, porém, se forem distantes e mais específicos (parques temáticos ou autoestradas), deveriam ser privados, em razão da facilidade de cobrança e especificidade do público, podendo se cobrar o custo diretamente dos seus frequentadores.

Para a convivência harmônica em sociedade, compartilhando valores e realizando escolhas, os cidadãos devem ter um mínimo de formação educacional, de maneira que Friedman (1985, p. 83-84) defende a instrução educacional para todos, porém sem ser oferecida pelo Estado, pois isso acabaria impondo custos significativos a outros indivíduos (que não querem ter filhos). Segundo ele, o Estado nada mais faz do que retirar recursos ao longo de toda a vida produtiva das pessoas para gastar no sistema educacional, então, as pessoas poderiam fazer isso diretamente, de acordo com as suas condições, sem impor custos a terceiros. Aos que não tivessem condições de pagar seria dado um subsídio. Isso do ponto de vista da educação primária, pois tanto a técnica quanto a de nível superior deveriam ser totalmente privadas, pois “[...] não apresenta efeitos laterais do tipo atribuído à educação em geral” (Friedman, 1985, p. 93). A educação primária dissemina conhecimentos e valores básicos do sistema, tendo um ganho social expressivo, enquanto, em níveis posteriores, os ganhos serão muito mais apropriados por seus titulares.

Esta alternativa proposta de saída do Estado de uma função “excessiva”, porém, não é detalhada adequadamente. A ideia da “[...] imposição de um nível mínimo de



instrução” (Friedman, 1985, p. 86), por si, não equalizaria a diferença significativa na qualidade do ensino produzido em escolas de excelência e em escolas protocolares públicas ou privadas de desempenho mínimo, o que resulta em indivíduos com credenciais distintas para exercer a liberdade no mercado de trabalho, tendo acesso a oportunidades inferiores, que sancionarão rendimentos diferentes e proporcionais às respectivas condições econômicas. Além disso, também há o problema de como equalizar a procura maior pelas melhores escolas e a baixa pelas inferiores neste nível de educação em que todos deveriam ter iguais condições.

Como se pode ver, Friedman entende que as consequências das decisões individuais se restringem aos indivíduos e às suas famílias, daí a sua responsabilização exclusiva, até na própria decisão de formar família, ou seja, discorda de qualquer monitoramento do crescimento populacional e da elaboração de políticas públicas no sentido de estimular aumento ou redução da população, em função de as suas repercussões macroeconômicas serem de interesse público. O indivíduo teria de ter autonomia e responsabilidade totais por seus atos, sem interferências, e a sociedade seria apenas o resultado do somatório de vontades individuais, dispondo ou não de força de trabalho, a depender das decisões individuais. As nações, porém, também têm um senso de “sobrevivência”, uma vez que precisam da agregação de novos indivíduos para a sua preservação, e a medida dessa agregação afeta a sustentabilidade do próprio sistema. O problema de Friedman (ainda decorrente da sua metodologia) é negar a discussão com as dimensões coletivas do ser humano, apontando como única fonte legítima de representatividade a liberdade individual.

Da mesma forma que preconiza a liberdade para todos exercerem qualquer profissão, como a medicina, com o limite único da penalização por fraude ou negligência (Friedman, 1985, p. 144), qualquer atitude individual com esse nível de liberdade só responde por consequências a *posteriori*, quando danos já tiverem sido causados. De forma alternativa, contesta a capacidade de uma pessoa estar efetivamente preparada para exercer uma profissão em razão da posse de um certificado (Friedman, 1985, p. 137), argumentando com a inutilidade de um certificado depois de 30 anos.

Isto valeria para qualquer área: não se deveria negar o exercício profissional para alguém que se julga competente. Mesmo no marco individual, menospreza as capacidades humanas destrutivas (que Schopenhauer, 2012, aprofunda) e o respectivo elemento ético, tanto para evoluir quanto para desvirtuar ações, de forma que colegiados e instituições que zelam pelos valores sociais evitam prejuízos a terceiros considerando princípios diversos, a partir do crucial direito de não ter a sua liberdade invalidada pela do outro. É preciso respeitar o outro e é legítimo que uma sociedade livre busque mecanismos regulatórios nesse sentido.

A linha de argumentação vai sempre no sentido de mostrar o protagonismo do elemento econômico individual, e este, quando acompanhado da liberdade, resulta nas melhores soluções possíveis, inclusive sociais. Mais um exemplo disso é a discriminação. Friedman (1985, p. 102) ressalta que preconceitos sociais, como o de cor, são diluídos por um mercado impessoal, pautado pela eficiência; quando um grupo social prefere

seguir o caminho do preconceito social, paga com restrições na produção, de forma que se deve deixar a racionalidade econômica resolver o problema. Esse ponto revela subestimação da importância dos elementos sociais relacionados, que a atualidade tem explicitado com as repercussões sociais e políticas (xenofobia) do aumento dos fluxos migratórios para os países europeus.

De outro lado, a contemporaneidade também reaviva e lança mais luzes sobre as consequências da liberdade excessiva do elemento econômico — afinal, como ignorar os graves problemas decorrentes de má-fé ocorridos nas grandes crises, desde a de 1929? Swartz e Watkins (2003), por exemplo, expõem diversos mecanismos da crise de 2001, enquanto Galbraith (2004) investiga a cultura agressiva do meio empresarial — gestada justamente em torno da defesa da liberdade de ação, para deturpá-la em nome de maiores ganhos financeiros — como elemento central das crises e, particularmente, da crise de 2008. Essas análises têm constatado o caráter predatório do livre mercado e feito duras críticas a esse respeito, insistindo que não é suficiente deixar o capital operar livremente para buscar “[...] aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo [...] sem enganos ou fraude.” (Friedman, 1985, p. 122), pois a experiência histórica mostra que ele ultrapassa frequentemente esses limites.

Friedman discorda da vertente do bem-estar, concepção predominante dentro do marginalismo<sup>7</sup>, depois do advento de Keynes. Essa posição é enfatizada devido ao contexto histórico de animosidade entre as sociedades ocidentais e as orientais, particularmente, as comunistas. Sua concepção, entretanto, termina por simplificar e estereotipar a ação do Estado como coercitiva, conferindo um cunho arbitrário às deliberações que lhe cabem, e que, ao mesmo tempo, são necessárias à constituição de “uma sociedade organizada sobre [...] troca voluntária [...] a economia livre da empresa privada — que denominamos aqui de capitalismo competitivo” (Friedman, 1985, p. 22). As delimitações impostas ao mercado podem ser encaradas como parâmetros morais, necessários, e partem, em grande medida, da evolução do próprio mercado e da sua aprendizagem com o passado.

Assim procedem os contratualistas, seguindo a tradição smithiana, supondo que o trato social pode ser revisto para se adequar aos novos tempos e que o mercado só se sustenta por produzir utilidade e bem-estar às pessoas, gerando simpatia pelos produtores das mercadorias preferidas pela população (Smith, 2006), não sendo bem visto o oportunista que viola regras para vencer a concorrência. Trata-se da definição de parâmetros morais para a atuação da iniciativa privada, que podem mudar com a dinâmica do mercado e da sociedade. O capitalismo mais livre que Friedman menciona foi referência no princípio da sua história, mas mudou e perdeu muito da sua competitividade original, algo que não pode mais ser resgatado, devido à predominância dos grandes

---

7. Conforme Feijó (2007, 301), já vem de Jevons uma interpretação alternativa do marginalismo, que discorda do utilitarismo de Bentham, na qual o “[...] argumento lembra a moderna teoria da preferência revelada”, que por sua vez se encaminha no sentido “de uma outra tradição liberal, a ética dos direitos naturais [...]” cujos “Preceitos éticos de valor absoluto, como direito à vida, à propriedade, à liberdade etc, funcionariam como axiomas de partida de um sistema ético dedutivo”.

capitais — a não ser, ironicamente, pela mão da interferência estatal, protegendo os agentes menores.

O Estado é um agente específico, na sociedade moderna ocidental, constituído para zelar pelo interesse público, mas baseado nos valores fundadores da economia de mercado, seu norte, priorizando os valores da livre iniciativa e da propriedade. Existe para garantir, por nomeação e designação da própria sociedade, os seus princípios fundamentais e para instituir limites para proteção de todos contra excessos de qualquer natureza. A coerção é prerrogativa secundária e consequente da sua função primordial, e só fará uso dela se for preciso, para garantir o cumprimento do contrato social.

A tendência coletivista afirmada precipitadamente por Friedman vingou apenas parcialmente, do lado ocidental, onde as nações se encaminharam no sentido de fortalecer as instituições que garantem os direitos fundamentais, consolidando o Estado do bem-estar social. Mas, já no presente século, enfrenta tendência contrária, no sentido do seu desmonte, em parte devido ao fracasso dos sistemas socialistas, a alternativa radical ao mercado. O padrão de Estado keynesiano pode ser visto como um ganho para o ocidente e para o mercado, porque, mesmo limitando a ação privada e fortalecendo a pública, permitiu ao capitalismo se reerguer mais rapidamente e distribuir resultados para a maioria da população ocidental do Hemisfério Norte. Com ele, veio um redimensionamento e uma nova perspectiva de liberdade, considerando o elemento social para complementar o fundamento individual.

Se há insuficiências nessa concepção, há margem para desenvolver mais acerca do conceito de liberdade como referência da sociedade ocidental moderna, levando em conta a evolução e as transformações recentes desta. Sen aparece para propor uma nova teorização acerca da liberdade como elemento básico para se alcançar não só crescimento econômico, mas também o desenvolvimento humano nas economias de mercado da contemporaneidade, renovando o debate e revigorando a ideia central sobre a qual se apoiam as economias de mercado.

## **LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO**

Ainda que haja uma área de interseção entre os contextos históricos em que Friedman e Sen desenvolvem as suas ideias, este último inicia e publica os seus estudos posteriormente. Nascido e criado num país periférico (Índia), ele é contemporâneo de outras mudanças de rota históricas. Suas primeiras obras datam da década de 1970, quando as potências haviam passado pelas grandes guerras e entrado na fase do estado do bem-estar social. Na década de 1990, ele é saudado, pelos meios políticos e acadêmicos, como um dos autores contemporâneos mais consistentes, sendo o seu nome já incorporado em livros de história do pensamento econômico mais recentes, como Nasar (2012).

Como Friedman, também Sen enfatiza que a sua obra “salienta a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições” (2019, p. 3), e, portanto, retoma a economia política clássica. Em sua observação da realidade, “o mundo vive com opulência sem precedentes”,

mas também, e paradoxalmente com “[...] privações, destruição e opressão extraordinárias [...] tanto em países ricos como em países pobres.” Parecendo que vai abordar as relações entre países, no entanto, afirma a tese da obra nos seguintes termos: “considerar a liberdade individual um comprometimento social” (2019, 2), delimitando sua opção metodológica focada no indivíduo.

Embora Domingues (2003, p. 61) afirme que em Sen “[...] o desenvolvimento não é jamais remetido a desigualdades, seja no interior de nações ou países, ou entre eles [...]”, as desigualdades estão lá, presentes como manifestações de comportamentos individuais. Para Sen, as sociedades são desiguais porque os indivíduos são desiguais e se encontram em situações desiguais, podendo gerar opulência ou pobreza dependendo das formas sociais e econômicas que engendra. Essa observação o levou a elaborar uma interpretação do “desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas” (Sen, 2019, p. 12), perante uma insuficiência do conceito de crescimento econômico como indicador e meta de bem-estar social<sup>8</sup>. O que caracteriza os países mais desenvolvidos socioeconomicamente é a presença da liberdade em várias esferas, formando um círculo virtuoso que se fecha, o que pode ser reproduzido em países menos desenvolvidos, ou desiguais, para ir além do ótimo de Pareto e alcançar o desenvolvimento humano máximo.

A liberdade agora é a variável principal de uma tese de desenvolvimento, e, de acordo com esta, as nações devem zelar pela liberdade em todas as esferas sociais e econômicas, interna e internacionalmente, o que torna o processo sustentado mais complexo, desafiador e de longo prazo. Nesse sentido, também as contribuições de organismos internacionais devem ser revistas e atualizadas, indo além de empréstimos e contribuindo para sedimentar as instituições ocidentais diversas que fundamentam a democracia e os mercados, como sistemas legais, tributários e educacionais compatíveis e estáveis. O conceito de desenvolvimento, agora, compreende um estágio do capitalismo em que a riqueza poderia ser traduzida na forma de ganhos sociais e políticos para os indivíduos, e, portanto, se estende para outras dimensões da vida humana.

A perspectiva de Sen vai discordar da interpretação de Friedman em alguns aspectos cruciais, começando com a própria relação básica defendida por este: para Sen, não há relação entre liberdade e crescimento econômico, afinal, este pode ser associado a pouca ou nenhuma liberdade política. Isto pode ser confirmado tanto no capitalismo quanto nas experiências reais de socialismo. Para o autor em questão, haveria relação apenas parcial entre crescimento econômico e liberdade econômica, dentro do capitalismo, pois liberdade é um conceito mais amplo que a economia, não se esgota por si, daí, repete por diversas vezes que “a um mesmo nível de renda podem corresponder níveis distintos de bem-estar individual” (Bonente e Medeiros, 2016, p. 42), e, portanto, “o crescimento econômico não garante distribuição de renda, baixa mortalidade ou liberdade política e religiosa” (Sen, 2019, p. 8).

Se ambos têm inspiração nas ideias seminais de Smith, em particular, na expli-

8. Conforme Silva (2007,174), Sen ajudou a elaborar o primeiro e referencial índice de desenvolvimento humano; o IDH.

cação das trocas voluntárias, Sen (2019, p. 12) se aproxima mais deste na medida em que ressalta a importância do componente ético na determinação do nível de liberdade disponível nas sociedades: “O exercício da liberdade é mediado por valores que [...] são influenciados por dimensões políticas e interações sociais”. A normatização social guarda relação com os valores, que precisam evoluir para o padrão moderno de sociedade ocidental e ter a liberdade como referência fundamental, e, se assim não ficarem definidos, constituir-se-ão em entraves difíceis de serem superados, por serem incorporados a uma superestrutura rígida, arbitrária e autoritária.

A argumentação contrária continua com a contestação da hegemonia econômica sobre as demais variáveis, pois Sen defende uma determinação recíproca com a dimensão política: “Há fortes indícios de que liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias” (Sen, 2019, p. 4), prevalecendo a multiplicidade de variáveis morais, de forma a renegar a abordagem utilitarista, em que “[...] todos os diversos bens são reduzidos a uma magnitude descritiva homogênea [...] e então a avaliação ética assume a forma de uma transformação monotônica [...]” (Sen, 1999, p. 77).

A partir daí, Sen retoma Smith, sua base e inspiração teórica, para construir sua concepção a partir do cidadão enquanto agente, pois a liberdade deve proporcionar a melhora concreta de escolhas e pensamento, que, no caso, vai além da busca pelo bem-estar, algo difícil para utilitaristas, pois “[...] a concepção utilitarista oferece uma visão de bem-estar deficiente [...]” (Sen, 1999, p. 75-76). Nesse ponto, há um avanço teórico, até para respaldar estatísticas diversas observadas, mas delimitado pelo foco na racionalidade individual e restringido por categorias de análise não muito claras, como se verá a seguir.

O autor passa, ao longo da análise, por conceitos de liberdade (positiva, negativa e substantiva) para chegar à formulação de um conceito próprio e central para a sua análise: a liberdade instrumental. Domingues (2003, p. 62) já observa problemas conceituais na sua liberdade substantiva (alternativas concretas viabilizadas pela condição econômica favorável), pouca exploração da liberdade negativa (diminuição da interferência do Estado) e certa circularidade em seus conceitos, em particular, entre capacidades e liberdades.

Sen quis desenvolver as credenciais, os instrumentos para o efetivo exercício do livre-arbítrio, delimitando um novo marco que o separa e distancia da concepção de Raws, para quem, diante do véu da ignorância, o fundamental para a sociedade é sustentar que “a igualdade, do ponto de vista do acesso aos bens primários, é sempre preferível à desigualdade” (apud Silva, 1, 2007, p. 163). Daí vem a necessidade de o Estado assegurar uma mesma formação educacional básica como direito para toda a população, a fim de nivelar o acesso à informação e a formação dos agentes que dispõem de recursos desigualmente distribuídos, algo que retoma o espírito liberal de Marshall, defensor de idêntica educação escolar para todos (Nasar, 2012, p. 95). Sen, porém, vai argumentar em torno da insuficiência dessa concepção, alegando que a inserção socioeconômica quase sempre acarreta diferenças no desempenho do estudante, independentemente do acesso a boas escolas, de modo que as condições instrumentais para o exercício da liberdade são mais amplas, e são essas que ele reputa como fundamentais e que decide explorar.

As liberdades instrumentais são de cinco ordens, que contemplam os seguintes planos de análise (Sen, 2019, p. 13): liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Cada item corresponde a uma dimensão social do indivíduo e da respectiva liberdade associada, e, como tal, diz respeito às relações sociais e ao respectivo pacto social estabelecido em que o Estado tem o seu papel, de forma que, para muitas sociedades, preencher esses critérios pode significar uma repactuação social.

A liberdade individual deve ser protegida (haver segurança jurídica e policial para o indivíduo e para as empresas), exercitada (em termos de tolerância às diferenças), exercida (com alternativas políticas) e visualizada (o Estado deve se expor e expor as instituições ao máximo possível, para ser reflexo legítimo da sociedade), para se conquistar oportunidades (via desburocratização, política econômica eficiente zelando pela estabilidade e pelo mercado). Sen reforça o contratualismo num contexto histórico em que os paradigmas colocados já estão consolidados nos países centrais, sendo uma reafirmação destes, de maneira mais elegante e elaborada, que ressalta a complementariedade e a inter-relação indissociável dos elementos econômicos e sociais.

A teoria de Sen concebe um sistema composto por elementos institucionais, todos igualmente importantes, formando uma unidade coerente em torno da ideia central: a liberdade. Bonente e Medeiros (2016, p. 45) alertam para que algumas dessas liberdades são relativamente negociáveis na construção de um consenso social, mas facilidades econômicas e transparências seriam difíceis de se alcançar em países periféricos, devido ao difícil enfrentamento de interesses do capital. Para além de especificidades, Sen não está preocupado com o *timing* dos países pobres, pois constata que o modelo ocidental só pode ser alcançado por essa construção, com um pacto social amadurecido em torno da liberdade, que persista no projeto ao longo de décadas — uma hipótese de baixa probabilidade, tendo em vista o histórico dessas nações.

A busca por um processo consistente de desenvolvimento teria que passar por uma reforma do próprio Estado, que seria o canal para transformações necessárias e modernizantes, envolvendo e mobilizando toda a população no sentido de alcançar o *status* de uma nova economia de mercado, concorrencial e livre, mas preocupada em manter condições adequadas e igualitárias de competição aos agentes, assumindo um papel de vanguarda na condução do processo de transformação social. Essa via, ainda assim, dependeria da existência de um grupo político disposto a enfrentar o desafio de quebrar a resistência de grupos tradicionais dominantes e o ciclo vicioso composto pela ausência de parte (maior ou menor) dos elementos propostos pelo aludido economista indiano.

Em sua incursão pelas questões sociais e as garantias de segurança, relacionando a modernização e a introdução do parâmetro liberdade, Sen se estende por discussões da rigidez das religiões, um problema acentuado em seu país, mas não explora muito o importante papel da ciência na quebra de culturas arcaicas e na disseminação da cultura da liberdade. Embora comente a questão da expansão demográfica a partir da discussão clássica de Condorcet e Malthus, isso não o faz aprofundar o debate em torno da contribuição da pesquisa científica como instituição fundamental para a construção de uma

sociedade livre, na medida em que possibilita o alargamento do conhecimento, do depuramento e da qualificação das informações, além de romper o dogmatismo religioso instalado. Nesse projeto de sociedade livre, a ciência terá de ocupar lugar de destaque, como paradigma basilar da sustentação da eficiência do mercado e como intermediadora do frequente diálogo social e político em torno da liberdade.

Por fim, dentro do espectro metodológico em que se encerra, o conceito de liberdade é, ao mesmo tempo, alargado, aprofundado e resgatado em sua essência, tal como era colocado nos primórdios da economia política. Trata-se de uma correção de rumo em relação a Friedman, que se deixou levar pelo papel essencial da economia, enunciando a sua supremacia em relação aos elementos sociais. O conceito é recolocado tomando por parâmetro uma perspectiva socioeconômica que considera, inclusive, o substrato moral do contrato social. Devido à complexidade da empreitada, incorre em algumas circularidades e pouca exploração de alguns elementos, mas a sua contribuição é marcada pela originalidade, atualidade (sintonia com as transformações contemporâneas) e coerência teórica.

### **LIBERDADE: UMA CRÍTICA CONCEITUAL EXTERNA**

É interessante observar que ambos os pensadores estudados se aproximam da tese marxiana do protagonismo estrutural em relação às instituições superestruturais, mas, como não compartilham da metodologia que a apoia, terminam por concluir dentro das limitações dos seus respectivos métodos. A tese central de Friedman parece derivada, porque não assumida, de uma espécie de leitura vulgar da asserção de Marx (1986, p. 25), de que o econômico determina as demais instâncias sociais, seguindo daí toda a discussão das repercussões diversas, negativas, no caso de ausência ou controle do mercado, e positivas, se o mercado é presente na vida das pessoas, enfatizando sempre o caráter libertador do capitalismo para as diversas esferas sociais. A mesma ideia que Sen chega a citar (2019, p. 11), e assentir, agora com compreensão mais próxima, pois entende o sistema socioeconômico como um todo de múltiplas determinações, e o seu desenvolvimento como processo de superação de entraves estruturais<sup>9</sup>, inclusive com abordagem dedutiva histórica, como Smith, mas não é suficiente para avançar em relação à interpretação das categorias e na compreensão das contradições do problema.

Na perspectiva marxiana, o capitalismo é um sistema superior aos anteriores — suas estruturas permitem avanços quantitativos e qualitativos, o trabalhador não é mais propriedade de alguém nem integra a propriedade de um senhor feudal —, mas ainda está submetido a relações de dominação e exploração. Nesta compreensão, a maior parte dos valores não são individuais, notadamente, os mais importantes, porque necessários à integração social e manutenção do sistema; são valores da sociedade, porém produzidos por um grupo social mais específico.

Tomar um indivíduo autônomo, soberano em suas decisões, como ponto de par-

9. Bonente e Medeiros (2016, 46) já verificam que, apesar do “[...] volume de citações (de Marx) em todas as suas obras sobre temas como ética, bem-estar e desenvolvimento”, sua obra pertence à tradição de “economistas que radicam sua obra no campo neoclássico”.

tida investigativo, é incorreto, porque “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1986, p. 25). O homem imaginado por liberais de quaisquer vertentes é senhor dos seus valores, tem livre arbítrio em suas escolhas, mas, para Marx, a importância da esfera e dos valores individuais diminui e a eles se sobrepõem a dimensão e os valores sociais, decisivos na condução do processo social. Só dessa forma o conteúdo das escolhas e das ideias se revela, conferindo outro significado à liberdade.

Para Marx, a liberdade de escolhas econômicas (a decisão de compra de uma mercadoria qualquer) é secundária<sup>10</sup>; o mais relevante é o tipo de consumo envolvido, se é destrutivo ou produtivo. Esta seria a questão, e sua resposta é o que permite adentrar nos desmembramentos mais significativos do sistema econômico, rompendo o véu ideológico, sempre presente, e explicando, por exemplo, a ausência da mobilidade social como regra, apesar da liberdade aparente. Ultrapassando a vitrine do sistema, chega-se à essência — determinações sociais maiores, muitas vezes imperceptíveis ao olhar do investigador liberal, ele próprio investido de valores morais do sistema em que habita, fazendo-o reproduzir uma liberdade idealizada. Por esta perspectiva crítica, não é possível compreender o homem dissociado do seu contexto histórico e social, determinante no conjunto de valores de fundo do sistema social.

A crítica externa pelo viés metodológico marxiano se estende para a tese de que, na dinâmica entre a superestrutura, composta pelos valores sociais, e a estrutura econômica, que sustenta a primeira fornecendo a produção material para a sociedade, o conjunto dos valores sociais guarda relação direta com os valores econômicos, determinados pela classe social dominante, que manipula os valores sociais para garantir a reprodução do sistema. Os anseios e as aspirações individuais e da população são, segundo Marx, guiados por meio da ideologia dominante, que, no capitalismo, estimula o consumo, a ascensão econômica por meio da livre iniciativa e outros valores que impulsionam o sistema.

Visto pela ótica crítica, o livre arbítrio é embaçado por um perfil de educação formal que apoia o sistema social e os interesses econômicos dominantes, por meio de uma rede de informações dispersas na sociedade (via mídia privada e mercado publicitário) que alienam. O consumo das coisas, por exemplo, não é uma decisão autônoma e equilibrada; as pessoas são estimuladas a adquirir o maior número de mercadorias possível, na medida em que isso proporciona, de um lado, maior massa de lucros às empresas e, de outro, para além da satisfação e saciedade, maior *status* social e econômico ao consumidor.

Não é à toa que o mercado publicitário cresce, torna-se uma indústria complexa e exerce papel importante nas escolhas das pessoas, indo muito além da mera informação e influenciando diretamente o indivíduo, minando o seu livre-arbítrio. Ele atende bem à necessidade de expansão da produção e acumulação de capital, com o estímulo acrítico

---

10. Ainda que também possa revelar as relações centrais de produção, pois o trabalhador busca itens de consumo, enquanto o capitalista busca negócios, empresas, oportunidades de negócio.



ao consumo excessivo. A mudança no nível da qualidade das mercadorias, por sua vez, ocorre para o consumidor quando se exaurem as possibilidades do nível anterior de renda; assim, o objetivo central do sistema, de expandir a acumulação de capital, é sempre realimentado — e o sistema segue se reproduzindo.

Os desmembramentos dessa concepção seguem e se revelam em dimensões diversas. Se há a formação e a concentração da riqueza numa classe, monta-se todo um aparato ideológico para apresentar e defender os valores do sistema, a essência da superestrutura que se ergue acima da estrutura produtiva. O principal instrumento para isso é o Estado, aquele que, para os liberais, seria idealmente neutro e zelaria pelo interesse da liberdade e da coletividade, intermediando o conflito social. Marx, no entanto, coloca que o Estado é invadido pelo capital, que elege governantes e representantes para elaborar e promulgar leis do seu interesse, construindo um mundo de produção real de mercadorias e um mundo de ideias e valores em torno delas, reforçando a iniciativa privada e o acúmulo de capital. Nenhum desses aspectos de desvirtuação da liberdade e construção do seu conceito como algo inerente ao sistema são percebidas por Sen, que acredita na livre determinação dos indivíduos para construir uma socialização e uma humanização dos ganhos produtivos do capital, ideal parcial e não generalizável, prerrogativa de poucos países líderes no processo de acumulação de capital.

No mais, a ausência da perspectiva social da liberdade não permite ver a dimensão fundamental de exploração internacional do sistema capitalista. A abordagem marginalista não trabalha com conexões internacionais do processo de formação de capital, que permitiram, aos países centrais, os históricos desvios de recursos de países colonizados e a retomada dos ganhos sufocados pelas regulamentações e aumentos de remuneração depois da década de 1950, por meio da exportação de capital e exploração da força de trabalho abundante nos países periféricos, terminada a Segunda Guerra Mundial.

Muitas guerras recentemente declaradas a países orientais tiveram justificativa e retórica política relacionada à defesa da liberdade; mas, efetivamente, tiveram importância econômica crucial, na medida em que possibilitaram mais gastos dos governos. Além disso, foram disparadas para resolver questões estruturais, de matriz energética, e para viabilizar economicamente a retomada do PIB das potências. A história do crescimento das economias ocidentais é a história da convivência do discurso da liberdade com uma *praxis* intervencionista, tanto interna quanto externamente, afetando os destinos de países periféricos.

Por fim, contrapor as concepções liberais à marxista revela uma evolução de Sen em relação a Friedman, que representa uma reconciliação com o *mainstream*, já que Friedman não era celebrado por este (apesar de ter sido igualmente laureado com o prêmio Nobel), mas a manutenção de insuficiências metodológicas resultam em limitações teóricas crônicas. Como seu inspirador, Adam Smith, Sen se deixa envolver pelos encantos da realidade com que se defronta, pintando uma tela com técnica sofisticada, mas apenas reproduzindo a cena que se passa em sua frente, sem vislumbrar as determinações históricas e o conteúdo real da aparente liberdade que o sistema exala. Vislumbra a perspectiva humanista de um capitalismo desenvolvido, com perspectivas concretas

de abarcar todas as demandas socioeconômicas dos indivíduos, um mercado com responsabilidade social possível, mesmo convivendo com uma liberdade parcial, ideológica, porém inviável como generalização, por precisar de toda uma história de exploração internacional — e que, portanto, também fracassa como teoria.

Usando a forma utilizada pelos liberais, de colocar o problema econômico fundamental, trata-se de perguntar: o quê? Como? Para quem serve a liberdade? O primeiro ponto diz do conceito e das limitações decorrentes de a abordagem liberal estar imersa no contexto capitalista, inviabilizando uma visão crítica que a faça se perceber como processo histórico/ideológico, um conjunto de valores de uma classe social, reproduzidos por mecanismos superestruturais. As escolhas econômicas precisam ser encaradas para além de selecionar itens melhores e mais baratos e chegar ao seu conteúdo, ao que representam. Dessa forma, a liberdade efetiva dos grupos sociais majoritários se esvai e aparece o compromisso dos grupos empresariais com o capital — e dos trabalhadores com a sobrevivência.

A liberdade concretizada nas alternativas é aparente como todo o véu que recobre a produção de mercadorias. As pessoas acreditam fazer escolhas livres, mas as suas predileções de bem de consumo reproduzem um sistema que as deixa envolvidas pela ideologia predominante, enaltecendo um consumo alienado e, mais especificamente, o consumo excessivo, numa prova da precariedade de outro conceito/requisito: o equilíbrio. Como fica o livre-arbítrio frente à indústria do *marketing*?

A questão “como” pode ser analisada pelo modo de obter a liberdade, ou seja, diz respeito aos instrumentos para alcançá-la, e, nesse ponto, não seria suficiente estender a educação a todos, como defendem Friedman e Sen. Seria preciso toda uma reformulação no sistema educacional e midiático — pilares da reprodução de valores —, no sentido de desvincular esses sistemas dos interesses do capital para atender aos interesses da população em geral.

As funcionalidades senianas fornecem capacidades para realimentar o sistema, não para mostrar as suas contradições, que são consideradas superáveis com o desenvolvimento. Duas delas: 1) o Estado seria o mediador adequado para isso, mas ele é tomado pelos interesses do capital, o que inviabiliza a sua imparcialidade; e 2) para Sen, toda restrição do sistema incorre em limitações ao seu desenvolvimento, quando a história mostra que o desenvolvimento foi muitas vezes decorrente de intervenções diversas, internas e externas, que chegaram ao extremo nas guerras e na autonomia de outros países.

A última reflexão remete à distribuição da liberdade: afinal, quem tem liberdade? Novamente, constata-se que a distribuição da liberdade é função direta da distribuição da renda e do capital, ou seja, a racionalidade que comanda o sistema não é a individual, mas de grupos, e só esta permite ver que o capital está acima de qualquer interesse na sociedade de mercado, conferindo liberdade em alto grau aos seus representantes e escassez de alternativas aos trabalhadores. As escolhas são do capital, e os grupos proprietários de capital dispõem de liberdade para exercê-las, enquanto as pessoas, em geral, movem-se dentro de um espectro inferior da liberdade possível, na medida dos resultados do enfrentamento cotidiano com o capital.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Um exemplo citado pelos dois autores liberais estudados marca bem a diferença das perspectivas entre eles, ao mesmo tempo em que aponta para as suas insuficiências. Ambos descrevem, em certo momento das obras estudadas, a situação de alguém de uma etnia discriminada ser contratado por uma loja e as repercussões desse evento. Friedman (1985, p.103) cita o exemplo para ressaltar o impacto negativo da ação, motivada por determinações legais de cotas para emprego: se a comunidade local tem preconceitos, evitará aquela loja, que perderá clientes (que, possivelmente, vão se deslocar para outra cidade ou estado). Ainda que a conclusão seja pouco realista, Friedman o faz para ressaltar, na melhor tradição naturalista, que os costumes que compõem a demanda não devem ser alterados por determinações do Estado. Às pessoas, cabe a prerrogativa de escolher os seus princípios e as suas idiossincrasias.

Sen (2019, p.11), por sua vez, transcreve um fato que lhe marcou: o esfaqueamento, por motivações étnicas, de um homem que foi trabalhar em sua vizinhança, por necessidade, uma vez que não encontrava oportunidade de trabalho na sua região. Para Sen, é inaceitável essa visão intolerante de mundo, até porque a tolerância é um dos requisitos da visão liberal, de forma que o aperfeiçoamento desse valor dentro de uma visão moderna de capitalismo deve ser cultivado, e as oportunidades devem ser estendidas a todos, da forma mais igualitária possível, a partir da educação, e se expandirem para outras esferas sociais. Assim, Sen avança e trabalha com um conceito mais “desenvolvido” de liberdade, compreendendo o desenvolvimento como um estágio em que o indivíduo deve ser tomado como ser humano, em todas as suas necessidades e dimensões, mas sempre dentro da perspectiva individual. Tal concepção contrasta com a friedmaniana, que defende apenas o mercado e os seus mecanismos duros e diretos, a evolução humana ocorre basicamente pelo aumento da riqueza.

Para além das insuficiências conceituais e metodológicas demonstradas, porém, não se trata apenas de apontar tendências (coletivistas e intervencionistas) e combatê-las com racionalidade econômica individual, como faz Friedman, em sua tentativa malsucedida de dar um cunho histórico à sua análise, ou considerar as características dos países desenvolvidos como pauta e agenda para países pobres, como faz Sen, mas de constatar que a história permite um salto metodológico qualitativo para compreender a sociedade contemporânea como resultado de processos de acumulação de capital de longo prazo, que envolvem outras nações.

Se os fatos históricos fossem observados criticamente, seriam constatados processos de acumulação desiguais e relacionados, resultando em disparidades de renda internacionais crescentes, ou seja, o estado de bem-estar moderno (que Sen quer aperfeiçoar), capitalista e desenvolvido, foi erguido baseado na exploração internacional de povos e no financiamento — muitas vezes, incoerente — de regimes autoritários, que intensificaram os fluxos migratórios para países centrais. Estes, por sua vez, acentuaram os conflitos e as disputas no mercado de trabalho contemporâneo.

Fatos históricos ensinam, e as grandes crises que surgiram no princípio do sé-

culo XX apareceram outras vezes, ao longo do século, com mecanismos aperfeiçoados, mas com essência similar, revelando o caráter destrutivo das forças do sistema por meio de uma moral agressiva. Na sequência, muitos políticos e teóricos foram incapazes de aprender com as experiências, contrariando mais um fundamento da ilustração. As depressões modernas mostram a insuficiência e as limitações da ênfase da liberdade individual adotada pelos liberais, pois indivíduos não devem ter a liberdade, ou melhor, o poder, de mergulhar toda uma sociedade em grave crise em nome de ganhos financeiros ou produtivos. As funcionalidades de Sen não contemplam esse elemento ético de responsabilidade social, preferindo enfatizar a liberdade econômica como pilar para o aumento do leque de escolhas. Considerar a liberdade sobre qualquer perspectiva da economia implica reconhecer a fragilidade moral do ser humano e dos sistemas que ele ergue, colocando imposição de limites, algo que Friedman não vislumbrou e Sen logrou êxito parcial, em razão de limitações metodológicas intrínsecas.

Sen observa as características dos países desenvolvidos e verifica que as liberdades política, social e econômica são a tônica, daí entende que isso, que é consequência de um longo processo histórico, seria a causa, aplicando-o, como receita, a países subdesenvolvidos, para chegar ao crescimento. A história mostra que se trata de um processo de algumas fases, passando pela exploração de países pobres, seja para obter (sempre a baixo custo) matéria-prima, gêneros exportáveis ou força de trabalho, num primeiro momento, seja para ter, numa segunda etapa, forte presença do Estado, direcionando e coordenando o processo de crescimento/industrialização, para só então atingir o desenvolvimento — que, afinal, socializa os ganhos econômicos da apropriação histórica dos recursos de outros povos. O resultado do processo não invalida as condições necessárias para o processo, e, no caso, para se alcançar uma fase avançada de acumulação, é preciso acumular capital, o que, na contemporaneidade, é dificultado pelo sufocamento imposto pelo capital financeiro a países devedores.

Enfim, ao mesmo tempo em que se constata uma evolução, de Friedman para Sen, no tratamento investigativo do tema liberdade, também se verifica que, para além das incongruências internas, permanecem insuficiências teóricas crônicas e limitações de análise decorrentes da opção metodológica. Sen apenas acompanhou as transformações do mercado em seu tempo, procurando adequar o campo teórico às mudanças ocorridas, e obteve relativo êxito. Mas liberdade é algo complexo, e metodologias mais simples entregam investigações que não ultrapassam a fronteira dos paradigmas estabelecidos pelo próprio modo de produção, sem fazer uma crítica externa de suas contradições — algo que a perspectiva histórica marxiana alcança, com suas categorias de análise.

## REFERÊNCIAS

- BONENTE, Bianca I. e MEDEIROS, João L. **Desenvolvimento como liberdade:** Marx contra Sen. In: Revista da sociedade brasileira de economia política, n 45, outubro-dezembro 2016. Disponível em < [revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/263](http://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/263) > Acesso em 05/03/2019.
- DOMINGUES, José M. Amartya Sen, a liberdade e o desenvolvimento. In: **Novos estudos CE-BRAP**, n 65, março, São Paulo: 2003.
- FEIJÓ, **História do pensamento econômico:** de Lao Zi a Robert Lucas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Nova cultural, 1985.
- GALBRAITH, John K. **A economia das fraudes inocentes.** Companhia das letras: São Paulo, 2004.
- GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo:** crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.
- JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Disponível em <[https://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario\\_de\\_filosofia\\_japiassu.pdf](https://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf)> Acesso em 22/02/2019.
- LYRA, Rubens P. **Socialismo:** impasses e perspectivas. São Paulo: Scritta editorial, 1992.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- NASAR, Sylvia. **A imaginação econômica:** gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- OLIVEIRA, Valter L. **Liberdade e poder em Amartya Sen:** uma leitura crítica. In: Desenvolvimento em questão. Ano 5, n 9. Jan/jun, 2007. Disponível em < <https://www.redalyc.org/html/752/75250902/> > Acesso em 25/06/2019.
- PNUD, **Relatório sobre o desenvolvimento no Brasil.** Brasília: PNUD, 1996.
- ROUANET, Sérgio P. **Dilemas da moral iluminista.** In: Novaes, Adauto. Ética. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- SEN, Amartya. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Disponível em [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ohlDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=amartya+sen&ots=2hgy-1TA4iR&sig=ufHgfi1ViZ9KdgWQ-R4atdx\\_Y8g#v=onepage&q=amartya%20sen&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ohlDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=amartya+sen&ots=2hgy-1TA4iR&sig=ufHgfi1ViZ9KdgWQ-R4atdx_Y8g#v=onepage&q=amartya%20sen&f=false) . Acesso em 22/02/2019.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais.** São Paulo: Metalibri, 2006.
- SILVA (1), Marcos F. G da. **Ética e economia:** impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SILVA (2), Rafael de Almeida. A liberdade nas perspectivas teóricas de Milton Friedman e Amartya Sen. In: **Ciências sociais em perspectiva.** V. 10, n. 19. 2011. Disponível em <[e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4816/4990](http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4816/4990)>. Acesso em 24/06/2019.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a ética.** São Paulo: Hedra, 2012.
- SWARTZ, Mini, e WATKINS, Sherron. **Power Failure - The Inside Story of the Collapse of Enron**. Doubleday, New York, 2003.

# Francisco V. Lorenz: nosso primeiro yogue?

Fabício Possebom\*

## RESUMO

Neste texto, pretendemos especular sobre o primeiro yogue do Brasil. Talvez, no século XIX, no contexto do movimento teosófico, alguém se mostrasse professor de yoga, dando instruções e praticando-o, mas o caso em estudo é diferente dessas experiências incipientes. O professor Francisco Valdomiro Lorenz, emigrando da Europa para o Brasil e, posteriormente, morando em uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, no início do século XX, trouxe consigo um amplo conhecimento. Em paralelo, a sua capacidade para aprender línguas permitiu-lhe adquirir tudo o que era necessário para se tornar um grande mestre de yoga, como, por exemplo, o seu conhecimento de sânscrito. No sentido profundo da palavra, ele aprendeu yoga, praticou, ensinou, escreveu e traduziu textos importantes, como o “Bhagavad-gita”, e, como médico leigo, também cuidou de pessoas em conformidade com a doutrina do yoga. De acordo com nossa pesquisa e a exploração da documentação remanescente, nós o consideramos o primeiro yogue do Brasil.

**Palavras-chave:** yoga; yogue; cultura indiana; poesia sânscrita.

## ABSTRACT

In this text, we intend to speculate about the first yogi in Brazil. Perhaps, in the 19th century, in the context of the theosophical movement, someone showed himself to be a yoga teacher, giving instructions and practicing it, but the case under study is different from these incipient experiences. Professor Francisco Valdomiro Lorenz, who emigrated from Europe to Brazil and later lived in a small town in Rio Grande do Sul at the beginning of the 20th century, brought with him a wealth

---

\* Professor Doutor da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Ciências das Religiões, Centro de Educação. Membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, na Linha de Pesquisa “Espiritualidade e Saúde”.

of knowledge. In parallel, his ability to learn languages enabled him to acquire everything necessary to become a great yoga master, such as his knowledge of Sanskrit. In the deepest sense of the word, he learned yoga, practiced, taught, wrote and translated important texts, such as the “Bhagavad-gita”, and, as a lay doctor, also cared for people in accordance with the doctrine of yoga. According to our research and exploration of the remaining documentation, we consider him to be the first yogi in Brazil.

**Keywords:** yoga; yogi; Indian culture; Sanskrit poetry.

## INTRODUÇÃO

Na primeira obra literária<sup>1</sup> escrita no Brasil — “De gestis mendi de saa”, de José de Anchieta, de 1565 —, toda escrita em latim e em versos heroicos, imitando o poeta latino Virgílio, o oriente é mencionado, em sua parte final, tratando-se da expansão do cristianismo: *Et mundi extremos penetravit adusque lapones* (E penetrou nos extremos do mundo e até nos Japões, Livro IV, v. 752).

Exulta-se, nesse período inicial da chamada colonização, a divulgação da mensagem do cristianismo em toda parte, inclusive no Oriente, visto então como bárbaro e inculto. Não havia, então, a mínima consciência do que o Oriente teria a nos ensinar.

Um exemplo curioso da presença oriental, que vinha lentamente chegando ao Brasil, é a pequena Igreja da Nossa Senhora do Ó, em Sabará, Minas Gerais, do século XVIII. São visíveis figuras bíblicas com olhos repuxados e um pagode chinês<sup>2</sup>, como mostrado a seguir:



FIGURA 1: Pagode chinês

1. Ficcional e artística, ainda que inspirada em fatos históricos. “De gestis mendi de saa”, de José de Anchieta. Original Latino, Estudo e Tradução. Fabricio Possebon. João Pessoa: Libellus, 2023.

2. “Esses painéis orientalistas teriam sido pintados por Jacinto Ribeiro, citado em um documento de 1721 como natural da Índia e residente em Minas desde 1711”. Fonte: <https://sanctuarium.art/2016/08/18/capela-de-nossa-senhora-do-o-sabara-mg/>, acessado em 20 de outubro de 2023.

Ao final do século XIX e início do XX, todavia, é que está, de fato, reservado o despertar de uma nova visão sobre o Oriente. Talvez Dom Pedro II (1825-1891) deva ocupar um certo lugar de pioneirismo, pela erudição, interesses culturais e viagens que empreendeu até o Oriente Médio. Consta-se que dominava o chinês e o sânscrito.

As sociedades esotéricas, ocultistas e teosóficas, que começaram a atuar no final do século XIX, no Brasil, já têm muita clareza sobre a importância do Oriente. Em seus programas de estudo, incluem leituras de textos importantes e algumas práticas psicofísicas.

Defendemos, neste ensaio, que Francisco Valdomiro Lorenz<sup>3</sup> foi pioneiro na compreensão do yoga, na primeira década do século XX, sendo um verdadeiro yogue, como detalharemos a seguir.

## FOI LORENZ UM YOGUE?

À medida que o yoga ganha mais espaço na realidade brasileira — sendo, inclusive, reconhecido pelo Ministério da Saúde como uma Prática Integrativa e Complementar de Saúde (PICs), pela Portaria Ministerial nº 849, de 27 de março de 2017 —, mais o público, especializado ou não, interessa-se por descobrir qual a sua origem no Brasil.

Antigos documentos e depoimentos de testemunhas, algumas já idosas, reconstroem a história do yoga a partir da década de 1960, com boa consistência. Não é esquecida, e com razão, a obra de Caio Miranda (1909-1969), “A libertação pelo yoga” (1960), tida como a pioneira. Obra densa e consistente, apoiada na doutrina teosófica, mostra o quanto o autor dominava o assunto, tendo até criado um *ashram*<sup>4</sup>, na Serra da Mantiqueira, para ser um local de refúgio e dedicação às práticas. Há depoimentos, de diversas fontes, quanto à seriedade do seu curso de formação, da sua precisão na execução das posturas (*ásanas*) e do seu trabalho de divulgação, com a criação de filiais em todo o Brasil, além de uma vasta produção bibliográfica, que surgiu nos anos seguintes. Eis como ele teve contato com o yoga:

Era essa a minha situação quando, em determinada tarde, ao tomar a condução que me levaria para casa de volta do trabalho, pisei, já no interior do veículo, sobre um livro que ali alguém deixara cair. O volume estava com a capa voltada para o chão. Apanhei-o e pude ler o seu título “Quatorze Lições de Filosofia Yógui<sup>5</sup>, do Yógui Ramachâraka. Comecei a lê-lo, enquanto o ônibus fazia a sua viagem. Só parei a leitura quando a terminei toda, já em casa, altas horas da noite. Estávamos a 22 de março de 1937. A partir dessa data, devorei todas as obras existentes sobre yoga. Havia achado o meu caminho. Restava-me começar a percorrê-lo.

(INSTITUTO LAYA YOGA DO BRASIL<sup>6</sup>)

José Hermógenes (1921-2015), com sua obra-prima “Autoperfeição com Hatha Yoga” (1960),

---

3. Apresentamos, no apêndice, uma cronologia de Francisco Valdomiro Lorenz, destacando o que interessa, em sua multifacetada vida, para a compreensão deste texto.

4. Templo sagrado de conhecimento espiritual.

5. Tradução de Francisco Valdomiro Lorenz. Editora O Pensamento, inúmeras edições.

6. <https://www.ilyb.com.br/o-mestre-caio-miranda/>. Acesso em 03/04/2023.



é outro nome exemplar da década de 1960. Teve ele o seu encontro com o yoga, conforme relata-se:

Hermógenes já era major e se reformou como tenente-coronel. Foi aí que ganhou um livro de Hatha Yoga (*Yoga and Sports*<sup>7</sup>, de Elizabeth Haich e Selvarajan Yesudian), que ensinava uma série de posturas para melhorar a saúde física e espiritual. Com um autor indiano (Selvarajan Yesudian) e escrito em francês, o livro foi um manual “sem mestre”, pois era extremamente claro. Assim, ele começou a praticar Hatha Yoga, como experiência, em silêncio e escondido, no chão frio do banheiro, pois assim ninguém o desaprovava. Pensou: “Ou fico bom ou morro logo. A transformação em poucos meses foi tão espetacular que surgiu um novo ser daquela ruína. Senti o compromisso de dedicar o resto da minha vida a mostrar o mapa da mina aos outros”.  
(FRATERLUZ<sup>8</sup>)

Ainda que o trabalho desses mestres não tenha se limitado a um único aspecto do yoga, acabaram, ou pela limitada compreensão do público ou por outra razão, divulgando e enfatizando o olhar sobre o bem-estar físico, o condicionamento, a disciplina e a saúde. Fixou-se, a partir de então, a ideia de que praticar yoga é fazer posturas (ásanas). Essa visão permanece ainda hoje.

A história dos períodos anteriores a esses pioneiros é cheia de nomes, eventos e contradições. Ainda está para ser bem esclarecida, se documentos comprobatórios ainda aparecerem. Remetemos os interessados aos artigos de Gnerre (2010) e Dias (2021), conforme bibliografia.

Algo, todavia, parece não deixar dúvidas: a contribuição do yogue Ramachárcara<sup>9</sup>, por meio da divulgação de seus livros no Brasil, ainda que sobre ele pese desconfiança<sup>10</sup> e desprezo ou admiração e reconhecimento.

O que pretendemos defender, neste artigo, é o pioneirismo de Francisco Valdomiro Lorenz (nascido František Vladimír Lorenc, na atual República Tcheca, 1872-1957) no estudo, divulgação, prática e ensino do Yoga, no Brasil, em época muito anterior à década de 1960.

Data de 1910 o encontro do professor Lorenz com Antônio Olívio Rodrigues, fundador da editora O Pensamento. A nova editora não se tratava apenas de um empreendimento comercial, cuja fundação ocorrera em 26 de junho de 1907, mas de toda uma proposta de divulgação de ideias em torno de forças da natureza, tidas, ainda, como ocultas, ou seja, não reconhecidas como físicas. Assim, nesses primeiros anos da editora, são publicadas obras de autores esotéricos, espiritualistas, magistas, teosofistas, médicos e terapeutas alternativos. Essa será a tônica da editora: clássicos reconhecidos da área do ocultismo e novos talentos, inclusive os nacionais.

Em 27 de junho de 1909, é fundado o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, uma ordem ocultista que iria agrupar os interessados nesses estudos. Lorenz filiou-se em 1910 (RAMACHANDA, 2007, p. 23 e 24).

---

7. Traduzido do original alemão, “Sport und Yoga”, para “Yoga e Saúde”, por Octavio Mendes Cajado, Editora Cultrix, inúmeras edições.

8. <http://fraterluz.blogspot.com/2015/07/biografia-jose-hermogenes-de-andrade.html?m=1>. Acessado em 03/04/2023.

9. Pseudônimo do pensador espiritualista norte-americano, William Walker Atkinson (1862-1932). Sugerimos uma visita ao seguinte endereço eletrônico: <http://ramacharaca.com.br/index.html>.

10. “Como vimos, tais circuitos envolveram uma sincrética organização esotérica criada por uma russa nos Estados Unidos, cujos membros, no Brasil, organizariam depois viagens de mestres iogues indianos educados em escolas europeias, ao mesmo tempo em que traduziam e divulgavam livros de um norte-americano iniciado na ioga sem nunca ter viajado à Índia”. (DIAS; DIAS, p. 12). O negrito é nosso.

O que alavancou a nova editora foi a ideia inovadora de Rodrigues de criar, em 1912, o “Almanaque do Pensamento”, um anuário “científico, astrológico, filosófico e literário”, ficando, a partir de então, a cargo de Lorenz, a parte astrológica, até 1964 — embora o seu falecimento tenha ocorrido em 1957, Lorenz já havia preparado conteúdos para vários anos de publicação!

Em 1917, Lorenz publicou “Diálogos iniciáticos”, pela editora O Pensamento, para uso nas reuniões dos Tattwas (Centros de Irradiação Mental) do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento. No prefácio, escrito por Rodrigues, Lorenz é apresentado como mestre e iniciador<sup>11</sup>, sendo o delegado geral no Estado do Rio Grande do Sul, na estrutura organizacional da ordem.

A obra “Lições práticas de ocultismo utilitário”, de 1946, composta de 50 lições, é mais uma contribuição para a instrução dos neófitos. Destacaremos algumas partes, a partir de nossa edição de 1991, no intuito de deixar claro o quanto Lorenz era conhecedor, praticante e instrutor da sabedoria do yoga. A obra não se limita a práticas de yoga, mas oferece recursos sobre astrologia, radiestesia, grafologia, projeção astral, psicomетria, telepatia etc.

Recomendamos aos leitores que se acostumem a fazer, duas ou três vezes, por 24 horas, o seguinte exercício respiratório: Colocai-vos em pé, conservando o corpo bem ereto, e descansando o peso do corpo por igual sobre ambos os pés; nesta posição, inspirai profundamente o ar, esforçando-vos para que penetre nos pulmões, até as partes mais baixas, e sem dilatar o peito: conservai o ar nos pulmões, durante tantos segundos quantos foram os da inspiração (aliás, aspiração), e, em seguida, o expeli também lentamente, durante o tempo igual à aspiração e à retenção, de modo que se, por exemplo, a aspiração durou 5 segundos, a retenção do ar dure também 5 segundos, e a expiração outros 5 segundos. Imediatamente recomeçai, com nova aspiração, e fazei assim que o exercício se prolongue por 3 vezes 15 = 45 segundos, abrangendo 3 aspirações, 3 retenções e 3 expirações.

(LORENZ, 1991, p. 40-41)

Lorenz apenas não nos apresenta, no texto referido, os nomes técnicos em sânscrito desse exercício: respiração (*prânâyâma*), com auxílio da retenção (*kumbhaka*), na postura (*âsana*) da montanha, ou seja, em *tadâsana*.

Para vossas concentrações, preces e pedidos segui os conselhos dos Yoghis, a saber: Assentai-vos num lugar limpo, comodamente; dominai a vossa mente, não deixando que vagueie, mas dirigindo-a firmemente ao ponto desejado; retende, ao mesmo tempo, as impressões dos sentidos, conservando calma e persistência. E assim permaneci por alguns minutos. Tendo feito o pedido mental, repeti-o algumas vezes e, por fim, declarai: “Tenho plena fé que o meu pedido será satisfeito. Graças Te dou, ó Pai Eterno, por Tua Bondade. Amém. *Aum!*”

(Idem, p. 71).

---

11. “Falando uma linguagem simples para se fazer compreendido pelas almas e levando-as por uma estrada plana e florida graças à sua habilidade e erudição, soube o nosso irmão Francisco V. Lorenz remontar às sublimidades do seu ofício de *Mestre e Iniciador*, porque conforme pondera um douto, o homem quanto mais simples e fácil de ser entendido pelos que o leem, tanto mais sábio, e profundo se faz.” (LORENZ, 1917, p. 6).

A instrução de Lorenz aqui citada segue a orientação do mestre clássico indiano Patanjali (III a.C), nos seus “Aforismos do Yoga”: *pratyâhâra* (supressão dos sentidos), seguido por *dhâranâ* (concentração), terminando com um mantra. Observar que “amém” parece equivaler a “aum”.

Não vos esqueçais nunca de que a concentração, a meditação, os exercícios respiratórios e outros exercícios do ocultismo, de por si mesmos, não indicam ainda o crescimento espiritual, mas são apenas meios úteis para que atinjais tal crescimento. Este virá por meio da união da vossa consciência pessoal com a Consciência Divina ou Cósmica, dentro de vós, e pela manifestação da Força Crística nos cotidianos afazeres da vida. (Idem, p. 128)

Nessa última passagem, seguindo ainda Patanjali, temos alguns dos passos do yoga clássico: respiração (*prânâyâma*), concentração (*dhâranâ*), meditação (*dhyâna*), para chegar à união com o divino, o êxtase, *samâdhi*.

As forças magnéticas terrestres entram no corpo humano pelos pés, por isso os Yoghis da Índia andam descalços. Se queres viver de acordo com as leis da Natureza, imitai-os, ao menos em alguns momentos, principalmente nos dias que não são frios, mas também não são muito quentes. Para o efeito ser melhor, andai, durante dez até quinze minutos, sobre relva úmida. Quem tem receio de resfriar-se com tal exercício pode previamente untar os pés com azeite de oliva ou outro óleo vegetal. (Idem, p. 36)

Cuidados básicos da saúde do corpo, como banhos (de água e de sol), jejuns, higiene das vias respiratórias, olhos, boca, nariz, intestino etc. pertencem ao *Kriyâ-yoga*, em sentido geral. É o que Lorenz orienta.

O ocultista deve cuidar sempre que tenha boa saúde. Para este fim, podeis, em momentos convenientes, fazer o seguinte tratamento preventivo: Tomando uma posição cômoda, respirai profunda e lentamente, e repeti algumas vezes o seguinte Mantram: “Eu absorvo do Universal Reservatório de Energia, uma provisão suficiente de Força Vital, para animar e fortalecer o meu corpo, dando-lhe mais saúde, mais vigor, mais atividade, mais energia e mais resistência. *Aum!*” Em seguida, concentrai a ideia sobre a grande provisão de Energia Vital (ou Prânica) no Universo, que está cheio dela. (Idem, p. 63)

Temos aqui citada uma prática combinada de respiração (*prânâyâma*) com a entoação de um mantra, no intuito de vitalizar o neófito.

Para pôr em ação um determinado tattwa, o ocultista experto medita sobre ele, imaginando a sua forma, cor, sabor, som, etc.; respira profundamente e, depois da retenção, projeta a correta ao órgão que é a

sede do respectivo tattwa, repetindo mentalmente a sílaba simbólica (Ham, Pam etc.) (Idem, p. 155).

A doutrina do *chakras, kundalini, nadis, tattwas* é apresentada por Lorenz, nas lições finais da obra, com algumas práticas reguladoras, com a que acabou de ser exemplificada.

A obra “Lições práticas de ocultismo utilitário” (1942) e a que lhe segue de perto, “Raios de luz espiritual – Ensinos esotéricos” (1944), não contêm saberes introduzidos na formação do neófito apenas na década de 1940, mas são o programa dado desde o início da fundação do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, em 1909. De fato, toda a produção da editora O Pensamento é parte integrante dessa formação.

Voltemos, então, à década de 1910. Fato notável foi a publicação da tradução em prosa do “Bhagavad-Gîtâ”, em 1912, por Lorenz. Como o próprio tradutor informa na sua Introdução, teve por base as seguintes traduções: a inglesa, do yogue Ramacháraca (1907); a alemã, de Franz Hartmann (1897); e a bilíngue sânscrito-latim, de August Wilhelm von Schlegel (1823). A tradução de Lorenz é de grande vitalidade, tendo permanecido mais de um século no catálogo da editora O Pensamento. Lorenz ainda publicou uma edição em verso, em 1941/42, em esperanto, pela Editora da Federação Espírita Brasileira, tendo também mais de uma edição. Ambas são pioneiras, em português e em esperanto<sup>12</sup>.

Entre 1910 e 1920, a editora O Pensamento publicou uma grande quantidade de obras de Ramacháraca. Além de traduzir esse autor, Lorenz traduziu também o yogue Vivekananda, provavelmente o primeiro mestre indiano a divulgar a antiga tradição da Índia no Ocidente, sobretudo a sabedoria do vedanta e do yoga.

No contexto desses saberes não comuns, transcendentais, normalmente chamados ocultos, Lorenz é reconhecido logo no início da década de 1910 como um mestre. Tem conhecimentos teórico e prático profundos. Embora não empregue sempre o vocabulário sânscrito do yoga, que se tornará corrente, na época atual, o que descreve de práticas orientadas para os ocultistas neófitos são notadamente exercícios do yoga. Não faz sentido pensar que ele instrua essas técnicas sem antes tê-las praticado.

Por essas linhas, percebe-se o quanto Lorenz acumulou de conhecimento do Oriente, sem considerar tudo o que ele já estudara de espiritualismo, hermetismo, ocultismo, rosacrucionismo, cabala e demais doutrinas secretas, cujo diálogo com o Oriente é imediato. Parte da sua formação vem da juventude, ainda na Europa<sup>13</sup>.

Fica assim demonstrada, segundo nos parece, a sua inserção no mundo do yoga, já na

---

12. Conforme informa Lorenz (1975, p. 10): “En la metriko mi imitas plej eble la originalon”, isto é, “na métrica eu imito o máximo possível o original”. Na densa obra “Parnasa Gvidlibro”, de K. Kalocsay, G. Waringhien e R. Bernard, publicada em 1984, p. 47, sobre poesia e métrica esperantista, Lorenz está exemplificado com sua tradução, por oferecer algumas soluções interessantes, que “donus agrablajn variaĵojn”, ou seja, que “dariam agradável variação” ao metro “oktrokeo”, de oito troqueus.

13. “Estudei no Ginásio do Seminário da Boêmia, lá na Áustria, pois minha mãe desejava muito que eu seguisse a vocação sacerdotal e me tornasse padre”. “Mas então deves ter estudado latim?”, pergunta o empresário, e Lorenz continua. “Aprendi latim e grego porque gostava, e por vocação todas as línguas eslavas, o alemão e o chinês. E por algum tempo, quando o seminário suspendeu a hospedagem, fui morar na casa de um casal de judeus, e por ter ficado um ano lá, com eles aprendi o hebraico. Quando prestei exames ginasiais, aos 17 anos, já dominava todas essas línguas e até fazia traduções de trechos chineses que julgava interessantes” (NOVINSKI, 2020, p. 16).

primeira década do século XX, no contexto do esoterismo, como mestre e iniciador. A questão que queremos colocar aqui é: teria Lorenz empregado essas práticas yóguicas em outros contextos?

Sobre a atividade terapêutica de Lorenz, informa-nos Novinski (2020):

De fato como houvesse falta de médicos em Dom Feliciano, e em conformidade com os dispositivos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, Lorenz que já trouxera conhecimentos de medicina e de farmacologia homeopática, desde a Europa, preencheu as formalidades dos dispositivos da Lei e passou a clinicar em 1912.  
(NOVINSKI, 2020, p. 26)

Atesta, também, sua competência na matéria médica, a publicação dos seguintes livros, pela editora O Pensamento, tendo inúmeras edições: 1) “Receituário dos melhores remédios caseiros”; 2) “Homeopatia doméstica brasileira” e 3) “Pequeno consultório hermético”.

Há inúmeros relatos dos atendimentos clínicos que ele fez, sobre sua disponibilidade e competência, inclusive fabricando os próprios medicamentos, conforme relata Novinski, em sua obra “Francisco Valdomiro Lorenz – um homem além do seu tempo”. Verdadeiros “milagres” ocorreram, segundo se conta, e não duvidamos disso. Não há, entretanto, registrada uma ocorrência, até onde saibamos, de que ele tenha empregado ou recomendado o uso de alguma técnica específica do yoga. A falta de registro não invalida a tese que queremos defender: ele empregava as técnicas do yoga, embora, talvez, não as apresentasse como sendo do yoga, pelo estranhamento que poderiam causar os nomes sânscritos e mesmo o próprio nome “yoga”.

## CONCLUSÃO

Quando hoje o termo yoga nos chega, logo imaginamos um praticante imóvel em um *ásana* (postura), normalmente difícil para um não-iniciado, estranho e admirável ao mesmo tempo. Mais parece um ginasta de grande habilidade do que um meditante. Como vimos até agora, esse é o legado dos pioneiros da década de 1960.

Não cremos que fosse essa a imagem que alguém poderia fazer do yoga, no início do século passado, quando então tomava conhecimento desse saber, por meio da produção editorial ou de alguma conferência de um mestre visitante. Talvez a imagem fosse de alguém recolhido, em silêncio, meditando com as pernas cruzadas, em posição de lótus, respirando calmamente. Talvez não chegasse a tanto, mas apenas se supunha uma pessoa adepta de uma filosofia de base espiritualista, atento com o cuidado mente-corpo, meditando e respirando calmamente em uma cadeira comum. O que seria, de fato, um yogue, no início do século passado?

Lorenz não era um yogue nos termos de um mestre indiano como Vivekananda (1863-1902), por exemplo, apresentando-se para grandes plateias, com seu típico traje hindu, com eloquência e erudição, a divulgar a sabedoria do Oriente. Essa era a missão de Vivekananda, que a cumpriu com maestria, como se relata na sua participação em Chicago, no Parlamento de Religiões, e depois em inúmeras outras viagens.

Lorenz era um yogue “silencioso”. Como médico leigo, oficialmente autorizado nesse ofício,

cuida de si, da sua família, da sua escola e de toda a comunidade de Dom Feliciano (RS). Zela, sobretudo, pelas pessoas humildes e sem posse, ao aplicar tudo o que sabe em termos terapêuticos, inclusive as técnicas do yoga, em seu benefício. Por outro lado, divulga o saber do oriente em seus escritos e instruções, como mestre e iniciador, nos contextos esotéricos em que atua.



FIGURA 2: Vivekananda, em 1893<sup>14</sup>.



FIGURA 3: Obra traduzida por Lorenz, 1931<sup>15</sup>.

Concluimos respondendo: sim! Lorenz foi um yogue, pioneiro neste saber, na década de 1910, sendo “além de seu tempo”, como afirma Novinski.

---

14. Fonte: Ramakrishna-Vivekananda Center of New York. <https://ramakrishna.org/vivekanandagallery.html>. Acesso em 20 de outubro de 2023.  
15. Fonte: exemplar e foto do autor.

## ANEXO I: CRONOLOGIA DE FRANCISCO VALDOMIRO LORENZ

### ■ 24/12/1872

Nascimento de František Vladimír Lorenc, em Zbislav, na Boêmia, Áustria (hoje República Tcheca).

### ■ 1890

- Publicação do primeiro manual de Esperanto para Tchechos: **Úplná učebnice mezinárodní řeči dra. Esperanta. Plena Lernolibro de la lingvo internacia de dro. Esperanto**. Texto completo disponível no Projeto Gutenberg. <https://www.gutenberg.org/ebooks/24575>.

- Aprovação nos exames ginasiais. Segundo sua própria declaração, dominava todas as línguas eslavas, latim, grego, alemão, chinês e hebraico (Novinski, p. 16).

### ■ 1893-1894

Emigração ao Brasil, fugindo do regime austríaco autoritário. Instala-se em Porto Alegre (RS).

### ■ 08/07/1894

Mudança para a Colônia São Feliciano, interior do estado, tornando-se agricultor.

### ■ Setembro/1895

Casamento com a jovem alemã Ida Krachefska.

### ■ 1896

- Instalação de uma escola “não oficial”, na propriedade do Sr. Janovik, ministrando aulas pela manhã e trabalhando na lavoura à tarde.

- Envio de uma brochura de propaganda do Esperanto a uma livraria de Porto Alegre, que não a aceitou. “Ankau Sro. Vladimir Lorenz sendis, en 1896a, brosxuron propagandan al librejo kiu, tiutempe, gxin ne akceptis”. *Brazila Revuo Esperantista*, 1907, p.12.

### ■ 1902

Mudança para a sede da Colônia, instalando-se em uma residência própria, construída em regime de mutirão. Sua escola funcionava em um salão ao lado da casa.

### ■ 09/05/1903

Oficialização da escola, tornando-se pública, e designação de Lorenz como seu responsável interino.

### ■ 28/06/1906

Após aprovação em concurso público, nomeação de Lorenz como professor efetivo do Estado.

### ■ Abril/1907

Lançamento do primeiro número da revista “Brazila Revuo Esperantista”, sob a redação de Alberto Alvares F. Vieira, Reynaldo F. Geyer e Everardo Beckeuser. Publicação da *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, na tradução de Lorenz, p. 28. Inúmeras participações, ao longo do ano, nos números seguintes.

### ■ 1907-1910 ]

Elaboração e publicação de uma gramática de português para poloneses, **Gramatyka Jezyka portugalskiego**, e um dicionário polonês-português, **Słownik Polsko-Portugalski**, para ajudar na comunicação dos imigrantes poloneses.

### ■ 1910

- Encontro com Antônio Olívio Rodrigues, criador da editora O Pensamento (1907). Lorenz será colaborador da editora por toda a sua vida.

- Filiação ao Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento.

## ■ 1912

- Tradução do **Bhagavad-Gita**, publicado em 1913, pela editora O Pensamento.
- Publicação da primeira obra original em língua portuguesa sobre Cabala, pela editora O Pensamento: **Noções Elementares de Cabala. A tradição esotérica do Ocidente**.
- Responsável pela parte astrológica do *Almanaque do Pensamento*, um anuário científico, astrológico, filosófico e literário, criado neste mesmo ano, até 1964, embora tenha falecido em 1957.
- Autorização oficial para clinicar, sendo ele mesmo o farmacêutico de fitoterápicos e medicamentos homeopáticos (Novinski, p. 26).

## ■ 1910-1920

Tradução e publicação, pela editora O Pensamento, de inúmeras obras do Yogue Ramacháraca, sendo estas as primeiras obras sobre o Yoga introduzidas no Brasil.

## ■ 1917

Reconhecido como Mestre e Iniciador, no Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, como se lê no Prefácio de Olívio Rodrigues, na obra de Lorenz **Diálogos Iniciáticos**. Ed. O Pensamento.

## ■ 1918

Criação de uma espécie de vacina, para o enfrentamento da Gripe Espanhola, tendo havido sucesso com centenas de curas (Novinski, p. 26).

## ■ Fevereiro/1929

- Aprovação com distinção nos exames públicos, para efetivar-se como Professor do Grupo Escolar, sendo nomeado seu primeiro diretor, no ano de 1930. No episódio do exame, em Porto Alegre, a respeito de seu conhecimento linguístico, Lorenz declarou aos examinadores: “Entendo e escrevo em cinquenta e duas [línguas]. Entretanto, devo confessar que estou empenhado em aperfeiçoar-me na pronúncia das que eram faladas pelos Maias, Astecas e Ameríndios”. Foi “testado” nesta ocasião, no domínio de várias, inclusive do japonês (Novinski, p. 31).
- Ainda em 1929, publicação de sua obra **Iniciação Linguística**, contendo leis, observações, história e curiosidades sobre numeráveis línguas do mundo, antigas e modernas, e defendendo a tese de sua origem comum, a partir da teoria do monogenismo linguístico.

## ■ 01/03/1937

- Ismael Gomes Braga (1891-1969) deu início ao “Serviço de Propaganda do Esperanto” (atual “Departamento de Esperanto”), na Federação Espírita Brasileira, por ele mesmo concebido. Tal serviço permitirá a publicação de inúmeros livros de Lorenz, que até então não encontravam editora:
  - **Diverskolora Bukedeto** (1941).
  - **Bhagavad-Gita, tio estas, Sublima Kanto pri la Senmorteco** (1942).
  - **Esperanto sem Mestre** (refundido por Porto Carreiro Neto, 1943).
  - **Vocoj de Poetoj el la Spirita Mondo** (1944).

## ■ 1938

- Publicação da obra *Mentalidade Ameríndia* (Editora O Pensamento), tendo o seguinte subtítulo: “Esboços Psicológicos e Linguísticos. Contribuição vulgarizadora para conhecer a atividade mental dos índios americanos”. A obra conclui com a afirmação da tese defendida por Lorenz: “que os Ameríndios merecem ser estudados e que esse estudo nos leva à conclusão que a Raça Vermelha deve gozar do mesmo respeito que a Branca e todas as Raças que compõem a Humanidade” (p. 96).
- Após o falecimento de Lorenz, ainda serão publicados duas obras originais em Esperanto, sobre a temática indígena: **La Brazilaj Aruakoj** (1983), pequena brochura em que são apresentados os indígenas da etnia aruaque; e sua gramática da Língua Tupi: **Kompleta Gramatiko de la Tupia Lingvo** (2015), por nós organizada.



■ 07/01/1943

Aposentadoria como Professor, aos 70 anos de idade.

■ 1944

Falecimento de sua esposa Ida Krachefska.

■ 1949

Casamento com Francisca Nalepinski Schumann. Como ele, viúva há vários anos.

■ 1950

Mudança de Dom Feliciano para Porto Alegre.

■ 1955

Trombose cerebral, enquanto trabalhava em sua máquina de escrever, ficando a partir de então incapacitado.

■ 24/05/1957

Falecimento, aos 84 anos de idade, em sua residência na Rua Felicíssimo de Azevedo, 420, Porto Alegre.

**ANEXO II** - Reprodução das primeiras estrofes da obra **Krishna - O Salvador da Índia: Poema épico espiritualista oriental**, de Francisco Valdomiro Lorenz, a partir do manuscrito depositado na Biblioteca Municipal de Dom Feliciano, RS (Localização: 090 L869k).

**Proêmio**

Cada país e povo tem heróis,  
Cada religião tem grandes santos.  
Suas nobres doutrinas são faróis  
Que espargem luz nos psíquicos recantos,  
Tornando para o espírito segura  
A marcha pela senda da cultura.

Os bons Cristãos adoram a Jesus,  
E têm razão; foi Ele um Ser Divino,  
Porém à Índia Krishna deu a Luz  
Com sua vida e morte, e seu ensino.  
E deste Santo e Herói contar-vos quero  
O que nos narra um crente Hindu sincero.

**I - O Sacrifício**

A cortina do tempo deslizara  
Sobre a idade feliz do culto puro;  
O sopro audaz de Káli, a deusa avara  
Do desejo, da morte e todo o escuro,  
Pela face do mundo se estendia,  
Destruindo as virtudes e harmonia.

Não reinava a Justiça mais nos tronos,  
Como fora nos dias dos bons Pândus:  
Quando estes eram da Índia reis e donos,  
Sabiam justos ser, em sendo brandos:  
Eles, do Sol os filhos, puros Ários.  
Não eram maus, e nunca sanguinários.

Mas os outros, sem luz, desumanos,  
Alçando a vitória na árdua luta,  
Patentearam suas almas de tiranos  
Exercendo vingança e força bruta  
E esmagando os vencidos cruelmente,  
Sem pouparem o velho ou inocente.

Como negra era a cor de suas faces,  
Tinham as almas negras, como as feras;  
Agitados por vis paixões rapaces,  
Se igualavam aos tigres, às panteras;  
Um ao outro atacava por um nada...  
Gemia a terra, toda ensanguentada...

## REFERÊNCIAS

- DIAS, Andrea Calazans Rocha; DIAS, Cleber. **Primórdios da Ioga no Brasil**, c. 1910-1920. Movimento. Revista de Educação Física. UFRGS, 2021.
- HERMÓGENES, José. **Autoperfeição com Hatha Yoga**. RJ: Bestseller, 2014.
- GNERRE, Maria Lucia Abaurre. **Identidades e Paradoxos do Yoga no Brasil: Caminho Espiritual, Prática de Relaxamento ou Atividade Física?** Revista Fronteiras. V. 12 N. 21, Dossiê 03: História das Religiões e Religiosidade. PPGH-UFGD, 2010.
- GNERRE, Maria Lucia Abaurre; SANCHES, Raphael Lugo. **As representações de Sevananda como pioneiro no campo do Yoga brasileiro**. Revista Cultura Oriental, v. 2, p. 59-70. UFPB, 2015.
- KALOCSAY, K.; WARINGHIEN, G.; BERNARD, R. **Parnasa Gvidlibro**. Pisa: Edistudio, 1984.
- LORENZ, Francisco Valdomiro. **Bhagavad-Gîtâ**. A mensagem do Mestre. São Paulo: Pensamento, s.d.
- \_\_\_\_\_. **Bhagavad-Gîtâ, tio estas, Sublima Kanto pri la Senmorteco**. Rio de Janeiro: FEB, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Diálogos Iniciáticos**. São Paulo: Pensamento, 1917.
- \_\_\_\_\_. **Lições Práticas de Ocultismo Utilitário**. São Paulo: Editora Professor Francisco Valdomiro Lorenz, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Raios de Luz Espiritual**. Ensinos Esotéricos. São Paulo: Pensamento, s.d.
- MIRANDA, Caio. **A Libertação pelo Yoga**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP, 1960.
- NOVINSKI, Luciana. **Francisco Valdomiro Lorenz**. Um homem além do seu tempo. Porto Alegre: Odisseia, 2020.
- RAMACHANDRA, Adilson Silva. **Pensamento em Mutação**. A trajetória de uma editora. Pensamento-Cultrix 100 anos: 1907-2007. São Paulo: Pensamento, 2007.
- SWAMI ABHEDANANDA. **Como fazer-se Iogue**. São Paulo: Pensamento, 1944.
- VIVEKÂNANDA. **Estudo da Religião**. Tradução de Francisco V. Lorenz. São Paulo: Pensamento, 1931.
- YESUDIAN, Selvarajan; HAICH, Elisabeth. **Ioga e Saúde**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- YOGI RAMACHARAKA. **Sciencia Hindú-Yogi da Respiração**. Manual Completo da Philosophia Oriental sobre a Respiração. 8a. ed. São Paulo: Pensamento, 1941.

# Adaptação hídrica aos efeitos da escassez provocada pela poluição, o aquecimento global e os câmbios climáticos drásticos: eventuais paliativos em médio e longo prazos

Freddy Rivera<sup>1</sup>

Andrea Amorim Lins<sup>2</sup>

Betânia Vitorino<sup>3</sup>

## RESUMO

No Brasil, os recursos hídricos estão geográfica e socialmente mal distribuídos. Inicialmente usurpado pelos invasores europeus, o país tem uma economia que persiste no capitalismo predador, traduzido pelo elevado consumo de água pelo agronegócio de exportação, a atividade mineira, a indústria metalúrgica e a indústria de bebidas e de beneficiamento de alimentos, assim como pelo uso exagerado por parte das elites dominantes, donas de mansões, resorts, clubes de lazer e parques aquáticos, e pelo desperdício e má gestão hidroecológica, que degrada e reduz a oferta de água, em detrimento das sociedades originárias, das etnias afro-brasileiras e das populações desvalidas. Atualmente, os câmbios climáticos drásticos causados pelo aquecimento global, oriundo da poluição atmosférica, estão provocando excesso de chuvas, secas prolongadas e oferta escassa de água para satisfazer as necessidades dos ecossistemas e sociais. Diante de uma persistente e crescente crise hídrica, algumas opções paliativas passam pelo uso de tecnologias apropriadas, incluído metodologias ancestrais; pela educação sócio hidroambiental popular; e pelo gerenciamento hidrossolidário, ou eco socioeconômico, sustentável e soberano.

**Palavras-chave:** Poluição; Sustentabilidade hidroecológica; Hidrossocial; Hidroeconômico; Governança hidrossolidária; Educação popular hidroambiental.

## ABSTRACT

In Brazil, water resources are geographically and socially poorly distributed. Initially usurped by European invaders, the country has an economy that per-

---

1. Professor aposentado da UFPB, engenheiro de alimentos, doutor pela Universidade de Dijon, França; consultor FAO, Capes, CNPq e Fapesq; presidente do Conselho Regional de Química Região XIX – Paraíba; estudante de Relações Internacionais, na UFPB, e de Gestão, no Ceped; membro do CT-Paua (AdufPB).

2. Professora, bióloga e doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema, UFPB, 2015).

3. Licenciada em Português e Arquivologia pela UFPB.

sists in predatory capitalism, reflected in the high consumption of water by export agribusiness, mining, the metallurgical industry and the beverage and food processing industry, as well as overuse by the ruling elites, who own mansions, resorts, leisure clubs and water parks, and poor hydro-ecological management, which degrades and reduces the supply of water, to the detriment of indigenous societies, Afro-Brazilian ethnic groups and disadvantaged populations. Today, drastic climate changes caused by global warming and atmospheric pollution are leading to excessive rainfall, prolonged droughts and a short supply of water to meet ecosystem and social needs. Faced with a persistent and growing water crisis, some palliative options include the use of appropriate technologies, including ancestral methodologies; popular socio-hydro-environmental education; and sustainable and sovereign hydro-solidary (or eco-socio-economic) management.

**Keywords:** Pollution; Hydroecological sustainability; Hydro-social; Hydroeconomic; Hydro-solidary governance; Popular hydro-environmental education.

## I - INTRODUÇÃO

As principais fontes de água doce disponíveis no mundo são as geleiras, as reservas subterrâneas (aquíferos e mananciais), a chuva e as reservas superficiais (rios, córregos e lagoas). Esse recurso é essencial para a biosfera, a sustentabilidade e o conforto da biota, incluído o ser humano. Essa mesma água pode se tornar mortífera, não apenas pela escassez (seca) ou pelo excesso (chuvas torrenciais e tormentas que destroem estruturas físicas de abastecimento de água potável, rede elétrica, culturas alimentares e vidas), como também pela degradação da sua qualidade físico-química e microbiológica. Nesse ponto, afere-se que a água concentra elevada e diversificada carga de contaminantes e poluentes vindos da atmosfera, do solo e das descargas de esgotos e águas residuais, transformando-se em um foco infecto-parasitário (infecções de olhos, ouvidos, nariz, garganta e pele) e em um caldo tóxico letal que, em médio ou longo prazo, pode provocar doenças crônicas químicas (alergias, dores, disfunções hormonais, malformações e morte), tanto na biota aquática quanto nas cadeias alimentares. Num quadro de escassez de água, mesmo sendo de qualidade toxicológica ou sanitária duvidosa, as populações não deixarão de consumir esse pouco recurso disponível.

A água pode ser considerada tanto um recurso natural renovável quanto não renovável; tudo depende de alguns fatores abióticos e bióticos, do estoque, da capacidade de regeneração e da velocidade da sua extração e utilização — seja como recurso econômico (agricultura, mineração, produção de energia, indústria etc.), seja como consumo da superpopulação humana e de animais domésticos (dessedentação), seja pelo desperdício causado pela gestão hidroecológica pouco eficiente.

A escassez de água tem vários impactos negativos. Em nível abiótico (energia solar, solo, água e ar), a carência não apenas reduzirá a intensidade do ciclo da água, como também do carbono e de outros nutrientes do solo, provocando a desnutrição vegetal, o que diminui a produção de

alimentos. Na medida em que a seca aumenta, aparecem outros problemas, como a salinização, a desertificação e a morte da flora e da fauna. Da mesma forma, rios e lagoas com pouco volume hídrico têm limitada capacidade de restaurar as suas características físico-químicas e biológicas — pelo contrário, tornam-se um ambiente tóxico, pelo aumento da concentração de poluentes, sais e outras substâncias.

Em nível biótico (organismos vivos), a água é um importante componente estrutural e também ator importante na solubilização; no transporte de nutrientes e de oxigênio; e nas reações químicas, bioquímicas e metabólicas. É indispensável às plantas e aos animais, além de promover a manutenção da temperatura corporal. É o primeiro ambiente em que vivemos (no útero materno) e o primeiro alimento após o nascimento (tanto a placenta quanto o leite são compostos por alto conteúdo de água).

Finalmente, a escassez de água também provoca, internamente, distúrbios entre as atividades econômicas e as necessidades sociais — ou entre grupos abastados minoritários e grupos desvalidos majoritários — e, internacionalmente, promove disputas entre diferentes países, o que pode levar a conflitos e instabilidade política.

## II – SUSTENTABILIDADE DA ÁGUA DOCE: Algumas causas e consequências

A noção de sustentabilidade refere-se à capacidade de recuperação dos ecossistemas em tempos e condições naturais normais (resiliência). Porém, face às agressões antrópicas de desflorestamento, poluição e consumo exagerado da água, o ciclo hidrológico é drasticamente alterado. Para conseguir a sustentabilidade hídrica, é necessário um equilíbrio entre o consumo de recursos e a sua regeneração, no qual implica um determinado comportamento socioambiental de uso que parte do consumo com precaução, cuidados na qualidade do recurso e modelo econômico pouco poluidor ou com capacidade de remediação, que respeite a capacidade hídrica do local.

A sustentabilidade hídrica seria a busca de equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos hídricos e as demandas geradas pelas necessidades ecológicas da natureza, as necessidades sociais e as necessidades econômicas.

A escassez de água refere-se a pouca disponibilidade desse recurso para atender às necessidades de uma região específica. Quando a água é insuficiente para a produção de alimentos, a desidratação e a higiene, considera-se uma situação de escassez. Esse é um dos principais problemas de muitas regiões do mundo, que provoca competição entre as necessidades bióticas e abióticas e entre os seres humanos, levando a conflitos sociais internos ou mesmo a guerras entre países.

A disponibilidade de água doce depende de muitos fatores:

**a) naturais:** presença real de corpos de água superficiais e subterrâneas, clima, radiação solar, presença de nuvens, variações da pressão atmosférica, presença de partículas de sal ou poeira que permitam a condensação natural sob a forma de chuvas.

**b) antropogênicos:** emissão de gases, queimas florestais, consumo exacerbado da água por parte da mineração, do agronegócio (agricultura e pecuária) e das indústrias metalúrgica, química e de alimentos e bebidas, que utilizam milhões de litros desse recurso, além de poluírem e degra-

darem rios e córregos, acelerando ou retardando o fluxo dos ciclos biogeoquímicos (água, carbono, oxigênio e nitrogênio), com perda de biodiversidade e de vidas humanas; um verdadeiro ecocídio.

**c) político-econômicos:** favorecimento das elites econômicas locais, com licenciamentos e outorgas pouco transparentes, ainda ineficientemente fiscalizadas, em quantidades superiores às suas necessidades (condomínios, *resorts*, parques aquáticos e grandes mansões urbanas e rurais com piscinas, chuveiros, extensas áreas de jardinagem e serviços), em detrimento da biota aquática e dos povos ribeirinhos, que apenas dispõem de um ou dois cômodos para mais de cinco pessoas — e muitos deles nem dispõem de serviços básicos de saneamento.

Nesse contexto, a pouca disponibilidade de água potável é questionada. Favorece-se o setor econômico e os grupos sociais mais altos, com uma mínima parte para o setor social mais baixo — e quase nada para o setor ecológico, que ainda é penalizado com a poluição e degradação da saúde ambiental.

Quem mais consome água no país não são as pessoas, e fazer campanhas voltadas para a redução do consumo doméstico como solução para a crise hídrica é vexatório. Culpar a população é um escárnio, um embuste. Soluções para enfrentar a escassez hídrica são apontadas em inúmeros relatórios: preservar matas ciliares e mananciais, cuidar das bacias hidrográficas, despoluir rios, acabar com o desmatamento, arrumar vazamentos, garantir saneamento básico e fazer com que os grandes consumidores de água (como o agronegócio, a mineração e a indústria) sejam mais eficientes e paguem caro pelo excesso, no lugar de receber descontos.

BRASIL ESCOLA<sup>4</sup>

## **2.1. – Hidroeconômica: usurpação**

Os setores econômicos que mais consomem água doce são a agricultura e a pecuária de exportação, a mineração e a indústria.

### **2.1.1 Consumo de água na agricultura e na pecuária**

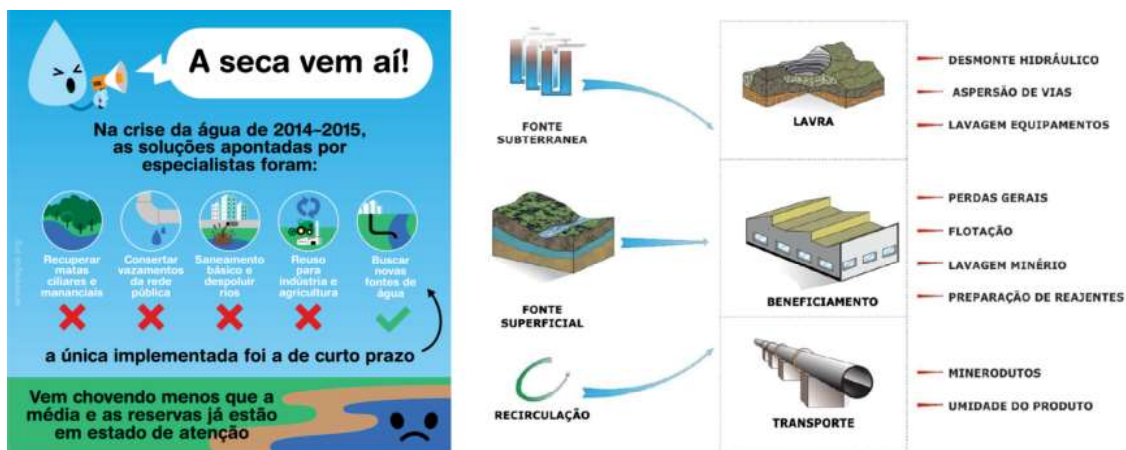
No Brasil, para se produzir 1 kg de carne bovina, necessita-se de quase 15,5 mil litros de água.

[...] uma camiseta de algodão custa 2,5 mil litros; uma tonelada de aço leva 300 mil litros; e um carro gasta mais de 400 mil. No meio agrícola, a soja é uma das campeãs, com 1,8 mil litros para cada quilo produzido — lembrando que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais desse produto. (Idem)

---

4. <https://bit.ly/37JIUS3>

Além de consumir milhares de litros de água, a pecuária e a agricultura de exportação são, também, grandes poluidoras. Fertilizantes, agrotóxicos e produtos veterinários, aplicados diretamente no solo, em plantas ou em animais, chegam de forma difusa aos córregos do entorno, tornando-o inaproveitável.



Os principais responsáveis pelo consumo e pela poluição da água doce, no Brasil, são a mineração, a agricultura/pecuária e a indústria de transformação (refino de açúcar, produção de biocombustíveis, fabricação de celulose e carne).

Fonte: FREITAS, 2012, p. 7.

### 2.1.2 Consumo de água na mineração

A lavra por métodos hidráulicos (desmonte, extração, seleção e concentração de minérios e/ou minerais de interesse utilizando a água) é um dos que mais consomem esse líquido. Além disso, o beneficiamento do material minerado produz resíduos particulados transportados hidraulicamente. Por essa razão, a mineração é considerada uma grande consumidora e poluidora hídrica.

### 2.1.3 Consumo de água na indústria de transformação

De acordo com a Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água (BD Usos), mantida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a indústria brasileira consumiu 9,4% de toda a água retirada de mananciais superficiais e subterrâneos, em 2022, o equivalente a 190,5 m<sup>3</sup>/s. As projeções do órgão federal estimam que, em 2030, o parque industrial nacional consuma 217,10 m<sup>3</sup>/s.

Na fabricação de eletrodomésticos, por exemplo, verifica-se um elevado consumo de água, estimado em 5,5 mil m<sup>3</sup>/mês ou 66 mil m<sup>3</sup>/ano. Outras indústrias, a depender dos produtos finais e dos processos intermediários, também fazem uso de uma grande quantidade de água doce, boa parte captada de poços artesianos.

## 2.2 – Hidrossocial: iniquidade social

Historicamente, os conquistadores e seus descendentes se apropriaram dos melhores e maiores espaços geográficos, construindo amplas moradias nas áreas urbanizadas, com espaço

para jardinagem, áreas de serviços e de lazer, todas providas com abundante água tratada pelas estações de abastecimento — algumas com direito a utilizar reservas de água subterrânea —, ultrapassando as necessidades individuais e familiares de outrem. Tal prática caracterizou a iniquidade social em relação às classes socioeconômicas mais baixas, que vivem em pequenas moradias, construídas em colinas, ladeiras e outros espaços geográficos instáveis, quase sempre destituídas de serviços públicos de água tratada e saneamento básico, com acesso limitado a esses bens.

De forma geral, a escassez de água, tanto na área urbana quanto na rural, induz a falhas na higiene pessoal; a não lavar utensílios domésticos, roupas e pisos; e a limitar a ingestão de água (ou ingeri-la sem se importar com a sua qualidade e com o risco de contrair doenças infecto-parasitárias). Nas áreas rurais, a maioria das bacias hidrográficas já vem poluída por minerais tóxicos, substâncias químicas, agrotóxicos e produtos veterinários que afetam a biota aquática e as populações ribeirinhas.

Assim, determinantes sociais, como espaço vital mínimo, pouca disponibilidade de água e de alimentos, baixa renda, baixa escolaridade e baixos serviços de saúde, são capazes de produzir desnutrição, vulnerabilidade orgânica a doenças infecto-parasitárias, imunidade baixa, doenças químicas (pela pouca capacidade do sistema detoxificante) e fragilidade cognitivo-mental, traduzida em apatia, falta de autoestima, insensibilidade e indiferença aos problemas coletivos, do entorno hidroecológico e do ecossistema local.



Um grupo social minoritário com grandes mansões e piscinas, usufrui da maior quantidade de água tratada disponível, enquanto a grande maioria da população a usufrui de forma limitada.

Fonte: <https://terragia.wordpress.com/>

### **III – CAUSAS DA ESCASSEZ DE ÁGUA: Desperdício e má gestão; poluição; aquecimento global/câmbios climáticos drásticos**

#### **1) Desperdício e má gestão hidroecossocial:**

A grande ambição ambiental, no presente e no futuro, é proteger a biodiversidade e reduzir a pegada hídrica do homem sobre a Terra. A água doce, durante muito tempo, foi encarada como um recurso abundante, supostamente infinito. Isso permitiu o seu uso imprudente e descontrolado, com abundante desperdício por meio de vazamentos em adutoras, redes, ramais, conexões e reservatórios, assim como por ligações clandestinas, no percurso até o usuário final — sobre esse assunto, o rastreamento tem se mostrado insuficiente para reduzir perdas, desperdícios e desvios.

Segundo o Sistema de Informações sobre Saneamento (Snis), em 2013, o Brasil desperdiçava uma média de 37% da sua água tratada, que não chegava aos consumidores. De outro lado, a falta de fiscalização eficiente para coibir a poluição dos corpos de água dificulta ou inviabiliza a sua utilização



como fonte de abastecimento. Além disso, o *modus operandi* econômico, que favorece algumas atividades em detrimento da regeneração hídrica (e, conseqüentemente, da saúde ambiental e humana), ao longo dos séculos, fez com que a água se tornasse um bem escasso e um motivo de estresse.

## **2) Poluição: principalmente atmosférica, complementada pela poluição superficial do solo e dos cursos de água**

A água é o elo entre os diferentes compartimentos terrestres (atmosfera, geosfera, hidrosfera e biosfera), portanto um vetor importante de bem-estar socioambiental. Mas ela tem capacidade limitada de regeneração ou de autopurificação.

Desde a Revolução Industrial europeia, em meados do século XIX, o carvão vegetal, o carvão mineral e o petróleo são utilizados como fonte de energia, poluindo gradualmente a atmosfera com CO<sub>2</sub> e outras micropartículas, que, além de provocar o aquecimento global e as mudanças climáticas drásticas, também propiciam diversas doenças respiratórias, cardiovasculares e cerebrais, além de terem efeitos nocivos no solo e nos corpos de água, pela deposição gravitacional ou pelas chuvas.

A poluição do solo, que é o *habitat* da maioria da população humana e onde são produzidos os alimentos, está sendo permanentemente exaurido de nutrientes e umidade pela intensa exploração agrícola e pecuária de exportação. Em paralelo, milhares de toneladas de resíduos sólidos (roupas e objetos usados, embalagens, entulhos da construção, resíduos industriais, domésticos e urbanos) são despejados a céu aberto (lixões), intoxicando o solo, o subsolo e, inclusive, as águas subterrâneas, diminuindo a capacidade de sustentação da vida vegetal, que capta CO<sub>2</sub> e libera oxigênio. Há ainda o desmatamento e a desagregação da crosta terrestre provocados pela mineração, que provoca perda de umidade do solo e limita, entre outros, a dissolução e o transporte de nutrientes necessários para todo tipo de reação química e bioquímica dos seres vivos.

Depois de utilizada, a água que não é captada para tratamento adequado arrasta centenas de rejeitos físico-químicos e biológicos e os descarrega, sem nenhum controle, em rios, lagoas, açudes e mares, afetando as características desses ambientes e a sua capacidade de sustentação da biota aquática, seja pela falta de oxigênio seja pelo aumento da temperatura, seja pela toxicidade.

A poluição dos corpos de água aumenta a temperatura e a evaporação, com maior demanda de oxigênio e mal-estar para a biodiversidade, limitando serviços ecossistêmicos — como a capacidade de captação de CO<sub>2</sub>, a liberação de oxigênio e a formação de massa alimentar. Em outros casos, a poluição permite o aparecimento e a floração de algas tóxicas.

Para o ser humano, a poluição hídrica impede ou reduz os diferentes usos socioeconômicos da água (alimentação, higiene, lazer, mineração, agropecuária, indústria, eletricidade, transporte etc.), além de ser fonte imediata de doenças infecto-parasitárias (criadouros de mosquitos transmissores de dengue, chicungunha, febre amarela, cólera, malária, diarreia, infecção ocular etc.) que afetam as populações ribeirinhas e do interior. Com pouca disponibilidade de água potável e saneamento básico, essas pessoas são forçadas a utilizar água não tratada e a armazená-la em casa, em depósitos sem tampa, favorecendo ainda mais a proliferação de mosquitos dentro. No caso dos poluentes químicos, descarregados pela mineração, pela atividade agrícola e pela indústria, os mais afetados são a biota aquática (disfunções hormonais, infertilidade, malformações genéticas etc.), as cadeias alimentares envolvidas e o ser humano.

### **3) Aquecimento global/câmbios climáticos drásticos**

O aquecimento global perturba principalmente o ciclo hidrológico: aumenta a evapotranspiração e diminui a umidade do solo, o que reduz a dissolução, o transporte de nutrientes, a vitalidade e a produtividade vegetal, levando-o à morte (secas e desertificação).

O aumento da evaporação das águas superficiais forma, na atmosfera, massas gasosas que, em ambientes mais frios, transformam-se em precipitações pluviométricas, tempestades e tormentas com descargas elétricas — todas elas com efeitos negativos na economia (destruição de estruturas marinhas e litorâneas), na agricultura (destruição de culturas), na segurança alimentar e na saúde humana (aumento das doenças infecto-parasitárias e químicas), assim como nos ecossistemas aquáticos e terrestres, com danos na biodiversidade.

## **IV – SOLUÇÕES PALIATIVAS, TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO POPULAR HIDROAMBIENTAL**

O estresse hídrico não será resolvido, nem por iniciativas individuais nem por coletivas, enquanto o consumo mundial de hidrocarbonetos que emitem gases de efeito estufa não for paralisado e os fitoplânctons e florestas que captam CO<sub>2</sub> não deixarem de ser dizimados. Para muitas regiões urbanas, uma alternativa é o incentivo ao uso massivo de transporte urbano, o uso de bicicletas e a arborização; nas áreas rurais, a arborização associada a plantios temporários.

Estudos mostram que, no futuro, a água doce tende a escassear tanto em quantidade quanto em qualidade, para o qual se fazem necessárias pesquisas nas áreas de físico-química ambiental, ecotoxicologia e biorremediação. Essas pesquisas devem ser direcionadas para identificar a acumulação, a circulação e as transformações de poluentes emergentes, como as nanopartículas, as micropartículas de plástico e as substâncias químicas sintéticas, entre outras; avaliar os impactos desses poluentes na biota e na qualidade da água, no longo prazo; e desenvolver técnicas de biorremediação no controle dessas partículas poluidoras.

Enquanto não se descobrem soluções sustentáveis e permanentes, como a dessalinização, o armazenamento e a distribuição das águas marinhas em escala mundial, algumas soluções paliativas são: 1) adaptação e popularização de técnicas de captação e armazenamento de névoas e de águas da chuva; 2) filtração (osmose) associada a outros métodos, no tratamento e na reutilização de águas usadas na mineração, na indústria, na agricultura e nas cidades, incluindo a dessalinização; 3) biorremediação em lagoas e açudes; e 4) sensibilização da população, com ações ecológicas de preservação das matas ciliares e florestas e de controle da proliferação de plantas invasoras.

### **4.1 Captação e armazenamento de névoas e de águas da chuva**

a) A coleta de água a partir da umidade atmosférica era utilizada pela Civilização Inca — e ainda é comum em muitas zonas andinas — para aliviar a escassez desse líquido. Atualmente, a empresa israelense Watergen idealizou uma Unidade de Geração de Água Atmosférica, ou seja, uma máquina que é capaz de fabricar água potável a partir da umidade do ar. A mesma tecnologia tem no Brasil, com a empresa nacional Wateair, instalada no interior de São Paulo.

b) A coleta das águas de chuva, a partir dos telhados das moradias. Depois de captada,

a água da chuva é direcionada para um reservatório convencional, para pressurização, filtragem e cloração. O sistema Reuságua, por exemplo, é capaz de atender às necessidades de uso em longas distâncias e mesmo em pavimentos diferentes.

c) Reboque de *icebergs* do Ártico ou da Antártica. A propósito disso, a revista científica Nature publicou um artigo sobre o transporte de *icebergs* da Antártica para regiões africanas assoladas pela sede, a fim de solucionar o problema de escassez de água nessa região. A coleta de *icebergs* para a produção de água engarrafada fresca tornou-se um negócio lucrativo no Canadá.

As redes são colocadas em posição perpendicular ao vento, para maximizar a captação de água. O vapor de água que fica preso na malha fina da rede condensa e goteja pela malha até um coletor na base



As redes são colocadas em posição perpendicular ao vento, para maximizar a captação de água. O vapor de água que fica preso na malha fina da rede condensa e goteja pela malha até um coletor na base.

Fonte: <https://lplab.com.br/> - <https://www.b9.com.br/> - <https://www.researchgate.net/>

## 4.2 Osmose e outras técnicas no tratamento e na reutilização de águas usadas; dessalinização

O tratamento e reutilização de águas usadas por meio da osmose reversa consiste em bombear água em alta pressão por uma membrana que é capaz de reter grande quantidade de partículas de sais dissolvidos, moléculas e microrganismos como bactérias, vírus e fungos, produzindo água com alto grau de pureza e um rejeito com as impurezas removidas.

Em nível familiar, o sistema Hydralooop, além de reduzir o consumo de água, recicla águas residuais, combinando tecnologias diferentes: sedimentação, flotação, fracionamento de espuma, biorreação aeróbico e desinfecção com raios UV. Na indústria, a Veolia Water Technologies desenvolveu várias linhas de soluções para reduzir o impacto ambiental das águas residuais, com processos, tecnologias e equipamentos que permitem o tratamento, a purificação e a reutilização de água de acordo com os objetivos de cada cliente e com a regulamentação em vigor.

## 4.3 Biorremediação em rios, lagoas e açudes

Existem vegetais superiores (como moringa e aguapé) e microorganismos com capacidade natural de clarificar, purificar ou retirar diversos poluentes da água que, quando devidamente se-

meados e controlados, poderiam ser utilizados para melhorar a qualidade de rios, lagoas ou açudes. No caso do aguapé, é preciso controlar a sua expansão com barreiras flutuantes, para diminuir a densidade populacional, e retirar mecanicamente os excedentes, a fim de permitir o ingresso dos raios solares, o fluxo das águas e a oxigenação (purificação natural).



Controle natural pelo aguapé (*Eichhornia crassipes*), retirando e controlando constantemente a densidade de biomassa. Reflorestação com árvores nativas

FONTE: <https://eldiariocolombiano.com>

#### 4.4 Proteção de fontes de água, recuperação e reflorestamento

Existem pesquisas biotecnológicas florestais no Chile (como em outros países) envolvendo um amplo arsenal de tecnologias moleculares, incluindo a caracterização e a manipulação genética, a análise de variação na sequência do DNA e a clonagem de árvores. Trabalho assim é desenvolvido por empresas como a Morfo, no Brasil, que realiza a restauração de ecossistemas em alta velocidade, por meio do plantio de florestas utilizando drones.

#### 4.5 Monitoramento eficaz dos recursos de água

Além dos parâmetros tradicionais físico-químicos microbiológicos e sensoriais, tanto de águas superficiais quanto de subterrâneas, é preciso incluir parâmetros sobre novos poluentes químicos (pesticidas, medicamentos, hormônios, micropoluentes etc.) e critérios biológicos para indicação ecotoxicológica da biota em todos os ambientes aquáticos (açudes, lagoas, águas usadas). Esses dados devem ser totalmente integrados em um sistema de monitoramento e informação sobre a quantidade e a qualidade da água disponível.

A Rede Nacional de Bacias (RNB) e o Sistema de Informação de Água (SIE) da França avaliam o bom estado da água por meio de mais de seis mil estações de monitoramento, dos organismos que nela vivem e do ambiente físico — tudo isso integrado ao Sistema de Avaliação da Qualidade (SEQ).

#### 4.6 Educação hidroambiental popular: conscientização e soberania

A história ambiental é um novo campo do conhecimento que tem origem na espiritualidade do mundo andino agrocentrista e comunitarista, não apenas no aspecto social ou ambiental, no

qual a comunidade humana agia em perfeita simbiose com a natureza, mas também no aspecto espiritual, venerando a Mãe Terra — ou “Pachamama” —, uma deidade geradora de vida, tendo a água como a seiva ou o sangue que a sustenta. Esse conceito renasce nos anos 1990, com o movimento Ecobiocentrista, em oposição ao Teocentrismo e ao Antropocentrismo europeu.

A educação hidroambiental é fundamental em todas as camadas sociais de uma comunidade, especialmente aquelas vinculadas a uma determinada bacia hidrográfica, para sensibilizar, conscientizar e promover ações educativas populares com processos comunicativos adequados, que promovam mudança comportamental de valores, posturas e formas de uso e consumo da água, desde o individual até o coletivo — e desde as fontes de água até as suas grandes cadeias de extração, beneficiamento e distribuição. É incorreto pensar que diluindo um poluente, como o fazem muitas indústrias, diminuirá a sua concentração, quando o correto é prevenir, ao separá-lo, de forma mais econômica, na sua fonte de liberação (efluentes industriais), onde está concentrado, em vez de fazer isso quando o poluente já se encontra disperso e bastante diluído no ambiente ou numa estação de tratamento de água potável.

Alguns tópicos sobre educação hidro-ambiental: Degradação de nascentes, rios e lagoas; Uso e reuso de águas em escala familiar; Recuperação, revitalização de córregos e lagoas e proteção de fontes de água abandonadas ou estancadas por plantas invasoras; Tratamento da água para sua reutilização; Importância da água para os ecossistemas, para a saúde humana e as atividades econômicas, etc.

No Art. 225 da Constituição Federal, vemos que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (ou Lei de Crimes Ambientais) dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, como a poluição, e dá outras providências. O direito ambiental, por sua vez, estabelece alguns princípios, para nortear a proteção do meio ambiente, a preservação das espécies e a qualidade de vida: princípios da precaução, da prevenção, do poluidor pagador, do equilíbrio, da responsabilidade e princípio democrático (ou da participação pública). Já a Polícia Nacional do Meio Ambiente, disciplinada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem o objetivo de regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, assegurando, à população, condições propícias para o seu desenvolvimento social e econômico.

## CONCLUSÃO

A água é o recurso mais abundante na Terra, no entanto, estamos diante de uma crise iminente como espécie. A poluição generalizada, o aquecimento global, as mudanças climáticas drásticas, desastres de estruturas físicas com destruição da biodiversidade e doenças e mortes humanas; agrega-se a isto a superpopulação e o desperdício, alguns dos fatores que estão prejudicando a disponibilidade e o abastecimento de água potável, provocando conflitos sociais e globais, doenças infecto-parasitárias e químicas.

O uso e consumo de água pela atividade econômica em detrimento do consumo social e dos ecossistemas é cada vez maior. De um lado, a concentração de terras para o agronegócio de exportação induz direta ou indiretamente a migração forçada de nativos ou, pequenos agricultores, tanto pela competição pela água, a falta de opções de trabalho quanto pela contaminação com agrotóxicos que não somente afeta a saúde humana, mas principalmente a saúde dos ecossistemas.

A falta de uma cultura ambiental e de uma educação hidrossolidária, popular e soberana permite o desperdício tanto individualmente como em nível familiar, comunal, quanto nos setores econômicos primários, secundários e terciários ineficazmente fiscalizados pela falta de um sistema de monitoramento integral da quantidade e qualidade da água *in natura*, água tratada e águas servidas despejadas na natureza.

Existe uma governança proclive a favorecer atividades econômicas sem considerar a iniquidade social e as necessidades ecológica, e, pior ainda, desconsiderando a inocuidade em relação aos novos poluentes químicos.

## REFERÊNCIAS

**O Bem Viver a partir de suas institucionalizações.** Disponível em <<https://revistas.pucsp.br>> article > viewFile> (Acesso em 10 Jun 2023).

**Qual será o futuro da água no mundo?.** Disponível em <<https://www.eosconsultores.com.br/futuro-da-agua/>> (Acesso em 20 Jun 2023).

MEES, B.R.J.;- **Uso de aguapé (eichhornia crassipes) em sistema de tratamento de efluente de matadouro e frigorífico e avaliação de sua compostagem.** Disponível em <<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2793/1/Juliana%20Bortoli%20Rodrigues%20Mees.pdf>> (Acesso em 12 Jul 2023).

**Cuando la sequía y el saqueo se cruzan: la crisis del agua en Chile, es catatofica.** Disponível em <<https://sputniknews.lat/20191211/cuando-la-sequia-y-el-saqueo-se-cruzan-la-cri-sis-del-agua-en-chile-es-catastrofica-1089597332.html>>. (Acesso em 09 Jun 2023).

**“iEs saqueo, no es sequía!”** Gritan manifestantes en Uruguay. Protestan contra la gestión del agua. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=xRkfS1y\\_AKo](https://www.youtube.com/watch?v=xRkfS1y_AKo)>. (Acesso em 25 Jun 2023).

**Arvoreagua; Os grandes consumidores de água do país.** Disponível em <<https://arvoreagua.org/usos-da-agua/os-grandes-consumidores-de-agua-do-pais>>. (Acesso em 13 Mai 2023).

**Escassez de água: o papel da dessalinização da água do mar.** Disponível em <<https://tratamentodeagua.com.br/escassez-agua-dessalinizacao-agua-mar/>> (Acesso em 30 Jun 2023).

**La surveillance des eaux en France, une longue epopée** <<https://www.lesagencesdeleau.fr/resources/la-surveillance-des-eaux-en-france-une-longue-epopee>> (Acesso em 20 Agt 2023).

CONDIRON, A. **Reboque de icebergs para regiões áridas para reduzir a escassez de água.** Sci Rep 13 , 365 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41598-022-26952-y>



